UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

BGV na Paz:

ações educativas para governar a população do bairro Getúlio Vargas da cidade do Rio Grande-RS

Evandro dos Santos Nunes

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer

Rio Grande, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

EVANDRO DOS SANTOS NUNES

BGV na Paz**:** ações educativas para governar a população do bairro Getúlio Vargas da cidade do Rio Grande-RS

RIO GRANDE

2017

EVANDRO DOS SANTOS NUNES

BGV na PAZ: ações para governar a população do bairro Getúlio Vargas da cidade do Rio Grande-rs

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 23 de março de 2017

_____

Prof. Dr. Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer – Orientador

_____

Prof. Dra. Kamila Lockmann - FURG

_____

Prof. Dr. José Geraldo Soares Damico - UFRGS

Ficha catalográfica

N972b Nunes, Evandro dos Santos.
BGV da Paz: ações educativas para governar a população do Bairro Getúlio Vargas da cidade do Rio Grande-RS / Evandro Nunes dos Santos. – 2017.
127 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-graduação em Educação, Rio Grande/RS, 2017.
Orientador: Drª. Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer.

1. Programa social 2. BGV da Paz 3. Bairro Getúlio Vargas 4. Rio Grande (Cidade) 5. Segurança pública I. Hecktheuer, Luiz Felipe Alcantara II. Título.

CDU 351.78:37

Catalogação na Fonte: Bibliotecário Me. João Paulo Borges da Silveira CRB 10/2130

Agradecimentos

Aos meus pais, **José** e **Elvira** que torcem, rezam e vibram com minhas conquistas e suportam todos esses anos de minha ausência.

Aos meus Irmãos, **Vilmar** e **Lucila** e ao meu sobrinho querido **Murilo** que mesmo longe não deixam de acreditar em mim.

A minha namorada **Lisiane** por todo o apoio e compreensão nessa trajetória vitoriosa.

Ao meu amigão e orientador **Felipão** pelo apoio e paciência desde a graduação e pelo auxilio durante essa jornada.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPS) pelo financiamento e apoio ao crescimento profissional e humano.

Ao PPGEDU – FURG, aos colegas de curso e aos professores pela oportunidade de vivenciar o novo e pelo aprendizado proporcionado.

Aos membros da banca Prof. Dra. Kamila Lockmann e Prof. Dr. José Geraldo Soares Damico pela ajuda, contribuições e ensinamentos desde o projeto de qualificação.

Aos proponentes e executores do programa *BGV na Paz* pelo apoio e consentimento na minha participação nas ações desse programa.

Ao Tenente da Brigada Militar Marcelo Azevedo pelas caronas, conversas e apoio nas reuniões dos núcleos de polícia comunitárias.

Ao pessoal do grupo de estudos (Arisson, Felipão, Luciana, Pedro, Lucas e Everton) pelas leituras e contribuições na dissertação.

Aos professores do curso de Educação Física da FURG que participaram na minha formação inicial, sem os quais não seria possível chegar até aqui.

Aos professores Edir (Universitário POA) e Rosmari (Instituto de Educação Irmão Getúlio) pelo apoio e ensinamentos para minha entrada na universidade pública.

Aos amigos que fiz durante a graduação os quais, com suas alegrias e bom humor tornaram as caminhadas menos árduas.

Aos alunos e ex-alunos da cidade do Rio Grande – RS.

Aos amigos vacarianos que mesmo à distância continuam na torcida por mim.

A cidade do Rio Grande – RS, que há dez anos me abraça e me possibilita viver situações de extrema felicidade.

Obrigado a vida por esse espaço de felicidade!

RESUMO

Esta dissertação dedica-se a problematizar o programa municipal de segurança pública denominada *BGV na Paz*, produzido e colocado em funcionamento no início do ano de 2015 em um bairro considerado violento na cidade do Rio Grande - RS. Tal programa teve como *lócus* de funcionamento uma série de ações as quais tratei como educativas, uma vez que as mesmas foram destinadas ao bairro Getúlio Vargas, também conhecido como BGV ou Cedro, para transformar o local em um *território de paz*. Além da transformação do bairro, as ações do programa, quando em funcionamento, estabeleceram relações de poder com a população local no sentido de buscar destruir modos de viver tidos como ruins e perigosos e produzir outros tidos como mais dignos de viver. Dessa maneira, ficar em esquinas, fugir dos braços escolares e manter relações conflituosas com os setores governamentais foram modos de viver que as ações buscavam destruir e em contra partida, estimular a "boa" convivência, o afastamento das drogas, a necessidade de permanecer nas escolas e aceitar seus funcionamentos foram alguns modos de viver pautados pelo programa. Por meio destas informações o tema desta dissertação é a segurança pública na cidade do Rio Grande - RS e o problema de investigação é: em que medida o programa *BGV na Paz* foi tomado como solução para o problema da segurança na cidade do Rio Grande? O objetivo principal foi mapear e problematizar os processos de implementação do Programa *BGV na Paz*, na cidade do Rio Grande – RS, nos anos de 2015-2016. Sobre as promessas de pesquisa realizadas aponto: (a) acessar resistências do público aos funcionamentos das ações e (b) acessar diferenciais de demandas na relação dessas com o público. Para dar conta destas duas promessas, uma série de decisões foram tomadas em termos de "método", entre elas colocar para funcionar algumas pistas da cartografia social destacada na atitude de "estar lá" para acompanhar processos de produção e funcionamento das ações do programa. Além disso, a decisão de traçar um plano comum para a pesquisa, onde as conversas com moradores, os dados estatísticos, as andanças, os noticiários de jornais foram essenciais para essa atitude. Além destas, a problematização tendo como suporte as teorizações de Michel Foucault também compõe as decisões de método para nortear à escrita. Entre as ações produzidas e colocadas em funcionamento no bairro destaco as três que foram escolhidas por mim para compor o *corpus* das problematizações e dos acompanhamentos no seu desenvolvimento: (a) a produção de um núcleo de policiamento comunitário no bairro, (b) o projeto *Consultório na Rua* e a (c) ação *BGV rolezinho*. Tais ações compõem o programa juntamente com outros projetos que foram mapeados e problematizados nesta dissertação, assim sendo, tratei-as como veículos ou veículos utilizados para conhecer, normalizar e governar uma população, que atualmente é tratada na cidade como problemática, em função de dados estatísticos que apontam para o bairro como epicentro de homicídios em série. Como resultados de investigação aponto a negação dos moradores do bairro a aceitar a condição de local e população violenta, a criminalização de alguns modos de vida que fogem aos tradicionais por setores governamentais e o programa *BGV na Paz* atuando como uma rede de setores para governar a população local, na tentativa de fazê-los viver, independentemente da condição que os sujeitos estejam.

Palavras-chave: Programa *BGV na Paz*; acompanhar processos; governo; *fazer viver*; estatística

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Logo do programa *Rs na Paz*..... 30
Figura 02 – Dados estatísticos produzidos..... 39
Figura 03 – Notícia de sequestro no bairro Getúlio Vargas..... 45
Figura 04 – Sala de controle do GGI-M..... 59
Figura 05 – Imagem do funcionamento do projeto *BGV rolezinho*..... 63
Figura 06 – Imagem da rede que compõe o programa BGV na Paz..... 66
Figura 07 – Operação república no BGV, no dia 14 de novembro de 2014 68
Figura 08 – Evento Março Lilás no BGV, ações realizadas no dia 7 de março de 2015..... 68
Figura 09 – Residencial BGV I e BGV II..... 69
Figura 10 – Logo que anuncia o objetivo da Polícia Comunitária..... 83
Figura 11 – Atuação do policial comunitário na festa de aniversário de uma moradora do BGV..... 86
Figura 12 - Funcionamento da oficina de grafitagem no rolezinho..... 98
Figura 13 - Funcionamento da oficina de grafitagem..... 99
Figura 14 - Grafitagem e desenho da figura de Nelson Mandela na associação do bairro Getúlio Vargas..... 100
Figura 15 - Noticia do Jornal Agora sobre ataque a escola..... 103
Figura 16 - Formação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de Pessoas em Situação de Rua..... 106

LISTA DE SIGLAS

BGV – Bairro Getúlio Vargas

CENTRO POP – Centro especializado em população em situação de rua

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GGI-M – Gabinete de Gestão Integrada Municipal

NASFS – Núcleo de Assistência a Saúde da Família

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCC – Primeiro Comando da Capital

PPGedu – Programa de Pós –Graduação em Educação

PROERD – Programa Educacional de Resistência as Drogas

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança e Cidadania

ROTA – Rondas ostensivas Tobias Aguiar

SORAM – Sociedade Riograndina de apoio aos necessitados

SUPERG – Superintendência do Porto do Rio Grande

SUS – Sistema Único de Saúde

SSP – Secretaria de Segurança Pública

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 11

1 A PRODUÇÃO DO TEMA DE PESQUISA EM UMA SITUAÇÃO INUSITADA 15

2 PRONASCI: UM MODO DE TRATAR A SEGURANÇA NAS CIDADES 19

2.1 Um sobrevoo sobre investigações a respeito do PRONASCI 23

2.2 O PRONASCI desdobrando-se em RS na Paz 29

2.3 RS na Paz e seu funcionamento na cidade do Rio Grande – RS 31

3 PROGRAMA BGV na Paz 36

4 O BGV COMO "UM PROBLEMA" NO PASSADO E NO PRESENTE 41

4.1 BGV novos/velhos problemas e potencialização das estigmatizações 42

4.2 Produções contemporâneas sobre o BGV 47

5 SOBRE DECISÕES DE MÉTODO..... 50

6 SOBRE AS ANDANÇAS NO BGV E NOS LOCAIS DE PRODUÇÃO DE AÇÕES DE "SEGURANÇA" 58

6.1 Sexta-feira no GGI-M, reunião para parceria 58

6.2 Terca-feira no IFRS, observando uma oficina de circo 60

6.3 Sexta-feira na Escola Viva, presenciando a realização de outra parceria 60

6.4 Sábado no BGV rolézinho na Escola Municipal Viriato Correa 62

6.5 Uma tarde no minimercado do BGV 64

6.6 Segunda no GGI-M 65

6.7 Sobre um final de tarde no Centro Esportivo da FURG. 65

6.8 A continuidade no "estar lá" para acompanhar processos 67

7 A POLÍCIA COMUNITÁRIA: UMA INVENCÃO QUE PROPÕE PRÁTICAS EDUCATIVAS 71

7.1 Polícia militar e suas configurações em um bairro considerado violento da cidade do Rio Grande – RS 75

7.2 A polícia que não só faz viver, mas visa fazer viver de outros modos..... 87

8 BGV ROLEZINHO: UMA TENTATIVA POR CAPTURAR CRIANÇAS ESCOLARES 90

8.1 Sobre modos de viver aceitáveis e não aceitáveis durante o funcionamento dos rolezinhos no bairro 93

8.2 Sobre demandas e resistências as oficinas 97

9 *CONSULTÓRIO NA RUA:* INTERVENÇÕES EM UMA POPULAÇÃO DE HABITOS NOTURNOS 105

9.1 Sobre o momento em que vive a cidade e a produção do *projeto Consultório na Rua* 107

9.2 As atuações do projeto e do comitê e as resistências 111

9.3 As demandas diferenciadas 118

10 Considerações para ir um pouco adiante 120

11 Referências..... 124

APRESENTAÇÃO

O *BGV na Paz* é um programa municipal de segurança pública destinado ao bairro Getúlio Vargas (da cidade do Grande), que tem como objetivo produzir e implementar ações em diferentes âmbitos nessa localidade. Ações são focadas na habitação, no esporte, no lazer, na limpeza e na vigilância desse bairro, que é considerado o mais violento da localidade na contemporaneidade. Tal programa possui características de funcionamento em comum com outros dois: o primeiro é o *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* (PRONASCI) e o segundo é o *RS na Paz,* do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ambos os programas focaram na produção de ações de segurança que se diferenciam das atuações de períodos anteriores aos seus.

Esses últimos dois programas, atualmente sem funcionamento, demarcaram outras maneiras de tratar as questões de segurança pública nas localidades em que foram implementados. Dessa forma, os mesmos apontavam para a prevenção de delitos, mas sem abandonar a noção de repressão e punição às ações tidas como criminosas. Tais programas foram produzidos em meio a apontamentos que sinalizam uma suposta ascensão da violência, destacada nas periferias das cidades.

Assim sendo, com o fato de os programas terem sido construídos para funcionar nas periferias das cidades brasileiras, algumas delas no Rio Grande do Sul, fica sinalizada, em partes, uma preocupação com as populações que vivem nessas localidades e, ao mesmo tempo, a produção delas como um problema contemporâneo de segurança pública. Tendo como norte de funcionamento os dois programas apontados acima, o *BGV na Paz* acabou assumindo parte das condições dos mesmos, principalmente ao buscar se constituir como uma série de projetos que atuam na condição principal de prevenir delitos. Com isso, uma localidade periférica da cidade também é transformada em um problema de segurança pública e, assim, justifica-se essa intervenção governamental.

Nesses acontecimentos que envolvem a produção de um programa com vistas à segurança pública na cidade do Rio Grande –RS, aponto dúvidas relacionadas às questões violência e bairro e, assim, procuro problematizá-las, questionando essa relação sob a questão: Quais parâmetros são levados em consideração quando o bairro Getúlio Vargas é tratado como o mais violento da cidade? Quem está autorizado a fazer tal constatação? É sob as

suspeitas e dúvidas que cercam e movimentam meu pensamento, nessa relação que aponta a violência em um bairro da cidade, conectados um ao outro, que esta dissertação tem seu início. Desde já, aponto que tais suspeitas e dúvidas a respeito da produção de um programa municipal de segurança na cidade acompanham a dissertação até o seu final.

Portanto, este empreendimento de pesquisa está organizado de acordo com as escolhas de método que acompanham a acompanham. Constitui-se, assim, em 11 capítulos, nos quais busquei dar conta dos quesitos que perpassam um empreendimento como o que aqui proponho. No primeiro capítulo, indiquei passos iniciais da produção da pesquisa, apontando os modos como construí a temática que foi abordada, o contexto inusitado de tal construção, bem como o problema de investigação e os objetivos que cerquei ao longo do trabalho.

No segundo capítulo, apresento algumas características do PRONASCI, preconizadas e postas em funcionamento pelo Ministério da Justiça, e problematizo a relação que o programa estabelece com determinada população, partindo do referencial teórico foucaultiano e de alguns autores que compartilham o mesmo conhecimento. Tal decisão de caracterização se deu devido às proximidades diagnosticadas por mim entre tais programas (PRONASCI e *BGV na Paz*) e os traços genéticos que ambos demonstram nos seus funcionamentos. No subcapítulo integrante desta etapa, produzo interlocuções com quatro estudos que se propõem a problematizar os funcionamentos do PRONASCI em quatro estados brasileiros: São Paulo-SP, Ceará-CE, Rio de Janeiro-RJ e Rio Grande do Sul-RS. Na mesma etapa, demonstro a relação do PRONASCI com outro programa, o *RS na Paz*, instalado em algumas cidades do Rio Grande do Sul e a sua relação com a cidade do Rio Grande – RS.

No terceiro capítulo, caracterizo o foco central do meu estudo, ou seja, o programa municipal *BGV na Paz*, a partir de seus funcionamentos. Nele, indico como vêm se estabelecendo as ações do programa com o público-alvo. Tal apontamento faz parte de uma decisão de método, qual seja, a de acompanhar processos de implementação e funcionamento do mesmo no bairro Getúlio Vargas, na cidade do Rio Grande – RS. Além das questões citadas, estabeleço uma relação entre as ações do programa e as produções estatísticas, bem como o trato das mesmas, no que se refere ao público alvo. Além disso, desdobrei algumas situações em que o programa se torna uma alternativa para as questões de segurança na cidade e no bairro.

No quarto capítulo (e nos seus subcapítulos), apresento como se deu a formação do

bairro Getúlio Vargas, sua relação intensa – no passado e no presente – com o porto da cidade e os processos que foram construindo uma imagem do local como feio, sujo, violento e ruim de se viver. Nesse ponto, estão elencados exemplos de deslocamentos, de parte da população que ali residia, para locais distantes do bairro, além de intenções recentes de deslocar uma parte da população que vive nas proximidades do muro automotivo do porto. Para além das questões de moradia no bairro, menciono situações que o apontam como problemático, na contemporaneidade, a partir de dados produzidos e veiculados, os quais estabelecem que, no local, ocorre um número considerável de práticas criminosas, o que o constitui como bairro de risco e alvo de programas como o *BGV na Paz*. Ainda, neste capítulo, aponto para algumas produções contemporâneas sobre a localidade, em que, mais uma vez, evoco o poder das estatísticas e da mídia, que sinalizam o local como violento.

No quinto capítulo, relato parte das minhas andanças pelo bairro Getúlio Vargas; nelas, assinalo as questões que foram sendo produzidas no local, bem como as andanças pelos espaços que propõem ações de implementação do programa. Nessa empreitada, trago anotações da ferramenta de produção de dados, que denominei como caderno de registro de pesquisa, utilizado para registrar processos.

No sexto capítulo, indico as decisões de método que foram utilizadas para dar conta das promessas de pesquisa. Sendo assim, "estar lá" nas ações do programa para acompanhar processos foi a primeira decisão de método tomada. A ferramenta utilizada para registrar os processos realizados foi o caderno de anotações de pesquisa. Essa primeira decisão tem influência direta na segunda, que foi traçar um plano comum para esta pesquisa, em que uma comunicação entre heterogeneidades (que participaram direta ou indiretamente do programa) foi operada. Essas decisões correspondem a duas pistas do método da cartografia social; porém, elas não evidenciam a cartografia enquanto método de pesquisa. Finalizando, como terceira decisão de método, aponto a problematização como atitude que perpassa a dissertação como um todo. Tal operação foi apoiada pelas teorizações de Michel Foucault. Além dessas três decisões de método, alguns artefatos foram utilizados para resolver pequenos problemas de pesquisa.

Nos capítulos oito, nove e dez (e em seus subcapítulos) estão centradas as problematizações referentes às duas promessas de pesquisa realizadas: (a) fiquei atento às resistências do público às ações e (b) desviei atenção ao diferencial de demandas entre o que é

proposto e aquilo que os moradores locais consideram necessário em suas vidas. Para tal, foram escolhidas três ações do programa *BGV na Paz* (Núcleo de Polícia Comunitária, projeto *Consultório na Rua e* projeto *BGV rolezinho*). Nessa relação das ações com as promessas destacadas acima, foi tomada a decisão de acessar modos de viver da população do bairro.

1 A PRODUÇÃO DO TEMA DE PESQUISA EM UMA SITUAÇÃO INUSITADA

Vários podem ser os fatores que determinam a decisão de iniciar um processo de investigação em qualquer campo de análise. Assim, o tema a ser pesquisado se constitui como o primeiro dos vários passos no processo das escolhas investigativas. Desse modo, afirmo que tomar um tema de pesquisa para iniciar abordagens, em determinadas situações, não se constitui como uma condição uniforme e, por isso, não necessariamente há uma proposta de investigação que esteja "saltando aos olhos" do pesquisador. Essa condição se confirma no meu caso.

Diversos são os lugares onde transito; diversos são os campos de saber que me constituem e, ao mesmo tempo, os espaços que ocupo no dia a dia. Tais situações movimentam meu pensamento em várias direções, e posso dizer que a união delas me direcionou, em termos de pesquisas, à surpresa diante da temática desta investigação, pois a mesma foi produzida em um momento inusitado da minha trajetória investigativa, possibilitando uma reviravolta na minha constituição como pesquisador.

Não me recordo a data e nem a hora exatas; porém, tenho convicção de que em uma sexta-feira de abril de 2014, o inusitado se transformou na produção de uma temática de pesquisa e me direcionou para construir a presente dissertação, potencializando minhas atitudes investigativas. Naquela sexta-feira, sentado em uma parada de ônibus no bairro

Bolaxa[1], à espera de um transporte coletivo para retornar para casa depois de um dia de trabalho em uma academia de musculação[2], comecei a ler um jornal de circulação impresso na cidade do Rio Grande – RS, que me foi dado pelos proprietários do local onde trabalhava.

Entre as leituras das diversas matérias que o jornal continha, fui me entretendo com a atividade, até que cheguei às páginas referentes aos noticiários policiais, cujas principais informações eram: a preocupação com os elevados índices de violência entre indivíduos em um bairro da cidade, juntamente com a consequente resposta a esse fato, que foi a contemplação, via edital, da cidade do Rio Grande – RS, para receber o programa de segurança denominado *RS na Paz*. Tal programa de intervenção tinha como foco a segurança pública e estava destinado a uma comunidade da cidade, o bairro Getúlio Vargas (BGV), com o objetivo de frear os números de violência na localidade.

A leitura que fiz dos espaços de informações policiais, em que estava anunciada a contemplação do programa para a cidade, deu-se devido ao interesse em entender o momento vivido pela mesma naquele contexto, no qual a mídia jornalística se encarregava de fortalecer um sentimento de falta de segurança vigente, devido à produção de dados estatísticos que indicavam aumento da violência na região. É importante ressaltar que, naquele momento, eu também me via envolvido e seguia, sem questionamento, a visão midiática e os disparos de discursos que indicavam a região e o bairro como violentos e, por isso, me constituía como efeito dos mesmos.

Naquele contexto da leitura do jornal, na parada de ônibus, e do encontro com a divulgação do programa, percebi que havia me deparado com um tema de pesquisa e, dali em diante, me dediquei a produzi-lo como meu, trilhando os primeiros passos para ingressar como aluno de Mestrado, no edital do ano de 2015, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande – PPGEdu/FURG. O tema foi/é a segurança na cidade do Rio Grande – RS. Aos poucos, busquei informações a respeito do programa *RS na Paz,* por meio do contato com os responsáveis pela sua implementação e, a partir dessa decisão, construí um projeto de pesquisa.

Em 2015, fui aprovado como aluno regular no PPGEdu/FURG e dei continuidade ao exercício investigativo, antes mesmo de começar a cursar as disciplinas do programa. Nesse

[1]Bolaxa é um bairro localizado na cidade do Rio Grande – RS, nas proximidades da Praia do Cassino.
[2] Minha formação inicial é em Educação Física e dessa maneira, desenvolvi trabalhos em locais desse gênero.

mesmo ano, foi inviabilizada a implementação do programa *RS na Paz*, do governo do estado do Rio Grande do Sul, na cidade do Rio Grande – RS. Consequentemente, o programa é encerrado e, no mesmo período, outro é criado e nomeado *BGV na Paz*. A inviabilização no funcionamento do programa estadual se deu por alguns fatores, que explicarei com maior ênfase no decorrer da dissertação.

O programa *BGV na Paz* passa a ter o município do Rio Grande como seu produtor e principal proponente de funcionamento, mantendo diversas características em comum com o programa estadual, entre elas, a busca por ser uma política pautada na questão da segurança cidadã na cidade e sem mudar seu direcionamento do bairro. O programa municipal vem se constituindo como um conjunto de ações programáticas na direção da produção de projetos sociais, tais como o esportivo, a construção de habitações para indivíduos de baixa condição financeira, a realização de oficinas em escolas do bairro e outras atividades igualmente dedicadas e direcionadas a intervir nos modos de viver da população que reside no BGV. Tais ações são tomadas, por mim, como modos de buscar gerir e conduzir os comportamentos ou os modos de viver dos indivíduos dessa comunidade.

Com relação aos modos de viver do público-alvo do programa, posso destacar, aqui, indivíduos que não aceitam de maneira pacífica as formas de funcionamento das escolas e/ou não se sentem atraídos pelas mesmas, além de fazerem "pichações" em suas dependências. Ao mesmo tempo, tais indivíduos usam parte do seu tempo permanecendo nas esquinas do bairro e mantêm uma relação conflituosa com a polícia e os setores governamentais. Seus modos de viver, tomados por suspeitos, não são aceitos pelas ações do programa, e assim elas objetivam torná-los diferentes do que são.

A transformação/produção de um programa em outro, durante os primeiros passos da pesquisa, não inviabilizou minha intenção de investigar o tema da segurança. Portanto, me mantive conectado ao tema da segurança pública na cidade do Rio Grande e, como problema de pesquisa, delimito: em que medida o programa *BGV na Paz* é tomado como solução para o problema da segurança na cidade do Rio Grande? A atuação do programa se dá sob o prisma de uma suposta segurança pública, sinalizando uma vontade que alguns indivíduos vivam, de outras maneiras, os determinados períodos de suas vidas.

Como forma de dar movimento à pesquisa e potencializá-la, faço os seguintes questionamentos: Quais modos de vida naturalizam proposições de programas como esse?

Quais modos de vida autorizam o funcionamento desses programas, quando se problematiza a segurança pública?

Os objetivos principais da pesquisa são: mapear e problematizar os processos de implementação do Programa *BGV na Paz*, na cidade do Rio Grande – RS, no período de 2015-2016. A problematização é uma escolha de método feita por mim, e no capítulo seis deste trabalho explicarei seu funcionamento; porém, desde então, aponto que tal atitude está apoiada nas teorizações de Michel Foucault e perpassa a dissertação como um todo. Assim, aponto mais duas questões problematizadoras que auxiliam na desconfiança que tenho sobre o funcionamento do programa no cenário atual da cidade. Como esse programa funciona e de que forma age sobre a população do bairro Getúlio Vargas? A que tipo de problema vem este programa responder?

Nos contatos que tive com os dois programas (*RS na Paz* e *BGV na Paz*), fui levado ao seguinte denominador comum: tais programas descendem de uma política federal de segurança, que é o PRONASCI. Neste início de empreitada, caracterizarei o PRONASCI e problematizarei alguns discursos postos em funcionamento pelo mesmo.

2 PRONASCI: UM MODO DE TRATAR A SEGURANÇA NAS CIDADES

O PRONASCI é um programa federal de segurança pública, fora de funcionamento na contemporaneidade, cujo início se deu no ano de 2007, sendo desenvolvido pelo Ministério da Justiça com o objetivo de enfrentar a criminalidade em alguns territórios brasileiros (OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008). O programa articula e coloca em funcionamento ações ditas de "segurança pública" por meio da integração da União com os estados e municípios, priorizando, nas ações propostas, a prevenção de delitos com o enfrentamento das causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social.

As ações estabelecidas nas parcerias entre os referidos setores governamentais merecem destaque em duas dimensões importantes. A primeira é a construção e a implementação de diversos projetos destinados às comunidades periféricas do Brasil, por exemplo: *Mulheres da Paz* – capacitação de mulheres para liderança nas comunidades em temas como ética, direitos humanos e cidadania, a fim de que as mesmas ajam como multiplicadoras do programa, tendo como objetivo aproximar os jovens do mesmo – e o projeto *Protejo*, no qual jovens da comunidade são contratados como bolsistas e passam a ter a função de multiplicar a filosofia passada a eles pelas *Mulheres da Paz*, a fim de atingir outros jovens e contribuir para o resgate da cidadania na comunidade. (OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008).

A segunda está focada na disponibilização de recursos para a reestruturação das instituições de segurança, tais como a polícia militar, a polícia civil, a guarda municipal e seus agentes. Nesse processo de reestruturação, são fomentadas e colocadas em funcionamento ações como a bolsa-formação, destinada aos profissionais de segurança pública de baixa renda, por meio da qual os mesmos recebem um incentivo, no valor de quatrocentos reais mensais, como estímulo à qualificação profissional e à atuação nas comunidades onde o programa foi ou está sendo implementado. Outra ação preconizada é o Plano Nacional de Habitação para Servidores em Segurança Pública, que consiste na disponibilização de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a aquisição de moradias populares até o valor de cinquenta mil reais, sendo o plano destinado aos agentes de baixa renda. (OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008).

Outra parte das ações do PRONASCI era direcionada especialmente para jovens entre 15 e 24 anos de idade, das periferias, tratados ou tidos como "estando à beira da criminalidade" (BRASIL, s.d), bem como indivíduos que possuem conflitos com a lei ou que estão presos ou, ainda, egressos do sistema prisional. No Brasil, cerca de 20 estados foram contemplados com a implementação do programa, entre eles, o Rio Grande do Sul – RS. Os locais onde ocorreram tais implementações foram denominados ou conhecidos como *Território da Paz.* Além das ações citadas, preconizadas e postas em funcionamento pelo PRONASCI junto aos estados e municípios, o mesmo fazia referências à instalação de câmeras de videomonitoramento em pontos estratégicos das cidades e à valorização de agentes de segurança, tais como o corpo de bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais (BRASIL, s.d).

É importante ressaltar, aqui, que o PRONASCI foi um programa que teve seu início no segundo mandato do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro da Justiça – na época (2007), o gaúcho Tarso Genro. O mesmo é identificado pelo Partido dos Trabalhadores, ao qual ambos são vinculados como sendo

> [...] um dos marcos na mudança de foco no trato com as questões de segurança no país, na qual a promoção de segurança pública, em períodos anteriores, era tida como única e exclusivamente de responsabilidade dos estados, passando contemporaneamente a ser tratada como uma ação em conjunto que envolve agora as três esferas nacionais, ou seja, a união, os estados e os municípios (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2014, p.82).

As novas atribuições, no quesito de prover ações de segurança pública no país, me permite indicar que tal programa foi uma construção advinda de setores governamentais que apontam ações de segurança e as direcionam para uma população que, no caso do PRONASCI, são jovens/homens negros e pobres do sexo masculino, tratados sobre os discursos em funcionamento de serem "alvos fáceis da criminalidade" e "por serem indivíduos que levam uma vida na ociosidade". Discursos esses que os produzem como um problema a ser resolvido dentro da sociedade contemporânea, uma vez que eram rotulados como violentos, drogados e perigosos.

Os discursos recém citados, quando tratam dos jovens (especificamente o público-alvo do programa), encontram solo fértil para justificar a produção e a implementação de ações

programáticas de intervenção, modo como enxergo o programa em questão, sendo um entre tantos que se propõem a construir ações para gerir e conduzir os modos de viver de jovens brasileiros.

Nesse sentido, os discursos colocados em funcionamento pelo programa, no trato com os jovens, e aqueles que justificam a implementação do mesmo em localidades periféricas passam a ser tratados como naturais, logo, não problemáticos, e constituem parte dos regimes de verdade contemporâneos. Nessa linha de pensamento, apresento o que Foucault (2014, p.12) entende por regimes de verdade:

> [...] política geral de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

É importante ressaltar que, o que aqui é tomado por mim como verdade tem sido estabelecido contemporaneamente em um regime, no qual "a sensação do medo e de uma possível escalada da violência" (DAMICO, 2011, p 17) vêm sendo produzidas e espalhadas pelo nexo social brasileiro, principalmente pelos meios midiáticos e pelas produções estatísticas. Nesse sentido, os jovens têm sido posicionados pelos discursos como os principais responsáveis por praticar atos de criminalidade. Sendo assim, ações focalizadas[3] como o PRONASCI foram e estão sendo produzidas para o enfrentamento e combate da violência, programas que se ramificam e são postos em funcionamento também pelas organizações não governamentais ou ainda por iniciativas individuais.

Na continuidade das caracterizações do programa, trato o mesmo como um empreendimento que foi construído em um período favorável para intervir nos modos de vida de uma população, além de atuar como mecanismos e estratégia de regulação e governo dos jovens com idade entre 15 e 24 anos de idade. O PRONASCI, ao indicar algumas de suas formas de funcionamento no passado e alguns de seus objetivos, principalmente os que estão relacionados à intervenção com jovens, seja os produzindo como potenciais perigos ou buscando gerir suas condutas, permite-me expressar a principal característica que a sociedade

contemporânea preconiza, e que Veiga-Neto (2001) trata como sendo composta por uma "vontade de ordem".

Em uma sociedade com vontade de ordem, diversas instituições passam a intervir em camadas específicas da sociedade, sob o prisma dos riscos sociais. Nesse caso, o risco que os jovens possam oferecer a si mesmos aos demais indivíduos da sociedade e o risco que os mesmos "produzam a desordem". (HECKTHEUER; SILVA, 2010, p. 61)

Na relação que se estabeleceu entre o PRONASCI e seu público-alvo, permito movimentar meu pensamento na direção que coloca o funcionamento do primeiro como modo de exercer, sobre o segundo, relações de poder, no sentido de ordenar, gerenciar e gerir a vida. Sendo assim, "um poder que se exerce […], sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício sobre ela de controles precisos e regulações em conjunto". (FOUCAULT, 2014, p.147)

Nas questões que envolvem as relações de poder exercidas entre os agentes colocados acima e tomando as articulações de Foucault sobre o poder como um suporte, o poder que se exerce sobre a vida, a vida dos jovens que o PRONASCI busca atingir, "desenvolveu-se a partir do século XVII" (ibidem, 2014, p.149) em duas formas: o primeiro, o disciplinar, um poder que se centrou no corpo como máquina, no seu adestramento, na ampliação das aptidões, na docilidade dos indivíduos. Ao lado desse poder disciplinar, estão algumas instituições, como a escola, o quartel, as fábricas e outras, em que a disciplina deve funcionar; muitas são preconizadas pelo programa, direta ou indiretamente, como forma de propor a segurança nas comunidades e fora delas.

A segunda forma de poder estabelecida é o da regulação das populações, também conhecido como biopolítica, o qual se formou um pouco mais tarde do que o poder disciplinar. Segundo Foucault (2014, p.150), tal poder "se forma por volta da metade do século XVIII e está centrado no corpo – espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos". Nesse sentido, ganham importância e atenção a proliferação, os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade dos indivíduos e, para um programa de segurança como foi o PRONASCI, os homicídios e os números de violência. Para os contextos em análise, passam a ser construídos fatores que possam intervir nos níveis de cada um, tendo, na estatística, a principal forma de diagnosticar tais níveis.

No caso do programa em questão, o biopoder entra em funcionamento em termos de intervir na população de jovens das periferias, para fazê-los viver, uma vez que esses indivíduos compõem, atualmente, os dados estatísticos dos homicídios no Brasil, tanto na parte dos que cometem quanto na parte dos que são vítimas. É importante frisar que, para Foucault, não se trata da substituição de um poder por outro, o disciplinar pela biopolítica, mas que ambos são dois pólos interligados, no sentido de funcionamento, e complementares em estratégias da atuação.

Em termos das demandas por segurança pública na contemporaneidade, o PRONASCI indica novas configurações, as quais posso exemplificar em dois casos. Primeiramente, em termos das ações prioritárias no combate à violência: a passagem da sequência que envolvia as questões repressão/punição, no que tange à criminalidade, para a sequência que dá ênfase às questões prevenção/repressão/punição à mesma. No segundo caso, o estímulo ou o incentivo a um novo protagonista no trato com as questões de combate à violência, nas periferias das cidades brasileiras. Esse novo protagonista corresponde a todos aqueles indivíduos das próprias comunidades em que o programa se estabeleceu no passado; tais indivíduos eram incentivados, por meio de bolsas remuneradas, a se unir às demais instituições, na busca por propor e incentivar uma suposta “paz” local.

2.1 Um breve sobrevoo sobre investigações a respeito do PRONASCI

Para compor esta etapa do trabalho, elegi quatro estudos cujo foco central envolveu o funcionamento do PRONASCI e algumas problematizações que os responsáveis pelas pesquisas realizam em torno do tema. A atitude não está focalizada em empreender um esforço para saber se o programa cumpriu com o que prometeu nas localidades analisadas ou mesmo para averiguar se suas práticas foram condizentes com seus objetivos, mas sim, na intenção de potencializar a discussão a respeito do programa.

De início, apresento o trabalho intitulado "A interface da violência na escolha do Território da Paz do Grande Bom Jardim pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança e Cidadania): a mediação comunitária como alternativa pacífica na resolução de conflitos" (SILVÉRIO; MEDEIROS, 2011). Nele, as autoras realizam a análise documental de algumas ações postas em funcionamento pelo PRONASCI no *Território da Paz*, que compreende a

área Regional V do Grande Bom Jardim em Fortaleza – CE, envolvendo cinco bairros periféricos: Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. A região foi contemplada pelo programa no ano de 2008, mas só entrou em funcionamento em 2009. Segundo as autoras, a escolha do local para compor mais um *Território da Paz* se deu devido a alguns fatores, que vão desde os dados estatísticos criminais; a estigmatização do local por parte da sociedade; e, principalmente, aos meios midiáticos que corroboraram na transmissão de pontos negativos das regiões, devido a elementos estruturais que as colocam em situação de segregação social e à condição de pobreza em que vive a população ali residente. (SILVÉRIO; MEDEIROS, 2011)

Tais autoras não consideram a situação de pobreza como fator principal nas questões geradoras da violência, embora o programa federal e determinada parte da sociedade associem a condição à causa. Neste trabalho, é colocada em evidência a questão da mudança de foco nas questões relacionadas à segurança pública, do nível da repressão à prevenção, e o PRONASCI, em sua constituição, é o maior exemplo da mudança. No local, funcionavam estratégias do programa que giram em torno do *Projeto* e do *Mulheres da Paz*. As autoras, porém, focaram suas análises na questão do *Núcleo de Justiça Comunitária*, projeto financiado com recursos do PRONASCI, cuja finalidade é a mediação de conflitos no local, colocado em funcionamento pelas pessoas da comunidade, fato que corroborava, em partes, com um dos princípios do programa federal: a prevenção de conflitos e delitos.

Como forma de questionamentos a respeito do antigo programa, as autoras trazem para a discussão alguns dados estatísticos produzidos por coordenadores do PRONASCI, que indicam a diminuição nos números de violência na região (se comparado a outros momentos, quando o programa não estava em funcionamento). Os fatos são por elas questionados, no sentido de que determinadas formas de violência não compõem tais estatísticas; exemplo disso é a violência doméstica (SILVÉRIO; MEDEIROS, 2011, p. 6). Ainda como forma de reforçar tal questionamento, o estudo faz referência à falta de uma avaliação subjetiva, com relação ao impacto refletido em pessoas que não se constituem como alvo do programa, mas são atingidas diretamente por tal política, pois vivem no local. Quanto aos questionamentos feitos, as autoras chamam atenção para o fato de que os dados produzidos representam apenas números “frios” no quesito comparações (Ibidem, 2011, p. 6).

Outro estudo, intitulado "ESPAÇOS URBANOS SEGUROS: A temática da Segurança

no Desenho da Cidade" (SOUZA; COMPANS, 2009), faz referência, inicialmente, ao projeto (*espaços urbanos seguros*), atuando na mesma linha de ação do PRONASCI e com a proposta de segurança cidadã. O estudo coloca o programa como uma série de intervenções inovadoras em setores tradicionais da segurança (polícia e sistema prisional), mas que, no caso de trinta áreas de favelas cariocas consideradas violentas (Cidade de Deus, Vila Maré, Morro do Alemão e outras), acaba por ser fortalecido no "investimento na dimensão sócio-ambiental que passa a focalizar o espaço não apenas como um local de ocorrência de delitos, mas também como objeto de intervenção direta, visando ao combate à criminalidade e à ampliação dos níveis de segurança" (Ibidem, 2009, p. 9).

O trabalho trata de uma nova tendência surgida no desenho urbano, que incorpora estratégias espaciais, visando à segurança pública. Como exemplo de tal tendência, a análise é direcionada ao projeto *Espaços Urbanos Seguros,* construído como uma ação conjunta ao funcionamento do PRONASCI e como veículo de intervenção nas favelas cariocas. O empreendimento é o principal foco de análise das autoras; sendo assim, para elas, o projeto em questão, alinhado à segurança, direciona as investidas nos espaços urbanos, sob a crença de:

> […] que comportamentos humanos em geral, sejam individuais e/ou coletivos se condicionam direta ou indiretamente pelas configurações físicas dos espaços, são propostos dispositivos, mecanismos e formas que prometem ampliar o grau de segurança em assentamentos residenciais da cidade (SOUZA; COMPANS, 2009, p. 10).

O projeto *Espaços Urbanos Seguros* estava pautado, inicialmente, na construção de vilas olímpicas em regiões cariocas, consideradas vulneráveis em termos de criminalidade. A construção estava de acordo com a realização dos Jogos Pan-Americanos, fato que era potencializado na crença de que os jogos fortaleceriam o sentimento de segurança cidadã nas comunidades e aproximaria os moradores, na busca pela paz. Porém, a construção das vilas cedeu lugar a requalificação de áreas das favelas, identificadas como inseguras, devido à proximidade com os locais utilizados para atividades criminais (Ibidem, 2009, p.10).

As requalificações dos espaços nas favelas ficaram direcionadas a quadras poliesportivas, parquinhos para crianças, construções de praças, revitalização de calçadas e construções de hortas comunitárias. As requalificações, na visão dos moradores das áreas atingidas, direcionaram a pesquisa das autoras para o resultado de que esses sujeitos

apontaram outros equipamentos e serviços como de maior necessidade, tais como creches, postos de saúde e outros serviços básicos que não funcionam naquelas regiões, fato que mostra a disparidade entre o que o programa pretende proporcionar à população, no quesito segurança, e o que a população local realmente elenca para si como necessidade.

O terceiro trabalho aqui destacado intitula-se "A Formulação de Nova Agenda para Segurança Pública: As Iniciativas Federais e sua Influência na Política Pública de Segurança Paulista" (BATTIBLUGLI, 2012). Nele, a autora se propõe a analisar as influências da nova agenda federal para a segurança pública do estado de São Paulo. A nova agenda configura-se no PRONASCI como um novo trato da segurança no estado. A autora faz, inicialmente, um sobrevoo às ações do programa em funcionamento em São Paulo, desde a sua implementação na região, “em 2007”. (BATTIBLUGLI, 2012, p. 58).

As cidades paulistas contempladas com o programa foram: Araraquara, Campinas, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapecerica da Serra, São Paulo (capital), entre outras. Em 2008, a cidade de São Paulo recebeu cerca de 33% do total de recursos destinados a todas as cidades paulistas, em meio aos funcionamentos do programa, ou seja, uma política cujo objetivo é transformar os modos de atuação da polícia e do regime prisional, além da visão dos indivíduos da comunidade a respeito das autoridades da segurança. O programa, então, vem esbarrando justamente no funcionamento de tais pontos.

São citadas pela mesma autora, ao longo do texto, as principais dificuldades encontradas por tal política para estabelecer suas estratégias inovadoras. A mais relevante é a dificuldade das polícias civil e militar em incorporar as recentes demandas com relação às suas novas atribuições, ou seja, a construção de uma polícia com ações menos violentas e menos letais para a população; dificuldade, segundo a autora, em parte, pelos vínculos militares e ditatoriais herdados pelas polícias em períodos anteriores.

O exemplo citado para definir a dificuldade é a atuação nas comunidades paulistas da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) ou, como a própria autora denomina, “uma tropa de elite” (Ibidem, 2012, p.60) da polícia militar do estado de São Paulo. A instituição mantém, em dias atuais, as velhas estruturas policiais (punitiva e repressiva) e perpetua o vínculo com questões relacionadas à violência e à letalidade, sendo uma instituição protegida pelas autoridades governamentais, fato que, conforme a autora, vai ao desencontro da nova

atribuição do PRONASCI, em termos de segurança preventiva.

Outra questão importante, destacada na pesquisa e que freia os objetivos do programa, é a corrupção que envolve os setores governamentais do estado. Nesse quesito, são citadas, no trabalho, duas situações que indicam tal atitude por parte dos responsáveis pela segurança paulista: os fatos aconteceram em 2006 e 2012, em São Paulo, onde a facção conhecida como PCC (Primeiro Comando da Capital) atacou e matou agentes da segurança em todos os setores, sendo que os motivos para o ataque estavam relacionados à morte de componentes da facção, pela ROTA e pelo endurecimento de regras nos presídios onde estavam presos os líderes da organização. A situação foi acomodada nos dois anos quando, segundo a autora, representantes governamentais se mostraram abertos para negociações com os líderes do PCC. A atitude governamental é reforçada no texto como mais um dos entraves à efetiva implementação do PRONASCI.

Os problemas citados se ramificam para outros setores: falta de rigor em dados estatísticos (que apontam para a redução no número de casos de violência) e as rivalidades entre as polícias civis e militares. Entre as dificuldades, a autora enfoca o PRONASCI e os novos modos de tratar as questões de segurança como algo necessário e com belos frutos a serem colhidos – caso a política tenha continuidade e os entraves que a freiam sejam combatidos.

O último trabalho que elenquei para compor a presente etapa é intitulado "Juventudes governadas: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França)" (DAMICO, 2011). Em tal tese doutoral, o autor direciona suas análises para dois “territórios distintos e considerados problemáticos” (DAMICO, 2011, p.18): o primeiro, o bairro Guajuviras, na cidade de Canoas (região metropolitana de Porto Alegre – RS, no Brasil), onde funcionam as estratégias do PRONASCI; o segundo território é a cidade de *Grigny Centre*, na França, onde atualmente funciona um conjunto de ações governamentais destinadas aos jovens de tal região. Focarei na parte do trabalho relacionada ao PRONASCI em Canoas – RS, pela proximidade com a minha temática.

Um dos objetivos da pesquisa foi analisar como jovens que vivem em locais periféricos (Guajuviras e *Grigny Centre*) de grandes centros urbanos significam suas relações com determinadas ações de Estado, direcionadas à juventude. Utilizando de um aparato investigativo (entrevista com jovens moradores do bairro, anotações de diários de campo,

conversas com indivíduos responsáveis pelo funcionamento do PRONASCI), o autor indica as ações implementadas no local. Estas são representadas pelos projetos *Protejo* e *Mulheres da Paz*, além da implantação de diversos mecanismos de vigilância no bairro, como câmeras de videomonitoramento, detector de tiros, implantação de policiamento ostensivo e outros. Ademais, essas medidas são entendidas pelo pesquisador como respostas do Estado à generalização e à expansão do sentimento de insegurança e medo na sociedade contemporânea e, ainda, como ações destinadas a governar a conduta de jovens das periferias, no caso, da periferia conhecida como bairro Guajuviras (DAMICO, 2011).

Na relação que o autor estabeleceu entre os jovens do bairro Guajuviras e as ações do programa, foi produzida, como parte dos resultados, a disparidade entre as ações do programa e aquilo que os jovens do bairro estabelecem como necessário em suas vidas. Nesse sentido, um exemplo para potencializar as informações é a pouca (ou nenhuma) confiança dos jovens no trabalho da polícia, fato que gera uma relação conflituosa entre ambas as partes. É registrada, ainda, pelo investigador, a pouca esperança dos jovens nos setores governamentais, no que se refere à questão de prover, nas periferias, uma vida mais igualitária em termos de direitos sociais.

Em meio às ações do programa, via setores governamentais, entra em cena a questão da pouca valorização da capacidade dos jovens de elaborarem teorias sobre suas condições e trajetórias, no que diz respeito a questões de potência de mudança. No próximo bloco, darei ênfase a um fato inusitado: as ações do PRONASCI sendo postas em funcionamento sob uma nova denominação no Rio Grande do Sul e propostas por outro setor governamental.

Os estudos apontados anteriormente potencializam esta dissertação devido às análises realizadas pelos autores, as quais direcionam meu pensamento para modos de convergência, em alguns pontos, entre o PRONASCI e o programa *BGV na Paz*. Dentre elas, destaco as estigmatizações dos locais para os quais esses programas são direcionados, tratando as periferias brasileiras como locais onde nascem e são reproduzidas as ações tidas como criminosas e os sujeitos como perigosos. Nesse contexto, as intervenções programáticas que constituem os programas são direcionadas exclusivamente para esses locais. Além das estigmatizações dos espaços, os indivíduos que ali residem passam também a ser tratados como autores do crime ou alvos fáceis do mesmo.

Somada às duas considerações aqui expressas, aponto para outra questão conectada

entre os programas: neste caso, as leituras das demandas por parte de quem propõe os programas e assinalam uma contradição, ou melhor, uma incompatibilidade entre o que é proposto para determinada população e aquilo que os mesmos consideram como prioridade ou necessidades para suas vidas.

2.2 O PRONASCI desdobrando-se em *RS na Paz*

Sendo o PRONASCI um programa produzido com pretensões políticas (e tendo como um dos seus idealizadores o gaúcho e Ministro da Justiça Tarso Genro), não demorou para que o mesmo fosse instalado no Rio Grande do Sul – RS. Suspeito que a implementação do mesmo em cidades do estado esteja relacionada à compatibilidade entre lideranças partidárias nos municípios. As cidades de "pouso" do programa foram as que compõem a região metropolitana de Porto Alegre (Canoas, Alvorada, Novo Hamburgo, Esteio, Cachoeirinha, Sapucaia e São Leopoldo), somadas a alguns bairros da capital gaúcha (Rubem Berta, Restinga, Lomba do Pinheiro). Nessas localidades, o programa foi instalado para combater os números de violência produzidos.

Em meio à implementação e ao funcionamento do programa nas regiões gaúchas citadas anteriormente, surge um novo programa no Rio Grande do Sul, denominado *RS na Paz*. O último foi elaborado com base em muitas características comuns com o programa federal, inclusive, tendo os mesmos objetivos. Nas cidades gaúchas em que o PRONASCI já havia sido instalado, ele continuou seu funcionamento; nas demais regiões, o *RS na Paz* "entra em cena", inclusive na cidade do Rio Grande – RS. Mais uma vez, suspeito que o vínculo partidário seja o principal quesito nas escolhas das cidades contempladas com o segundo programa.

Figura 1: Logo do Programa *RS na Paz*

Fonte: Site da Secretaria Estadual de Segurança Pública

Antes de o *RS na Paz* ter sido anunciado na cidade do Rio Grande – RS, Hecktheuer (2012) fez um diagnóstico relativo às condições que a cidade e, mais precisamente, a região sul do estado, vinham enfrentando nos últimos anos, devido a uma série de fatores. Segundo o pesquisador, elas foram/são propícias às condições de instalação de programas com vistas à segurança, as quais estão atreladas ao que ele denomina de "condições políticas produtivas" (Ibidem, p. 99-100). Estas, por sua vez, estão relacionadas aos investimentos estaduais e nacionais na região, à emergência de projetos sociais e esportivos, conectados à questão da segurança na cidade e a alguns contextos que envolvem indivíduos ligados à política governamental.

Parte dos fatores elencados constituem, na visão do pesquisador, uma forma de reparar danos e minimizar um estado de abandono em que a região se encontrava, em termos de políticas sociais. É importante destacar que o diagnóstico realizado não constitui uma atitude de prever o que aconteceria, mas de apontar uma série de condições que indicavam, naquele momento, novos direcionamentos, no que se refere a programas de esportes, lazer e segurança no estado do Rio Grande do Sul e na cidade do Rio Grande.

O diagnóstico realizado, no entanto, vira uma realidade. No ano de 2014, a cidade do Rio Grande – RS torna-se mais uma no estado a receber a política de segurança (*RS na Paz*).

O contexto para a implementação do programa na cidade é complexo; porém, o fator mais visível e mais apontado por autoridades responsáveis pela política está relacionado ao número de homicídios registrados na cidade, nesse mesmo ano.

A seguir, desenvolvo a questão da troca/continuidade de programas no Rio Grande do Sul. Para tanto, como forma de pulverização dessa pequena gênese dos programas PRONASCI/*RS na Paz*, elaborei questões que visam a contribuir para o acompanhamento da problematização sobre o tema de pesquisa. As questões são: Quais são as condições de possibilidade, no estado, para a emergência do programa *RS na Paz*? Em quais acontecimentos é estabelecida a continuidade/descontinuidade do programa? Como se dá o funcionamento do programa *RS na Paz*? Quais fatores contribuíram para produzir uma relação estreita do *RS na Paz* com a cidade do Rio Grande – RS?

2.3 *RS na Paz* e o seu funcionamento na cidade do Rio Grande – RS

Em 2010, o então ministro da justiça, Tarso Genro, um dos idealizadores do PRONASCI, afasta-se de suas atribuições no ministério para concorrer ao cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul – RS. No mesmo ano, o antigo ministro da justiça é eleito por sufrágio eleitoral, vencendo a concorrente Yeda Crusius, assumindo, em janeiro de 2011, o cargo de governador do estado, tendo, na presidência da república, Dilma Rousseff.

Sendo Tarso Genro um dos idealizadores do PRONASCI, foi instalado, no Rio Grande do Sul, o referido programa, no período de sua gestão. No mesmo período da instalação e funcionamento, nas cidades gaúchas já citadas, foi produzido e colocado em funcionamento um outro programa, agora estadual, com diversas características comuns às preconizadas pelo programa federal; porém, o novo programa estadual fica denominado *RS na Paz*. Dentre as principais ações que foram absorvidas do antigo programa pelo atual, está a tentativa de ambos se constituírem como uma ação de segurança que não atua apenas no nível da repressão, mas com foco na prevenção do que, contemporaneamente, é tratado por delitos. As cidades de Canoas, Novo Hamburgo, Alvorada, Esteio, Cachoeirinha, São Leopoldo e Porto Alegre continuaram sob as ações do PRONASCI, e o programa *RS na Paz* focou sua atenção em outras cidades gaúchas, tais como: Vacaria, Nova Santa Rita, Santa Cruz do Sul e Rio Grande – RS. Todavia, contemporaneamente, os programas (*PRONASCI* e *RS na Paz*) não

estão mais em funcionamento em nenhuma região do estado.

No início do mês de maio de 2014, foi anunciada a cidade do Rio Grande – RS como mais um dos locais gaúchos a receber o programa de segurança *RS na Paz*, o qual tinha como objetivo intervir, por meio de uma política de segurança pública, em localidades do estado do Rio Grande do Sul cujos índices de violência e criminalidade fossem elevados. As intervenções a que objetiva o programa, na cidade, pautaram-se, inicialmente, no aumento das forças policiais em um local da cidade tido como violento, o bairro Getúlio Vargas (popularmente conhecido como BGV), seguido da disponibilização de recursos financeiros para a aquisição de tecnologias de videomonitoramento; o fortalecimento das instituições de segurança e dos recursos para a implementação de projetos sociais de diversas áreas, entre elas, a área esportiva, da saúde e do lazer. No Rio Grande do Sul, a cidade do Rio Grande foi a última a anunciar a contemplação do programa. É importante frisar que o bairro onde o programa foi anunciado (Getúlio Vargas) passou a ser tratado sob a denominação de *Território da Paz.*

O programa foi divulgado na cidade para enfrentar os índices de violência e de homicídios registrados, os quais têm, no período de 2014, o número mais alto, em comparação aos anos anteriores. Segundo dados estatísticos produzidos pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) da cidade, foram registrados, em 2014, 55 homicídios, sendo que o BGV desponta com "30% do total desses homicídios nesse mesmo ano" (JORNAL AGORA, 2014, p.10). Nesse cenário, considerado e tratado como um período violento na cidade, e da consideração do diagnóstico estatístico produzido pelo GGI-M, o destino do programa *RS na Paz* passa a ser o BGV, ficando estabelecido que as atenções dos responsáveis pelo programa se voltarão para tal bairro.

É sob o prisma de um dado estatístico (30% das mortes registradas no BGV) produzido que se justifica a implementação do programa no bairro, ou seja, por meio de uma tecnologia de governo, é induzida a produção desse programa. Segundo Traversini e Bello (2009, p. 143,148 e 149 grifos meus):

> A estatística pode ser entendida como um meio, composto por saberes e procedimentos técnicos específicos, que é utilizada por governos das diferentes esferas públicas para situar comunidades com altos índices de **criminalidade,** por exemplo, como sendo de risco social. Analisar como conduz a conduta desse

> conjunto de indivíduos para sair da condição de **violentos** é tomar a prática da gestão do risco como uma forma de governar que necessita do saber estatístico para tomar decisões. […] Se números, medidas, índices e taxas adquirem importância nas ações governamentais, seja no âmbito político, econômico, social, educacional, é para que os mesmos sejam utilizados na invenção de normas, de estratégias e de ações no intuito de dirigir, de administrar e de otimizar condutas individuais e coletivas em todos os aspectos.

Mesmo com todo o apelo que os números produzem, em termos de intervenção governamental, no mesmo ano de 2014, um fato corroborou para abalar a implementação e o funcionamento do programa na cidade e no BGV. Acontecem as eleições para alguns cargos políticos no estado, entre eles, o de governador, pleito em que José Ivo Sartori supera em número de votos o então atual governador, Tarso Genro (um dos idealizadores do PRONASCI e do *RS na Paz*) e assume o cargo no governo. A troca de indivíduos e de partidos, no cargo de governador, causa mudanças nos modos de gerir os gastos no estado, principalmente na destinação de recursos financeiros para os programas "ditos" sociais, entre eles o programa *RS na Paz*. O novo governador pautou e vem pautando sua gestão política na redução de gastos e custos, postura que inviabilizou a implementação do programa na cidade e no BGV.

Em meio à inviabilidade que envolve questões financeiras relativas ao programa *RS na Paz*, na cidade, em uma situação que já havia sido divulgado, nos meios midiáticos, o processo de contemplação e implementação do mesmo, o executivo municipal toma uma atitude e assume para si a responsabilidade de ser o principal produtor e proponente de um novo programa. Com a atitude tomada, o poder executivo da cidade municipaliza-o, tornando o mesmo um programa de segurança produzido pelo município, sob a denominação de *BGV na Paz*. Esse novo/antigo programa, agora municipal, continua pautado em pressupostos condizentes com os antigos programas (PRONASCI e *RS na Paz*). Tendo acompanhado um processo de uma reunião com responsáveis[4] pelo novo programa e na presença de um líder do BGV, atesto parte dos apontamentos expostos até aqui.

> A responsável pelo novo programa começou a explicar como estava se dando a implementação do *BGV na Paz*, bem como seu funcionamento. Nessa fala, ela frisou que o programa é uma política municipal de

[4] Sendo a prefeitura municipal da cidade o produtor e principal proponente do programa, dois indivíduos, representantes de tal instituição, ficam responsáveis por dar andamento às ações do programa: a coordenadora de políticas sobre drogas e o superintendente do GGI-M. Sendo assim, quando cito, ao longo do texto, responsáveis e proponentes do programa, é a esses sujeitos que me refiro.

segurança, que estava denominada anteriormente como *RS da Paz* e também era, anteriormente, um programa de governo estadual, mas que, por questões políticas, foi transformado em *BGV na Paz*. Ainda nessa fala sobre o programa, a coordenadora frisou que existe a busca de recursos financeiros para a implantação do mesmo junto ao governo federal, mas que as verbas estavam atrasadas. Ao mesmo tempo, foi colocado, na reunião, ainda pela responsável, que não existem ações de implementação, mas apenas as buscas por espaço e contato com as lideranças. Dentre as buscas por espaço, a mesma declarou já terem acontecido dois eventos, um ano passado (que foi a Operação República) e um esse ano (o Março Lilás). [Excerto do caderno de registro de pesquisa, 04 maio de 2015].

A mudança no cargo de governador do estado no Rio Grande do Sul e, por isso, as mudanças de foco no destino com os gastos em programas "ditos" sociais, acarreta o processo de municipalização do programa, mudança que me permite movimentar o pensamento na direção daquilo que Damico (2011, p. 38) trata como uma nova perspectiva, em termos de proposição de políticas de segurança, que é "o governo municipal como um novo ator na área de segurança pública, principalmente em ações de prevenção da violência e da criminalidade". Seguindo o mesmo autor,

> No Brasil a segurança pública tem sido de obrigação prevalecente dos governos estaduais, mormente por meio da atuação das polícias civil e militar, bem como do Poder Judiciário dos estados, Ministério Público e do sistema prisional, todos organizados e administrados na esfera estadual. Entretanto, o desenvolvimento do sentimento de insegurança, combinado às dificuldades dos governos federal e estaduais para atenderem as reivindicações de segurança da população, têm feito com que outras formas de combate e prevenção comecem a ser incorporadas. Passa a surgir uma forte inclinação para que os governos municipais e a sociedade civil organizada somem esforços para a implementação de políticas locais de prevenção e controle da violência, nos seus diversos âmbitos de expressão. (Ibidem, p.38)

Além dessa nova configuração que posiciona o município do Rio Grande como protagonista na proposição de um programa de segurança, desloco meu olhar para uma questão abordada pelo PRONASCI e pelo *RS na Paz*, que permanece no *BGV na Paz*. A questão está localizada nos modos de tentar gerir e controlar atitudes tratadas como criminosas na cidade, na qual os programas apontam para ações de segurança que priorizam a prevenção sem "abrir mão" da repressão. Mesmo com o processo que ouso chamar de "municipalização do programa", é importante frisar que o mesmo em estudo (*BGV na Paz*) não se concentra apenas nas atuações das forças municipais: grande parcela do início da implementação e parte do funcionamento do mesmo estão focalizados em instituições estaduais, tais como a polícia civil, militar, as escolas estaduais, dentre outros.

Na tentativa de "costurar" a relação estreita entre os programas PRONASCI, *RS na Paz* e *BGV na Paz*, caracterizo, a seguir, este último, em termos de implementação de ações

de segurança no bairro e na cidade. Na etapa em questão, além da caracterização, sinalizo alguns exemplos de processos de implementação que acompanhei (estive lá para acompanhar processos) e registrei na ferramenta metodológica por mim denominada caderno de registro de pesquisa. Logo, elenco algumas questões que ajudam na problematização da próxima etapa, quais sejam: O que é o programa *BGV na Paz*? Quais as condições que tornaram possíveis sua ou elaboração? Quais são seus principais objetivos de atuação?

3 O PROGRAMA *BGV NA PAZ*

O *BGV na Paz* se constitui como um programa "piloto" para trabalhar a questão da transversalidade no trato com a segurança cidadã, na cidade do Rio Grande – RS. Embasado em algumas ações dos "finados' PRONASCI e do *RS na Paz,* o programa municipal está pautado na implementação e na produção de ações e/ou projetos de prevenção e repressão a determinados comportamentos. Parte das ações estão focadas na atuação do policiamento comunitário, na implantação de mecanismos de controle (no caso, câmeras de videomonitoramento em determinados locais da cidade), no fortalecimento do GGI-M e na disponibilização de recursos para as práticas esportivas e de lazer no BGV e outras.

O programa tem como proponente principal um órgão governamental da cidade, que é a prefeitura municipal, através de parte de suas secretarias. A instituição se dispõe, através do programa, a financiar custos e a exercer o papel principal, na tentativa de gerir ações no combate ao que é tratado como violência entre indivíduos.

Sendo assim, o objetivo geral do programa BGV na Paz é "olhar para os problemas de violência na cidade, mas, principalmente, no BGV, para além das questões de repressão" (Excerto do caderno de pesquisa, 02 setembro de 2015). Nessa direção, o programa foi implementado no bairro e na cidade como um programa de segurança transversal[5], para tentar frear os números de homicídios na localidade.

O programa está direcionado para uma população formada por indivíduos diagnosticados como potenciais na possibilidade de se implicar com ações que envolvem a violência e a drogadição; os indivíduos, dessa forma, são tidos pelo programa como "alvos fáceis" de tais situações (Excerto do caderno de pesquisa, 02 setembro de 2015). Parte das ações está destinada a esses indivíduos e os mesmos têm sido localizados pelo programa nas escolas municipais e estaduais do bairro e na própria comunidade. Segundo o Jornal Agora (2014, p. 10) "o programa trabalha prioritariamente com os jovens de 12 a 24 anos, faixa etária em que é possível trabalhar com a prevenção do uso e dependência de drogas, além do tráfico de entorpecentes. Agrego, às considerações expostas, a noção de periculosidade tratada por Foucault (2002, p. 85). Em relação a tal noção, o autor destaca que ela "significa que o

[5]Atribuiu-se pelos proponentes do programa a qualidade de transversal devido a sua condição de atuar em diversos setores da vida da população do BGV.

indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que os indivíduos representam".

Além do público escolar, considerado no nível da prevenção, destaco o direcionamento do programa para outra parcela da população do BGV: os indivíduos que, atualmente, compõem os dados estatísticos do crime na localidade e cumprem medidas socioeducativas. Esses indivíduos são tratados dentro da proposta de reintrodução na sociedade *normalizada*. O terceiro foco do programa são os indivíduos que fazem parte do sistema carcerário da cidade – direta ou indiretamente –, bem como os usuários de drogas e profissionais do sexo.

Ainda em relação ao público-alvo, o programa traz, como herança dos programas anteriores (PRONASCI e *RS na Paz*), a continuidade na produção de discursos que constituem indivíduos de bairros periféricos como sendo perigosos e/ou vulneráveis às questões de violência. Em relação ao trato discursivo, Foucault (1986) estabelece a condição de:

> não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam**, assim sendo, os discursos presentes no programa formam os indivíduos-alvo.** Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas. (p.56 Grifos meus)

Em meio ao cenário descrito acima, na relação do programa com seu público, indico o primeiro como uma produção governamental constituída por uma série de ações que foca e dispara intervenções para determinados indivíduos do BGV, em um período considerado mais violento do que períodos anteriores. Em diálogo com um responsável pelo programa, fica sinalizada parte de tais afirmações:

> Então! Olhar o BGV na PAZ é olhar para a habitação, olhar para as questões de saúde, olhar as questões de assistência, olhar as questões de infraestrutura, de limpeza urbana e as questões da juventude que, por consequência, se a gente tem (e aí esse tema me toca muitíssimo), né, também, uma dívida histórica com a implementação de políticas públicas da juventude, porque também é uma política transversal. (Excerto do Caderno de Pesquisa, 02 setembro 2015)

Tal consideração, indicada no registro anterior, potencializa as questões relacionadas às

intervenções governamentais, no sentido de que me atrevo a suspeitar de uma vontade do Estado em estabelecer uma relação de governo na localidade. A suspeita parte de mim, em razão da própria fala do responsável pelo programa, que remete aos atendimentos de direitos daquela população e, ao mesmo tempo, à questão dos "olhares" para diversos âmbitos da vida dos indivíduos que no bairro residem. Os "olhares" me indicam um conjunto de vigilâncias, característico da sociedade de segurança da qual Foucault (2008, p.7) trata: "o conjunto é enquadrado, de um lado, por toda uma série de vigilâncias, controles, olhares, esquadrinhamentos diversos que permitem descobrir, antes mesmo do ladrão roubar, se ele vai roubar, etc.". As vigilâncias, os controles e os olhares tratados pelo autor e pelo responsável, em seus relatos, têm tido como ponto de sustentação principal aquilo que Foucault (Ibidem, p.365) chama de conhecimento do Estado, que é a estatística, ou seja:

> […] o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativa das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza, estimativa das riquezas virtuais de que um estado dispõe: minas, florestas, etc., estimativa das riquezas produzidas, estimativas das riquezas que circulam, estimativa da balança comercial, medida dos efeitos das taxas e dos impostos – são todos esses dados e muitos outros que vão constituir agora o conteúdo essencial do saber […]

A estatística entra em funcionamento nas relações do programa com o BGV e com a cidade do Rio Grande justamente na questão da produção dos dados, os quais apontam números de homicídios não aceitáveis nas localidades. A seguir, indico a produção de dados estatísticos que remetem às questões por mim colocadas até o momento:

Figura 2 – Dados estatísticos produzidos

OCORRÊNCIAS - MUNICÍPIO RIO GRANDE - JAN A NOV/2015

Qtd Ocorrencias		jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	2015
HOMICIDIO DOLOSO	Tentado	16	11	12	19	8	7	8	11	12	12	9	125

Qtd Ocorrencias		jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	2015
HOMICIDIO DOLOSO	Consumado	1	6	2	3	4	4	2	6	0	4	2	34
HOMICIDIO CULPOSO	Consumado	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
HOMICIDIO CULPOSO NA DIRECAO DE VEICULO AUTOMOTOR - ART.302	Consumado	0	3	1	1	1	1	0	3	2	1	2	15
HOMICIDIO DOLOSO NA DIRECAO DE VEICULO AUTOMOTOR	Consumado	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
ROUBO COM MORTE LATROCINIO	Consumado	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	4
ROUBO A PEDESTRE	Consumado	93	176	146	137	140	155	104	106	125	149	170	1.501
ROUBO A PEDESTRE COM LESOES	Consumado	8	10	5	9	7	7	7	8	6	7	11	85
ROUBO A PEDESTRE ESCOLAR	Consumado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ROUBO A PASSAGEIRO TRANSP. COLETIVO E LOTACAO	Consumado	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	4
ROUBO A TRANSPORTE COLETIVO	Consumado	24	108	50	41	6	11	17	31	54	36	13	391
Total	Consumado	126	305	204	192	159	180	130	155	191	198	198	2.038

Dados até Novembro/2015
FONTE: Sistema Cubos/PROCERGS

Fonte: Imagem obtida via acompanhar processos referentes ao GGI-M

Na busca por atender uma população considerada problemática, o programa *BGV na Paz* é produzido para funcionar através da formação de uma rede composta por instituições (em sua maioria governamentais), em que constam a prefeitura da cidade, o GGI-M, a Brigada Militar, a Guarda Municipal, as escolas municipais e as escolas estaduais. Tais setores são as principais instituições que tentam garantir a segurança da população e na estatística o suporte para o funcionamento. É necessário destacar aqui que o GGI-M é o responsável, na cidade, por produzir as estatísticas relacionadas às ações tidas como criminosas; nesse contexto, o mesmo torna-se autor da "realidade violenta" a ser combatida na cidade. Essas instituições recebem o "reforço" de outras, que dão suporte às atribuições da prefeitura da cidade, tais como: Secretaria de Município de Turismo, Esporte e Lazer; Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social; Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos. Para Damico (2011, p.38):

> Passa a surgir uma forte inclinação para que os governos municipais e a sociedade civil organizada somem esforços para a implementação de políticas locais de prevenção e controle da violência, nos seus diversos âmbitos […] Essa mudança no papel dos municípios nas ações de segurança pública é tributária da constatação que situações/eventos envolvendo os cidadãos estão mais presentes no nível da cidade e

> do bairro e que, portanto, também é nesse âmbito que os governos têm contato mais próximo com a população.

Os braços institucionais têm sido os responsáveis pela constituição e atrelamento da rede de funcionamento do programa em questão. Após expor e discutir as ações do programa *BGV na Paz*, proponho alguns questionamentos: Pode a estatística mobilizar uma série de instituições em prol de uma suposta segurança? Sobre quais fatores a estatística ganha autoridade para indicar os locais violentos? No próximo item, apresento uma breve caracterização do BGV. Nesta etapa, levantarei questões que vão ao encontro da constituição do bairro, sua relação com o porto da cidade, alguns fatos que envolveram deslocamentos da população residente no local para outros espaços da cidade e algumas situações que corroboram para o processo de estigmatização do bairro como local violento.

4 O BGV COMO “UM PROBLEMA” NO PASSADO E NO PRESENTE

O bairro Getúlio Vargas, também orgulhosamente conhecido na cidade do Rio Grande como BGV ou Cedro – antigamente conhecido por “Vila do Cedro” (CIPRIANO; MACHADO, 2013, p.4) – está localizado nas mediações do porto e possui cerca de um século de existência. A fundação do bairro tem uma relação direta com a construção da área portuária e ambos mantêm, contemporaneamente, uma relação intensa. Sendo assim, o exercício de escrita sobre o BGV não pode ser realizado sem a presença de uma caracterização do Porto do Rio Grande. O projeto inicial de construção do Porto do Rio Grande data de meados de 1737 (NEVES, 1980). Após sua construção, o mesmo teve como função o transporte e o recebimento de diversos produtos, incluindo gêneros alimentícios, vestuários e outros, vindo e partindo para outras cidades do Rio Grande do Sul e, também, para outros países.

Com o passar dos anos, o empreendimento foi demonstrando algumas deficiências, principalmente com relação ao recebimento de embarcações de médio e grande porte, devido a sua estrutura física; por conseguinte, o medo de que as embarcações ficassem presas nos bancos de areia freou, por alguns períodos, a tentativa de tornar o mesmo o escoadouro mais importante da região. Em meados dos séculos XVIII e XIX, o porto começa a sofrer algumas configurações importantes que irão estabelecer relações diretas com BGV. Na época, é elaborado e começa a ser executado um projeto de sua expansão, desenvolvido, posteriormente, ao longo da hoje conhecida Av. Honório Bicalho.

Paralelo ao processo de expansão, desenvolveu-se também a construção de dois molhes na localidade da barra, empreendimentos realizados para a resolução de problemas antigos do local e sua consolidação e fortalecimento, contando com a *Compangnie Française du port du Rio Grande do Sul*, principal responsável, na época, por gerir economicamente os negócios da expansão. Além de elaborar o projeto de construção do porto, a referida *Compangnie* teve como metas a elaboração da planta de um bairro contíguo aos arredores da área portuária (hoje BGV) e o recebimento, no local, de uma população abastada, para alavancar economicamente a região.

Porém, o que ocorreu foi o inverso do planejado: o espaço foi ocupado por setores subalternos da população rio-grandina, que foram montando casebres de madeira e se estabelecendo no local, inclusive nas imediações da Av. Honório Bicalho, em busca de

trabalho nas obras do porto e nas indústrias da região. A proliferação de casebres na região gerou a formação de uma população que vinha dos mais diversos "cantos" da cidade; a localidade, na época, ficou conhecida como bairro dos estivadores e trabalhadores portuários. No mesmo período, o espaço populacional recém-estabelecido passou por uma série de problemas: a falta de iluminação, de água encanada, aglomerados de casebres, problemas que vinham acompanhados de outros, os quais corroboraram o processo de estigmatização do bairro como lugar sujo, feio, violento e outros atributos.

Em meio aos processos de expansão, Cipriano e Machado (2013) destacam um fato ocorrido na década de 70, denominado, por esses autores, como "a grande faxina dos anos 70". Esse fato se refere a episódios de remoções dos aglomerados de casebres e de populações do BGV para destiná-las a outras localidades da cidade, tais como a Vila São João[6] (OLIVEIRA, 2000), em prol da expansão da área portuária sob o discurso do desenvolvimento.

Ainda segundo Cipriano e Machado (2013), a remoção de determinada parcela da população do BGV para outras localidades da cidade, na década de 70, deu-se de maneira contrária à vontade de muitos dos indivíduos residentes no local. Ao mesmo tempo, a mudança causou diversos transtornos na vida dessa população, uma vez que muitos eram trabalhadores portuários e se viram residindo em locais distantes do seu trabalho. Entre o "período de maio de 1971 e março de 1973, cerca de 964 casas foram removidas do BGV, girando em torno de 4 mil pessoas afetadas" (ibidem, 2013, p. 7). É importante frisar que as áreas para onde foram realocadas as famílias do BGV eram locais distantes e com diversos problemas estruturais.

4.1 BGV novos/velhos "problemas" e potencialização das estigmatizações

As remoções ocorridas na década de 70, no BGV, não são fatos isolados na relação intensa que o bairro mantém com a área portuária; contemporaneamente, emergem projetos de novas expansões e remodelação do porto e, por efeito disso, novas remoções de populações do bairro são tidas como inevitáveis. Em 2006, a Superintendência do Porto do Rio Grande

[6] Atual bairro São João.

(SUPERG) lança publicamente o interesse em utilizar áreas invadidas por indivíduos populares, visando à instalação de novos empreendimentos no local (SANTOS; MASCARELLO, 2015). A questão da iniciativa portuária da cidade estabelece novamente uma relação intensa, entre dois interesses: determinada parcela da população do BGV e a Superintendência do Porto do Rio Grande, tendo como disputa uma faixa de 15 metros, paralela ao muro do parque automotivo do Porto Novo do Rio Grande. Segundo Almeida e Silva (2012, p. 2),

> Essa área foi definida a partir de negociações entre os agentes envolvidos: a Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), os moradores(as) representados pela Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Getúlio Vargas (AMABGV) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia. Tais agentes indicaram que a delimitação do bairro Getúlio Vargas atingida pela expansão portuária compreende uma faixa de 15 metros de largura paralela ao muro do parque automotivo do porto novo, onde será construída uma avenida ligando a Rua Dom Pedro II até a BR 392 […] a faixa abrange uma área densamente povoada, com muitas residências e ruas desalinhadas e estreitas, abertas conforme foi feita a ocupação.

Para as autoras, as novas remoções e realocações das famílias atingirão cerca de 1.245 moradores(as), a maioria deles com baixa escolaridade e baixa renda. O local para realocação dos moradores do BGV será o condomínio residencial BGV I e II, ambos integrantes das ações do programa *BGV na Paz* e localizados nas imediações da Av. Dom Pedro I, quase esquina com a Rua Almirante Barroso. As moradias estão em processo de finalização da construção: a primeira parte desses condomínios será composta por 220 apartamentos e a segunda, por setenta apartamentos, sendo que as duas integram as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

O processo de realocação das famílias para os residenciais BGV I e II encontra-se em pauta na Secretaria de Município da Habitação e Regularização Fundiária, tendo como mediador o executivo municipal da cidade do Rio Grande. Segundo Gonçalves (2015), o processo de realocação está na fase de entrevista com os moradores das proximidades, etapa em que as assistentes sociais do município promovem um levantamento dos fatores socioeconômicos desses indivíduos. O fator socioeconômico parece ser o principal nas prioridades das remoções. Em conversa com o responsável pelo programa, comprovo parte de tais afirmações:

> O mapeamento da retirada do pessoal do BGV está sendo realizado pela secretaria de habitação devido a toda essa questão (sobre a qual não sei dizer os termos técnicos) em relação a tal área portuária, envolvendo a reorganização do local e da estrada que ali passa. Foi feito um mapeamento das famílias, chegando-se ao resultado de quais são as famílias que serão afetadas: decidiu-se fazer uma permuta, havendo famílias que teriam que sair, mas que não queriam. A secretaria mediou essas questões: está implantado o projeto social dessa questão da remoção e quem o executa é o CAIC, fazendo muito essa mediação de conflitos entre as famílias, realizando atendimento em grupos, ajudando no processo de diálogo, junto a uma equipe de pedagogos e assistentes sociais, enfim, diferentes profissionais que apoiam a secretaria de habitação nesse trabalho de remoção. Então, um problema hoje é por que as pessoas saem de suas casas com pátio e passam a morar em um espaço bem menor, umas em cima das outras, havendo uma questão de compartilhamento do espaço, dos sons e, também, da violência, pois aquela área é importante na questão do tráfico (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 02 setembro 2015).

As relações que foram se estabelecendo entre o porto e o BGV, ao longo dos anos, vão além das que foram apresentadas aqui; neste sentido, as estigmatizações que envolvem o bairro também não se reduzem aos fatores habitacionais. Contemporaneamente, tal local tem sido objeto de pauta em muitos espaços, principalmente nas páginas policiais dos meios midiáticos, nas quais o envolvimento de indivíduos com a drogadição e com outros delitos têm tomado proporções diferentes/maiores do que em outros locais da cidade. Tais fatos acabam corroborando a produção de discursos que propagam, dentre outras, ideias como "BGV: terra sem lei e terra de ninguém"; ao mesmo tempo, o bairro é tratado como o epicentro das questões que envolvem a drogadição e a violência. A figura seguinte é um exemplo de tais afirmações.

Figura 3 – Notícia de sequestro no bairro Getúlio Vargas

PÁGINA 10 ■ Rio Grande, 28 de agosto de 2015 - SEXTA ■ AGORA SEGURANÇA www.jornalagora.com.br

VIOLÊNCIA

Sequestro, tiroteios e 'Casa da Laje' marcam base de organização criminosa e de ponto de tráfico em Rio Grande

ANETE POLL

Um sequestro para o uso do veículo, um homicídio, apreensão de dois menores, prisão de um homem e dois tiroteios foram registrados na noite de quarta (26).

Tudo começou com o desaparecimento do professor universitário Luis Fernando Fernandes Marins, por volta das 19h30min, que foi levado, juntamente com seu carro, como refém. Ele passou por dois cativeiros no bairro Getúlio Vargas, o último na rua Um velha. Enquanto isso, os dois menores, acompanhados, a princípio, por mais quatro homens, foram até a Barra, no veículo do professor. Chegando lá, mataram Arnaldo Nunes, conhecido como 'Marinheiro', de 23 anos.

As informações são de que Arnaldo teria envolvimento na morte de Alyfer Amaral Schmidt, de 16 anos, encontrado morto, na última segunda (24), pela manhã, na rua da Lagoa, na Barra.

O tiroteio aconteceu entre os ocupantes do veículo roubado, quando estes voltavam da Barra, e policiais da Defrec. Um menor de 17 anos foi atingido na perna, neste tiroteio. Os outros criminosos conseguiram fugir. No carro, a polícia encontrou uma espingarda 12, um revólver 38 e duas facas. O trabalho de investigação já por

professor. "E foi um fato aleatório, onde aproveitaram o momento que ele estava chegando em casa, abordando-o exclusivamente para o roubo do carro com intenção do homicídio", revelou o delegado Ronaldo.

Troca de cativeiro

Marins foi levado primeiramente para um cativeiro, também no BGV, e, logo depois, transferido para o cativeiro onde a polícia localizou ele, perto da 0h, na rua Um velha, na chamada "casa da laje". Deixaram ele lá com um outro criminoso e foram com seu carro até a Barra, onde mataram Arnaldo Nunes, por volta da 0h30min.

- Nós encontramos os criminosos ainda na Barra quando eles estavam retornando para o BGV, ainda na estrada da Barra, por volta da 1h. Eles resistiram, houve a troca de tiros e a fuga de pelo menos quatro pessoas - informou Coelho. A Polícia Rodoviária Federal (PRF), que estava em ocorrência, ajudou fechando a estrada.

A rapidez na ação policial também se deu pelas informações recebidas da própria comunidade. "As pessoas viram o carro se deslocando pelas ruas. Viram ainda quando o professor foi retirado do porta-malas, amarrado e encapuzado. Acompanhamos toda essa movimentação através de informações da comunidade do BGV, que é

Luiz Trigaga/JA

Na rua Um velha, onde o professor foi encontrado, localiza-se o segundo cativeiro

apuramos, estava no planejamento a morte do refém, porque ele passou por dois cativeiros e teria condições de reconhecer os locais. Então, para evitar a penalização por mais este homicídio e pelo roubo, a intenção era matar para que o docente não servisse de testemunha", afirmou o delegado Coelho.

A identificação dos demais envolvidos, não somente dos que estavam presentes, mas de ou-

Professor fala das seis horas de horror

Luis Fernando Fernandes Marins, que passou por momentos aterrorizantes, publicou em rede social, tudo o que passou durante as seis horas que esteve nas mãos dos criminosos. "Por volta das

Foram as seis horas mais longas da minha vida. Não existem palavras para descrever este sentimento. Meu carro havia estado na Quarta Secção da Barra, em meio a um intenso tiroteio, onde um ban-

Fonte: Jornal Agora do dia 28 de agosto de 2015

A partir do ano de 2009, consegui avistar uma proliferação de discursos e reportagens, como esta que acabei de citar, devido a minha entrada para o universo da pesquisa, com foco nas problematizações de ações “ditas” sociais. A exemplo da indicada, as reportagens, na

maioria das vezes, estabelecem um cunho negativo no trato com o bairro. Durante as problematizações, inúmeras vezes me deparei com a continuidade e a potencialização da estigmatização do local dentro dos fatores relacionados ao que se costuma conceber como criminalidade, sendo que a principal forma de enfrentamento aos "problemas de insegurança local" tem sido a produção de vários projetos, principalmente os esportivos, sendo colocados para funcionar com tal finalidade.

Contemporaneamente, a saga na ênfase em proposição de ações de intervenção continua sendo colocada em funcionamento. Um exemplo é o próprio programa *BGV na Paz*, parte das ações para a localidade são de origem governamental, tendo, como justificativa principal, as questões relacionadas à segurança. Tal número de proposições produzidas por vias governamentais no bairro me permite tratar sobre sua proliferação como ações de governo que produz, reproduz e dá continuidade no trato do BGV como local violento e carente de intervenções. Se, anteriormente (em 2009), as atuações ditas sociais se pautavam no oferecimento de práticas esportivas para combater alguns males da insegurança (situados sob o prisma da vulnerabilidade social, da exclusão e do ócio), atualmente, tais ações não se pautam apenas no esporte, mas na integração de uma série de fatores (esporte, saúde, lazer, policiamento comunitário e outros).

Porém, as estigmatizações do local, por parte de determinada parcela da população, não parecem fazer parte do pensamento de alguns moradores do bairro; muito pelo contrário: em conversas com indivíduos que ali residem, obtive informações indicativas de que as estigmatizações dadas à localidade referem-se mais à fama do que à realidade. Alguns indivíduos que ali residem, com os quais pude compartilhar algum tempo de conversa, não negam a existência de focos de violência no local. No entanto, de maneira alguma eles aceitam a condição de localidade mais violenta da cidade. A seguir, reproduzo parte da conversa com dois moradores do bairro.

> Na conversa entre proprietário de um estabelecimento comercial do bairro, um funcionário e eu, os dois primeiros ressaltaram que não acham o BGV o bairro mais violento da cidade. O que me falaram é que existem focos de violência no local que explodiram devido a dívidas de drogas. Tais sujeitos declararam não ter medo de viver e nem receio de andar pelas ruas em qualquer horário, os mesmos contrariam a fama que o mesmo possui e que aparece na mídia. Inclusive, o funcionário ali presente me indicou que se eu perguntasse a algum outro vizinho ou morador do bairro, nenhum diria que não gosta de viver ali e, sendo assim, o mesmo citou exemplos de pessoas que foram embora do local para outros espaços da cidade e logo voltaram para viver no bairro. Com relação aos homicídios ocorridos nos últimos anos,

ficou frisado, pelos mesmos, que as dívidas pelo tráfico de drogas são as principais responsáveis por elas e que o porto tem uma influência direta na região. Segundo o proprietário, antigamente havia muitas ofertas de trabalho no porto, fato que fazia com que muitas pessoas tivessem onde conquistar seu sustento; porém, com a modernização do mesmo, as oportunidades de emprego foram diminuindo, o que possibilitou que alguns indivíduos se obrigassem a buscar ganhar dinheiro e se manterem vivos, e uma dessas formas é o tráfico de drogas. Essa conversa se encaminhou para o contrário do que é dito sobre o BGV; nesse sentido, o morador ainda me disse que acha o bairro São João mais violento que o BGV. (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 08 dezembro de 2015).

Na esteira dos fatos que se contradizem – ou seja, de um lado, a mídia e os discursos que apontam o BGV como o local mais violento e, de outro, a indicação de sujeitos que residem no bairro, e que se posicionam contrários à versão midiática – lanço mais algumas questões que ajudam na movimentação do pensamento: o BGV é o bairro mais violento da cidade? E quais os parâmetros utilizados para indicar tal situação?

É na imbricação de contextos que produzem e reforçam a estigmatização do BGV como violento e necessitado de intervenção, bem como em minha desconfiança das estigmatizações, que reforço mais uma vez meu tema e problema de pesquisa: primeiramente, a questão da segurança na cidade do Rio Grande – RS; e segundo, em que medida o programa *BGV na Paz* é tomado como solução para o problema da segurança na cidade do Rio Grande?

4.2 Produções contemporâneas sobre BGV

Eu não vou ao BGV sozinha! **Moradora do bairro Navegantes**

Para mim, o lugar mais violento da cidade é o Cedro! **Moradora do bairro Castelo Branco I**

Eu tenho medo de ir ao BGV, aqueles guris que ficam nas esquinas só te olhando... **Morador do bairro Castelo Branco II.**

Para mim, o local mais violento é o BGV. **Moradora do bairro Nossa Senhora de Fátima**

Dou início a esta etapa destacando alguns relatos obtidos por meio de conversas com determinados indivíduos, em situações corriqueiras da vida. Tais situações, que não foram planejadas *a priori*, me permitiram sinalizar aqui algumas produções de moradores de locais

distintos da cidade, que percebem o BGV como um local a se ficar distante. Nessas constatações, adquiridas por meio de diálogos com habitantes de diferentes bairros da cidade do Rio Grande, é possível indicar, aqui, algumas produções contemporâneas sobre o bairro Getúlio Vargas e, ao mesmo tempo, apontar que elas são efeitos de duas situações. Primeiramente, tais relatos são efeitos imediatos das produções estatísticas que na cidade do Rio Grande – RS tiveram uma explosão no ano de 2014, após a constatação de uma proliferação ou epidemia de homicídios na cidade. Dessa maneira, o número de 55 homicídios registrados no ano, segundo o GGI-M, indica parte do que venho registrando aqui, e com a sinalização realizada pela instituição (de que o bairro Getúlio Vargas é o maior culpado pelos homicídios), tal contexto tem como efeito as produções contemporâneas que coloquei acima, vindas de moradores de outros locais.

O segundo efeito das produções, que indicam o bairro em questão como o mais violento e perigoso da cidade, são as informações dos veículos midiáticos, ou seja, os jornais de circulação impresso e os televisivos. Estas, por sua vez, baseadas nas produções estatísticas (as quais considero reducionistas), atestam, sem nenhum tipo de problematização, a noção de que o bairro é violento e perigoso e, com isso, os efeitos das representações sobre o bairro são potencializados.

Tais constatações são de um grupo de pessoas que vivem nos bairros distantes do BGV, dessa forma, as caracterizações de lugar violento e perigoso de se viver não parecem fazer parte do pensamento e das falas de moradores locais, que não expressam medo ou receio de viver no bairro, além de contestarem o resultado estatístico e a fama que a mídia ajuda a construir acerca do local.

Isto posto, saberes acabam por disputar espaços, os saberes que são produzidos pelas estatísticas e pelos noticiários e, em contrapartida, os que são produzidos por aqueles que vivem na localidade e se colocam contrários aos efeitos dos primeiros. É importante frisar, aqui, que são mínimas as contestações sobre o poder atual das estatísticas e da mídia, com relação a dizer a “verdade” sobre aquilo que ela se propõe a realizar. Partes das constatações colocadas aqui são potencializadas nos excertos abaixo.

> Uma tentativa de homicídio foi registrada por volta das 5h30min de sexta (28), na rua Cinco do bairro Getúlio Vargas. Duas pessoas estavam em uma casa, quando ouviram uma batida na porta da frente. Mesmo antes de abri-la, ouviram vários

> disparos de arma de fogo. Um dos projéteis atingiu um dos ocupantes da residência, na perna esquerda. (JORNAL AGORA, 2015, s.p.).
>
> Carlos Augusto Gonçalves da Rosa, 27 anos, foi executado a tiros, em frente a casa onde morava, na rua Um do bairro Getúlio Vargas. Conforme as informações, uma moto vermelha, com dois homens, pararam em frente à casa onde a vítima estava e um deles desferiu tiros na sua direção, que a princípio o atingiram na cabeça. A vítima possuía antecedentes por tráfico e havia saído da Penitenciária Estadual do Rio Grande (Perg) há pouco tempo. Esse foi o 52º homicídio registrado no ano em Rio Grande. (JORNAL AGORA, 2014, s.p.).

Nos dois casos, é possível visualizar o poder das estatísticas e da mídia em produzir o bairro como violento e, dessa maneira, fica inviável que alguém possa duvidar de tal contexto. É por essas situações que ações sociais, como o programa *BGV na Paz,* são produzidas e colocadas em funcionamento no local e não em outros fora dele. Mesmo com a avalanche de reportagens e dados, assumo uma postura de dúvida com relação a apontar para o BGV como um lugar violento e, por isso, ruim de viver. Aponto tal posicionamento, reiterando novamente que elencar uma característica local, tendo como suporte os dados estatísticos, é e construir um pensamento um tanto quanto reducionista da situação.

No decorrer do texto, serão apresentados relatos dos moradores do bairro e, neles, estará exposto como os habitantes percebem suas vidas dentro do local.

5 SOBRE DECISÕES DE MÉTODO

O desenvolvimento desta dissertação assume o "método" enquanto uma produção e, a partir disso, as indicações de caminhos trilhados permitem sinalizar minha falta de vínculo com qualquer ferramenta colocada *a priori*, em termos de investigação. Dessa forma, é necessário indicar, aqui, que descrever as questões de "método", neste capítulo, significa apontar que tais escolhas foram realizadas e colocadas em movimento durante o percurso da pesquisa como um todo. Portanto, a dissertação, em termos de "método", descreve a história das minhas escolhas e o anúncio de promessas de investigação.

Após sinalizar as questões acima, posso apontar que o início dessa caminhada metodológica para a produção da dissertação deu-se durante o encontro inusitado com a implementação do programa *RS na Paz* (já explicado nos capítulos iniciais) e sua transformação em outro, que foi o *BGV na Paz.* Nesse processo de transformação, alguns arranjos para realizar a aproximação com o último programa foram realizados por mim, deste modo: (a) mapeei alguns modos de funcionamento do mesmo por meio dos jornais impressos de circulação da cidade, (b) me aproximei de indivíduos responsáveis pela implementação do mesmo.

A partir desses passos iniciais, que tiveram como efeitos o cerco e a produção do meu tema e problema desta pesquisa, (c) busquei ganhar a confiança dos proponentes do programa o e, com isso, acessei de forma mais próxima a movimentação do programa. Nessas empreitadas realizadas, principalmente na questão das aproximações com os responsáveis pelo programa, organizei, juntamente com um conjunto de pesquisadores[7], um grupo de discussão para reunir indivíduos proponentes de ações ditas sociais, como o programa *BGV na Paz,* inclusive reunindo os responsáveis pelo mesmo. Tal grupo teve seu funcionamento em encontros no Centro Esportivo da FURG e, nesse espaço, produzi dados de pesquisa a partir de conversas provocativas de investigação, apoiadas em temáticas como: território, vulnerabilidade social, violência, drogadição e salvação de indivíduos.

Dessa forma, aponto que a construção e participação em um grupo de discussão sobre programas e projetos educativos como o *BGV na Paz* foram as primeiras decisões de método

[7] Um grupo de pesquisadores constituídos como graduandos em Educação Física, mestrandos, doutorandos e professores da FURG..

tomadas para a produção de dados. Essas decisões foram tomadas devido à falta de um documento que caracterize o funcionamento do programa, pelas dúvidas relacionadas a tal temática e por buscar entender o contexto vivido pela cidade na implementação do mesmo no bairro.

Para Santos (2008, p.3):

> O grupo de discussão é constituído por um conjunto reduzido de pessoas, reunidas com o propósito de interactuar numa conversa sobre temas objecto de investigação, durante um período de tempo que oscila entre uma hora e hora e meia. É precisamente essa interacção que distingue o grupo de discussão e o que proporciona o seu interesse e a sua força. A discussão, efectivamente, não tem como objectivo a busca de consenso entre os participantes; o que permite é recolher um grande leque de opiniões e ponto de vistas que podem ser tratados extensivamente.

Embora não exista uma fonte documental de caracterização do programa, é importante apontar que parte das suas ações possui uma documentação que os caracteriza, e a título de exemplo, destaco: ação núcleo de Polícia Comunitária, ação residencial BGV I e II e o projeto *Cultura e esporte na construção do Território da Paz no bairro Getúlio Vargas.* Essa primeira decisão de método tem imbricação com a segunda, no sentido de uma demanda de investigação que consistiu em me aproximar, dessa vez, do funcionamento e da produção das ações do programa.

Sendo assim, a segunda das minhas escolhas de "método" é a fusão de duas expressões na relação proponentes/funcionamento do programa. A primeira, caracterizada pela expressão "estar lá", que foi disparada pela manifestação de um responsável pelo *BGV na Paz*, na instância de produção de dados no grupo de discussão explicado acima. Essa expressão tem implicação na execução do programa em uma "vontade de estar lá no bairro" por parte do Estado e, em termos de pesquisa, realizei a conexão da mesma com a pista da cartografia social, que foi acompanhar processos (BARROS e KASTRUP, 2010) de implementação/implantação de tal programa na localidade.

Dessa maneira, assumo, como segunda atitude de "método", a conexão de uma expressão disparada por um proponente do programa, juntamente com uma pista do "método" da cartografia social, pois elas "casaram" nesta dissertação e, assim, foram colocadas, por mim, para funcionar. Assim sendo, passei a "estar lá" no bairro, nos momentos em que os processos foram colocados em funcionamento e no momento em que eles eram produzidos.

Para Barros e Kastrup (2010 p. 56 grifos meus):

> Sempre que o **pesquisador** entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habitação de um território que, em princípio, ele não habita. […] O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial. […] além de observar, o **pesquisador** participa, em certa medida, da vida delas, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado pela experiência […]. O tipo de atividade e o grau de envolvimento do pesquisador variam, dependendo do grupo, podendo ir da observação participante à participação observante.

Dessa forma, "ir para dentro do programa", ou seja, "estar lá" para acompanhar os processos de funcionamento e de produção das ações foi uma atitude tomada para percorrer os momentos e locais onde elas aconteciam e, com isso, construí a segunda ferramenta de produção de dados.

Em meio ao funcionamento de tais decisões de método, outros arranjos para movimentar a pesquisa foram realizados, entre eles: (d) manter as aproximações com os indivíduos responsáveis pelo programa, (e) potencializar vínculos com os responsáveis pelo mesmo e, com isso, criar uma sensação de confiança para ter acesso às ações, (f) continuar acessando às matérias de jornais de circulação da cidade e aos dados produzidos pelos braços institucionais, pois tais artefatos estavam muito potentes naquele momento de fortalecimento do programa e, assim, eles acabavam por justificar a implementação do mesmo.

Pelos efeitos dos arranjos citados acima, pude potencializar minhas participações nos processos do programa, assim passei a "estar lá" em reuniões com foco na segurança[8], em instituições como a prefeitura municipal da cidade[9], nas escolas municipais e estaduais[10] e em algumas andanças pelo bairro[11].

Os arranjos de pesquisa destacados acima foram essenciais, e os mesmos se tornaram importantes na terceira decisão de "método", que foi traçar um plano comum para esta

[8]Reuniões no GGI-M com a presença do prefeito da cidade, com autoridades representativas das polícias militares, civis e federais. Além destas, participavam representantes do Corpo de Bombeiros, da Guarda Municipal, do Ministério Público. Nesses encontros, eram tratadas questões relacionadas à segurança e ao funcionamento do programa.

[9] Reuniões entre proponentes do programa e indivíduos responsáveis por atividades educativas dentro do bairro Getúlio Vargas, para tratativas de produção de ações e busca por parcerias.

[10]Reuniões com as direções das escolas locais, com vistas a alcançar os alunos da mesma para estimulá-los a participar das ações do programa, que inúmeras vezes funcionaram nas próprias instituições de ensino.

[11]Algumas andanças no bairro para acessar modos de viver próprios do local.

investigação. Para Kastrup e Passos (2014 p. 17-19):

> Tal plano é dito comum não por ser homogêneo ou por reunir atores (sujeitos e objetos; humanos e não humanos) que manteriam entre si relações de identidade, mas porque opera comunicação entre singularidades heterogêneas, num plano que é individual e coletivo. […] O plano comum que se traça na pesquisa […] não pode de modo algum, ser entendido como homogeneidade ou abrandamento das diferenças entre os participantes da investigação (sujeitos e coisas).

A construção do plano comum também é uma pista do "método" da cartografia social. Para esta pesquisa, o plano comum foi traçado na condição de operar uma comunicação e fazer dialogarem os diferentes sujeitos que fizeram parte, direta ou indiretamente do programa, tanto os que são alvos como aqueles que propõem as ações do mesmo. Além destes, foi possível potencializar tal produção quando diferentes instâncias destacadas no texto como, reportagens do Jornal Agora, acesso direto a dados estatísticos, notícias em *folders* de instituições (como a prefeitura municipal e seus braços institucionais) também foram colocadas dentro da comunicação e auxiliaram nesta produção. É importante destacar que alguns indivíduos moradores do bairro que não foram atingidos diretamente pelas ações do programa passaram a compor o *corpus* de construção do plano comum a partir de outro arranjo de pesquisa, que foi (g) a realização de algumas andanças dentro do bairro, por fora das ações do programa. Como exemplo delas, destaco minha presença em barbeiros e padarias do local, onde utilizei de tais serviços para produzir dados, potencializando a produção do plano comum.

Nesse cenário, as minhas próprias sensações vivenciadas durante a participação no grupo de discussão e no "estar lá" para acompanhar processos se constituíram como componentes para traçar o plano comum, uma vez que o investigador não se encontra na condição de neutralidade com relação a sua pesquisa e suas produções. Portanto, todas essas heterogeneidades foram implicadas na decisão de traçar um plano comum de pesquisa, sendo que as duas decisões de método auxiliaram na construção da segunda.

Assim sendo, o plano comum desta dissertação foi produzido pela "transversalidade que conectou heterogêneos" (Kastrup e Passos, 2014 p.17), que passaram a compor um grupo, não pautado em relações de semelhança, mas em práticas de participação e engajamento. Mesmo tais sujeitos (moradores do bairro, público do programa, proponentes, responsáveis

por dados estatísticos criminais, moradores de outras localidades da cidade, pesquisador e responsáveis por propor ações de segurança na cidade) não estando presente nas mesmas situações de funcionamento do programa ao mesmo tempo, a transversalidade operada para conectar os mesmos potencializou saberes excluídos das relações de poder, uma vez que o poder estatístico e da mídia sobre o bairro é algo inquestionável para fora das fronteiras da localidade, mas é questionado por parte da comunidade.

As decisões de método anunciadas aqui, (a) produção e participação no grupo de discussão (b) estar lá para acompanhar processos e (e) construir um plano comum, bem como os arranjos para resolver problemas práticos da pesquisa já citados acima, não devem ser tomadas como situações lineares na produção de dados e, muito menos, partiram de situações rígidas, estáveis e pré-estabelecidas de investigação. Assim, elas fizeram parte de demandas de pesquisa e não são procedimentos que servem para qualquer investigação.

Segundo Mayer e Paraíso (2012, p.16-17):

> […] construímos nossos modos de pesquisar movimentando-nos de várias maneiras: para lá e para cá, de um lado para outro, dos lados para o centro, fazendo contornos, curvas, afastando-nos e aproximando-nos. Afastamo-nos daquilo que é rígido, das convicções, dos universais, da tarefa de prescrever e de todos os conceitos e pensamentos que não nos ajudam a construir imagens de pensamento potentes para interrogar e descrever – analisar nosso objeto.

Fazer as escolhas de "método" significou assumir alguns riscos em prol de uma escrita mais livre, porém, não menos rigorosa. Nesta trajetória, fui seguindo pistas que a própria pesquisa foi apontando, principalmente em minha segunda decisão de método (estar lá para acompanhar processos) e, assim, novos arranjos para resolver impasses foram colocados para funcionar, tais como: (h) ficar atento no acompanhar processos aos outros que iriam ser produzidos, uma vez que não havia um cronograma exato de funcionamento do programa. Tal situação me instigava também a (i) fazer visitas diárias às instâncias onde as ações eram produzidas (prefeitura municipal e GGI-M), bem como (j) realizar aproximação com outros indivíduos constituídos como linha de frente das ações[12] que escolhi para problematizar. Essas

[12] Aproximar-me do Tenente da Brigada Militar para acessar o funcionamento do núcleo de policiamento comunitário no bairro, do psicólogo do projeto *Consultório na Rua* e com a diretora da Escola Municipal Viriato Correa, para ter acesso ao projeto *BGV rolezinho*. Essas três ações foram as escolhidas para problematização final da dissertação.

questões destacadas acima me colocaram na condição de ficar atento, sem uma condição uniforme de produção de dados.

Para Passos e Kastrup:

> Não devemos nos contentar em navegar somente em mares seguros, trilhar apenas caminhos previamente percorridos. Devemos criar os conceitos que se revelam necessários ao nosso campo de investigação, acatando ideias que nos forçam a pensar e enfrentando os riscos que todo processo de criação envolve. (2014, p.215).

Nesse cenário, não tive por ambição estabelecer, rigidamente, os caminhos que seriam percorridos, uma vez que não era possível prever os direcionamentos que o programa tomou ao longo da investigação. Assim, minha constituição de sujeito pesquisador nessa jornada me permitiu atuar, através da espreita (DELEUZE, 1992), com relação aos saberes que foram sendo produzidos no funcionamento do programa *BGV na Paz* durante minha decisão de "estar lá", ao mesmo tempo que busquei a inspiração para me apropriar de tais saberes no momento de sua produção.

Em meio às decisões e arranjos flexíveis que foram se estabelecendo como passos de investigação, compartilho com Deleuze (1992, p. 130) o trato com a *espreita* e com a *inspiração*. Segundo o autor:

> para ocorrer uma inspiração é necessário muito preparo e, sobretudo, estar permanentemente "à espreita" de uma ideia. Isso porque a inspiração, a conexão que possibilita aprender, pode vir de qualquer lugar e em qualquer momento e como ninguém sabe antecipadamente os afectos de que é capaz; é uma longa história de experimentação.

Na continuidade, ou seja, sob o prisma da *espreita* e da *inspiração*, fiz o exercício de (l) ficar aberto a encontros com o inusitado, ou seja, "estar lá" no bairro e "permanecer lá", sob essas duas questões colocadas pelo autor acima. Ao me colocar com essa postura nos locais de planejamento que habitei durante o período da pesquisa, fui cercando as promessas de pesquisa que foram: (1) ficar atento às resistências do público do programa frente às ações que lhes eram propostas e (2) ficar atento ao diferencial de demandas entre as partes envolvidas e, para dar conta destas, (3) focalizei nos modos de viver da população do bairro.

Nesse sentido, reforço aqui o que já sinalizei no texto, ou seja, foquei minha atenção

em três ações do programa para dar conta das promessas indicadas acima, sendo assim, as ações foram: (i) a implementação e funcionamento do núcleo de Polícia Comunitária no bairro, (ii) o projeto *Consultório na Rua* e (iii) o projeto *BGV Rolezinho*. A primeira ação foi escolhida no sentido que a mesma indica a mudança da atuação da polícia no trato com as pessoas de periferias. A segunda escolha para problematização é a implementação do projeto *Consultório na Rua*, no qual o mesmo foca a atenção em indivíduos (moradores de rua, profissionais do sexo e usuários de drogas). Essa ação foi destacada, por mim, devido a uma preocupação governamental evidenciada no número de moradores de rua registrados na cidade que, segundo o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), foi de 800 indivíduos registrados entre os anos de 2014 e metade de 2016. A terceira ação, *BGV rolezinho,* foi escolhida para problematização pelo apelo que a mesma faz ao seu público, por meio de sua nomeação "rolezinho" e seu vínculo com indivíduos que vivem em periferias, a partir de encontros de jovens em *shopping centers* das grandes cidades.

Após indicar a escolha das ações do programa para as problematizações finais, indico minha quarta decisão de "método", que foi a própria problematização. Porém, estabelecê-la como decisão não significou que ela tenha sido focada apenas na parte final deste trabalho, ou seja, nos próximos capítulos desenvolvidos sobre as três ações do programa. Nesse sentido, enalteço que tal atitude foi colocada para funcionar na dissertação como um todo.

A problematização foi uma atitude de "método" feita por mim, em razão de duas questões. A primeira, por ter me desvencilhado da condição de aceitar, sem estranhamentos, as investidas da mídia, das estatísticas e dos discursos que caracterizam a cidade e o BGV como violentos. A segunda, no sentido de duvidar dos discursos disparados à exaustão em favor de uma intervenção maior do Estado na cidade e no BGV, visto que os efeitos de tais práticas é a constituição de uma verdade não contextualizada.

A decisão pela problematização como "método" situa-se na esteira de Michel Foucault. O autor (2006, p. 231) trata o termo como "conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que fazem com que algo entre no jogo do verdadeiro e do falso e os constitui como objeto para o pensamento". Nesse cenário, o termo é utilizado por mim como um modo de me posicionar diante daquilo que é tratado por natural, quanto às questões que envolvem os discursos da segurança na cidade do Rio Grande – RS e no referido bairro, bem como as ações programáticas do programa *BGV na Paz*.

Assim sendo, tal decisão foi tomada perante minha dúvida com relação a aceitar pacificamente o BGV como local violento, como espaço onde impera as ações criminais, como lugar onde vivem pessoas propensas a se envolver com ações ilícitas e também pela necessidade própria de contextualizar tais situações que são produzidas principalmente pelos dados estatísticos. Ainda nesse cenário, esta decisão de "método" foi tomada pelas dúvidas que tenho com relação às produções das ações, direcionadas ao bairro pelo programa *BGV na Paz,* sob o pretexto de garantir a segurança.

Após sinalizar a quarta decisão de "método", destaco os outros arranjos de pesquisa que foram produzidos, assim (m) foquei as atenções com mais potencialidade nas três ações escolhidas para problematização, (n) não abandonei outras ações do programa e (o) continuei com as andanças dentro do bairro. Estes últimos foram seguidos até os momentos finais da produção da dissertação, mas alguns dos citados acima foram abandonados, pois perderam sua utilidade de pesquisa e, para isso, friso a minha falta de vínculo com ferramentas de produção e de resolução dos problemas de investigação.

As decisões e os arranjos para resolver impasses de pesquisa foram tomadas respeitando o tempo em que foi possível produzir esse empreendimento. Dessa maneira, não busquei a exaustão de todas as relações possíveis entre programa/ações/público e proponentes, uma vez que tal decisão seria impossível em função que o programa continua seu funcionamento na atualidade.

Tais caminhos metodológicos, produzidos ao longo desta dissertação, se diferenciam dos métodos tradicionais pela questão da flexibilidade nas produções, pela não linearidade dos passos, por não buscar uma verdade verdadeira acerca do tema e, principalmente, por não arrogar para si a tarefa de ser uma "metodologia" utilizável em qualquer tipo de pesquisa. Portanto, reforço o que já destaquei neste trabalho: as operações de "método" aqui utilizadas foram demandas próprias de uma pesquisa que teve como foco "estar lá" e acompanhar processos, que traçou um plano comum e que problematizou os diversos saberes na relação programa, bairro, ações e população-alvo. Nos próximos capítulos, são focadas as problematizações a respeito das três ações escolhidas para dar conta das promessas já destacadas na dissertação.

6 SOBRE AS ANDANÇAS NO BGV E NOS LOCAIS DE PRODUÇÃO DE AÇÕES DE "SEGURANÇA"

Nesta etapa, utilizo as informações registradas na ferramenta denominada Caderno de Registros de Pesquisa. Neste instrumento, registrei minhas impressões e experiências de "estar lá", em locais designados para serem parceiros no funcionamento do programa *BGV na Paz* e em outros lugares onde as ações do mesmo eram/são propostas e produzidas. Sendo assim, fiz anotações do funcionamento ou planejamento do programa em instituições como o Instituto Federal do Rio Grande Sul, no GGI-M, na Escola Viva, em um minimercado do bairro Getúlio Vargas e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Viriato Correa. Os locais citados não foram os únicos em que me fiz presente: participei, também, de reuniões na Promotoria da Infância e da Juventude, na prefeitura municipal da cidade, na associação dos moradores do BGV, sem mencionar algumas andanças pelo bairro; em termos, porém, de potencialização das descrições do programa, os espaços indicados e reproduzidos abaixo dão conta de sinalizar algumas informações produzidas. Vamos, então, às descrições.

6.1 Sexta-feira no GGI-M, reunião para parceria

> Hoje, dia 29 de maio de 2015, tive a oportunidade de conhecer as estruturas do GGI-M da cidade do Rio Grande – RS. No local, existem diversas salas de reuniões, onde "autoridades" da cidade se reúnem para organizar ações de combate ao crime. Nessas instalações, funciona a guarda municipal e, ali, tais agentes realizam trabalhos em prol da "segurança na cidade", ocupando algumas acomodações internas. Um fato que me chamou a atenção foi que, nas paredes do interior da instituição, existem *banners* e mapas impressos com a localização da cidade do Rio Grande – RS. Nesses mapas, estão indicados, com alfinetes coloridos, os homicídios registrados nos bairros da cidade, nos anos de 2014 e 2015. Além da marcação dos homicídios, percebi que alguns dos mapas com alfinetes coloridos também localizam os pontos onde estão instaladas as câmeras de videomonitoramento que existem espalhadas em pontos estratégicos da cidade. Nesse momento, descobri que diversas ruas da cidade, principalmente as centrais, são monitoradas 24 horas por dia: a 24 de Maio, a General Bacelar (rua do calçadão), Av. Rheingantz, entre outras. É importante frisar aqui uma comparação que me "veio à cabeça". Já na entrada da instituição, a mesma é parecida com as instalações da secretaria de segurança pública, do filme *Tropa de elite 2* – o inimigo agora é outro. Dando continuidade às oportunidades que tive nesse dia, conheci a sala onde as imagens das câmeras de videomonitoramento são observadas por dois agentes da guarda municipal, com oito televisões responsáveis por transmitir as imagens das câmeras. Outro fato que chamou a minha atenção foi que, no momento em que estava na sala de videomonitoramento, fiquei sabendo que as câmeras foram responsáveis por captar e ajudar a identificar um indivíduo que cometeu um dos homicídios registrados na cidade, fato colocado pelos agentes da guarda municipal com muita exaltação.

Figura 4 – Sala de comando e controle do GGI-M

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

A minha presença no GGI-M estava pautada no acompanhamento de uma reunião que envolveu responsáveis pelo programa *BGV na Paz* e um indivíduo, professor de jiu-jitsu, que desenvolve um projeto social para crianças tratadas como em situação de "vulnerabilidade social", em uma sede de trabalhadores da estiva da cidade, localizada nas imediações do BGV, na qual o mesmo utiliza o jiu-jitsu como ferramenta.

A denominação do projeto é *Lutando pelo Futuro* e, segundo fonte documental,

> […] foi criado em janeiro de 2015; a iniciativa se deu quando, durante as aulas que aconteciam no prédio do Sindicato dos Estivadores de Rio Grande, diversas crianças da comunidade carente dos arredores começaram a se postar na entrada da Academia com o intuito de observar e ao mesmo tempo tentar executar o que os atletas faziam no tatame. Assim, percebi que, através do esporte, havia uma chance de proporcionar para aquelas crianças e jovens uma oportunidade de aumentar seu desenvolvimento humano, educacional, cultural e psicológico e desenvolver uma maior integração social e esportiva (PROJETO LUTANDO PELO FUTURO, 2015, p.01).

A reunião teve como pauta principal o fortalecimento do programa *BGV na Paz*, através de uma tentativa de formar uma parceria com o indivíduo que propõe tal projeto na localidade. O projeto tem atuado com crianças do BGV e, nesse contexto, a parceria que ali foi debatida potencializaria, segundo os envolvidos, ambas as partes nas ações. A conversa durou cerca de duas horas, nas quais a atenção ficou focada na questão da parceria para que o indivíduo professor de jiu-jitsu atendesse o público do programa *BGV na Paz*. Em contrapartida, a prefeitura destinaria alguns recursos financeiros para a compra de materiais necessários, como quimonos, tatames e outros. A reunião foi finalizada, tendo como pauta e tarefa, aos proponentes, realizar um diálogo com o prefeito da cidade, para dar seguimento à parceria, uma vez que a mesma necessitava de recursos financeiros para ser colocada em funcionamento. Após alguns meses passados dessa reunião, fiquei sabendo que a parceria ainda não havia sido realizada e que o proponente individual do projeto *Lutando pelo Futuro* continuava suas atividades sem ela (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 29 maio de 2015).

6.2 Terça-feira no IFRS, observando uma oficina de circo

Cheguei no IFRS por volta das 13 horas e 45 minutos, me desloquei até o ginásio poliesportivo da instituição para procurar o professor de educação física, que era o responsável por propor a oficina de circo, resultante de um acordo entre a instituição de ensino e o programa *BGV na Paz*. Como não encontrei o professor no ginásio, me desloquei até a saída do pavilhão 1 e aguardei, ali, alguns minutos para ver se chegava alguém. Com o passar do tempo, não percebi a presença de ninguém, fui até a sala de uma professora da instituição que, por coincidência, é minha colega de profissão. Ao perguntar a ela sobre a oficina, o professor e os participantes, a mesma me indicou ir até a sala de tal professor e me localizou a mesma. Ao chegar próximo da sala destinada pela colega, avistei tal indivíduo nas imediações, fui até ele e expliquei a minha presença no local, bem como minha intenção de observar o andamento da prática; ele não se colocou contra tal intenção e caminhamos em direção ao ginásio. Ainda não estava no horário de começar a oficina e os integrantes não haviam chegado; nesse momento, fui informado pelo professor de que o público seria composto de alunos da rede pública de ensino da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Augusto Duprat, localizada no BGV. Aos poucos, percebi que os alunos da instituição citada foram chegando e se estabelecendo nas imediações do ginásio. Em meio às conversas distraídas com os presentes, de repente, percebi que já estavam no local cerca de vinte alunos/as, que aparentavam ter entre 13 e 17 anos de idade; alguns momentos depois, partimos em direção ao ginásio, para dar início às atividades. Ao chegarem ao destino, professor e bolsista começaram a espalhar os materiais que seriam utilizados na quadra; alguns alunos que participaram ajudaram na montagem de aparelhos e instrumentos, tais como tatame, trampolim e outros. O início da atividade foi marcado pela explicação do modo como as práticas deveriam acontecer, bem como o seu horário de término. As práticas de circo começaram com alguns movimentos da capoeira; o professor alegou que ambas as atividades (capoeira e circo) requerem um molejo corporal e, nesse sentido, foi utilizada principalmente a ginga da capoeira: alguns chutes, deslocamentos e esquivas, como modo de iniciar as atividades circenses e, por consequência, aquecer os alunos. Após realizadas as atividades da capoeira, os ali presentes foram deslocados para o tatame e ali desenvolveram rolamentos, pré-saltos, saltos, pulos e outras atividades relacionadas ao circo. Não se trata aqui de julgar a prática realizada pelo profissional e muito menos estabelecer parâmetros comportamentais dos alunos; porém, era perceptível a satisfação dos participantes ao realizarem tais atividades, bem como o desenvolvimento da mesma sem qualquer forma de resistência; muito pelo contrário: ambos realizavam as atividades com determinação. Ao chegar próximo do final do encontro, ou melhor, da oficina de circo, os participantes demonstraram muita vontade de continuar a participação nas atividades; ali fiquei sabendo que a mesma funciona dois dias da semana (terça e quinta), no horário das 14 horas às 15 horas e 30 minutos. Desde esse momento, acordei, com o professor responsável pela atividade, minha presença em outros encontros (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 26 maio de 2015).

6.3 Sexta-feira na Escola Viva, presenciando a realização de outra parceria

No dia 27 de maio de 2015, cheguei à Escola Viva por volta das 13 horas e 45 minutos. O dia estava muito chuvoso, fui recebido pela recepcionista do local e informado de que os demais componentes da reunião, que visavam à realização de uma parceria entre o programa *BGV na Paz* e a instituição, ainda não estavam presentes no local. Nesse sentido, sentei em uma poltrona da recepção e fiquei aguardando e lendo um jornal de circulação da cidade. O fluxo de pessoas no local era visível e, aos poucos, fui compreendendo, ali, o funcionamento de uma escola que oferece oficinas de diversas modalidades aos alunos da rede municipal de ensino. O que me chamou a atenção, inicialmente, foi a estrutura física do local: as salas têm portas muito grossas e altas, todas com trancas bem-definidas e visíveis, com um espaço pequeno bem no meio delas. Perguntei para a menina da recepção por que o prédio tinha uma estrutura daquela forma e ela me respondeu que, ali, durante períodos passados, funcionou um presídio. Ao receber essa informação, meu questionamento próprio foi respondido. Na frente do local em que

estava aguardando sentado, percebi uma sala, com porta bem grossa e uma janela que ficava a mais ou menos três metros de altura; logo deduzi que ali, antigamente, funcionava uma sela de solitária, destinada aos presos locais.

Ao fazer um mapeamento e o questionamento próprio do local, gerado pelo espanto com a arquitetura do prédio, foi possível recordar algumas leituras sobre as instituições de sequestro dos corpos e das estruturas *panópticas*, ambas tratadas por Michel Foucault e que Veiga-Neto (2011, p.64-65) igualmente aborda em sua obra:

> De maneira muito detalhada, ele nos mostra que principalmente no âmbito de algumas instituições – a que ele chama de *instituições de sequestro*, como a prisão, a escola, o hospital, o quartel, o asilo – passa-se dos suplícios, como castigos e violências corporais para o disciplinamento que cria corpos dóceis. […] Ao recorrer ao *panopticon*, idealizado por Jeremy Bentham no século XIX, Foucault nos mostra o quão econômica é essa máquina óptica, ao possibilitar que uns poucos fiscalizem eficiente e permanentemente a ação de muitos, não importando se isso se dá numa prisão, num hospital, numa fábrica, num asilo, numa escola. (2011, p.64-66)

Às 14 horas e 05 minutos, chegaram ao local dois dos responsáveis pelo programa *BGV na Paz*; fui ao seu encontro e partimos para a sala da diretora da instituição. Durante a conversa, fiquei atento a alguns pontos que foram surgindo em pautas, tais como: os recursos financeiros que mantêm a instituição (Escola Viva), obtidos via SMED (Secretaria Municipal de Educação); o público que a escola visa a atingir que, nesse caso, são alunos da rede municipal de ensino (encaminhados pelas diretoras das escolas da cidade que os mesmos frequentam). Percebi que alguns dos alunos que frequentavam as oficinas eram indivíduos com necessidades especiais, como surdez, paralisias e outras. Dentre as oficinas disponibilizadas ao público, estão jiu-jitsu, música, violão, grafitagem, futebol, pintura e outras. Os indivíduos responsáveis por desenvolver as oficinas são contratados pela própria instituição e, ainda assim, a escola recebe o empréstimo de professores da rede municipal de ensino. Em uma fala da diretora, a mesma indicou sua vontade de montar um projeto para tornar a instituição uma escola de educação continuada, mas não falou em detalhes sobre isso, apenas que a instituição funcionaria de acordo com dois temas transversais: direitos humanos e educação ambiental agroecológica. Ali, vários temas foram sendo colocados durante a apresentação da escola, por parte da diretora, inclusive a mesma focou na questão da "inclusão social de alunos", tendo como base as noções tradicionais e generalizantes das formas como é tratada a inclusão, ou seja, a aceitação ou integração do excluído como processo principal do êxito da inclusão. Como fato de corroborar a fala da diretora no quesito Escola Viva como um local de inclusão, a mesma nos apresentou uma funcionária municipal e professora de circo com *síndrome de down*, que ali atua com os alunos da instituição.

Para Veiga-Neto (2001, p.02), a respeito da inclusão:

> Como bem sabemos, tais políticas de inclusão – uma bandeira que tem atraído boa parte dos pedagogos progressistas – têm enfrentado várias dificuldades. De um lado, essas políticas têm esbarrado na resistência de muitos educadores conservadores. De outro lado, elas têm enfrentado dificuldades de ordem de epistemológica, ou mesmo prática, seja quando pretendem tratar de modo generalizante e indiferenciado as inúmeras identidades culturais que "povoam" aquilo que se costuma denominar de

> "todo social", seja quando não levam em consideração que tais identidades culturais têm suas raízes em camadas muito mais profundas do que fazem crer aqueles discursos progressistas mais simplificadores, que acostumam a ver o mundo sempre a partir da famosa dicotomia dominadores – dominados, exploradores – explorados.

Em determinado contexto, um dos responsáveis pelo programa *BGV na Paz* toma a palavra e começa a explicar para a diretora do que ele se tratava e como funcionava, bem como suas dificuldades e objetivos. Nesse sentido, foram colocadas a vontade e a necessidade de se formar uma parceria do programa com a escola, sendo que a questão central da parceria estava focada nos poucos recursos financeiros e humanos de que dispunha o programa, para lançar intervenções. Tal parceria, caso fosse realizada, remediaria em partes o déficit financeiro do programa, segundo os presentes na reuniãlo. Entre as questões que envolviam as explicações do funcionamento do programa, suas necessidades e a disponibilidade da escola, a diretora interrompe a fala do responsável pelo programa e se coloca à disposição para realizar a parceria naquilo que fosse necessário e que a escola pudesse colaborar. Foram disponibilizados (naquele momento, através da parceria que acabou sendo firmada) professores da escola para atuar nas ações do programa *BGV na Paz*, durante os eventos mensais – denominados *BGV rolezinhos* – que ocorrem na Escola Municipal Viriato Correa, no próprio bairro. Ainda assim, somando à parceria, foram disponibilizadas as estruturas da Escola Viva para receberem indivíduos do bairro e, assim, consolidar um trabalho em equipe e potencializar ações. Aos poucos, a conversa foi se dispersando e saímos para conhecer outras estruturas físicas da instituição; ali conhecemos a biblioteca, entramos em salas onde estavam funcionando oficinas, conhecemos o pátio do local e alguns funcionários. Após realizar essas atividades, nos despedimos da diretora da escola e ficou acertado que, no próximo evento *BGV rolezinhos*, os professores/oficineiros da escola atuariam no bairro (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 27 de maio de 2015).

6.4 Sábado no *BGV rolezinho*, na Escola Municipal Viriato Correa

Dia 16 de maio de 2015, sábado à tarde, cheguei à Escola Municipal Viriato Correa (localizada no BGV) por volta das 14 horas e 10 minutos. Percebi, no local, uma movimentação de jovens e encontrei uma colega de profissão, que seria a responsável por propor uma oficina de atletismo. O nome desse evento é *BGV rolezinho* e estava focado em propor oficinas de grafitagem, atletismo e cinema, tendo como público-alvo os alunos das instituições escolares do bairro. O evento teve seu início às 14 horas e 40 minutos, com a fala de um assessor municipal. Em seu discurso, foi abordado, primeiramente, um pouco sobre o bairro e o programa *BGV na Paz*, as pessoas moradoras do local e, finalizando a fala, a proposta de um "grito de guerra" e o canto de um *rap* por parte dos meninos que ali estavam; o sugerido não deu certo: os meninos ficaram envergonhados. Um dos responsáveis pelo programa pegou o microfone e começou a chamar e deslocar os indivíduos para as oficinas disponíveis. Cada oficina tinha um espaço destinado a ser realizada, bem como cada indivíduo ali presente preencheu uma ficha, colocando seus dados pessoais mais relevantes: nome, endereço, telefone para contato e outros. Durante o deslocamento, apareceram algumas resistências, por parte dos alunos, em participar de determinadas oficinas, além de alguns jovens terem interesses em outras; um exemplo foi a oficina de grafitagem, que despertou maior procura. Embora tivessem oposição em participar de algumas oficinas, todos os presentes participaram um pouco de cada uma. Tomei a atitude de entrar, alguns instantes, nos espaços em que eram realizadas as práticas das oficinas: primeiramente, me desloquei até a oficina de atletismo. Ali, minha colega e outro professor de educação física explicavam os passos iniciais da prática do atletismo a serem desenvolvidos; percebi que os materiais disponíveis eram precários e em número reduzido, e o público participante de ambos os sexos era de dezesseis indivíduos. Mesmo com as dificuldades em torno dos materiais e do local, todos realizaram a atividade. Na oficina de cinema, tinham apenas seis meninas; no momento inicial da prática, deu-se uma falha no equipamento eletrônico, necessário à realização da atividade, e a mesma foi adiada. Desloquei-me até a outra oficina, que era a de grafitagem. Entrei na sala em que a oficina ocorria, e ali contabilizei 21 participantes, divididos em dois grupos: enquanto metade realizava a prática,

a outra metade aguardava sentada e conversando. O professor responsável por gerir a oficina explicava detalhadamente os cuidados no trato com os materiais, principalmente o manejo com as tintas, e a necessidade de utilizar máscaras durante a atividade. Essa prática foi a mais requisitada pelos indivíduos que ali estavam e sua realização se dava de maneira atenta pelos mesmos. Saí um pouco da sala, para observar alguns possíveis acontecimentos no pátio da escola, onde encontrei alguns desistentes das oficinas, que preferiram ficar de fora das atividades. Nesse momento, percebo a chegada de um vereador da cidade do Rio Grande – RS no local, acompanhado do secretário de comunicação. Justo no momento da chegada de tais indivíduos, ocorre um fato que causou preocupação nos coordenadores programa: em meio às brincadeiras realizadas entre os desistentes das oficinas, uma menina de aproximadamente doze anos cai no chão, após sua cadeira ser puxada por um menino que ali se fazia presente. Esse fato foi importante para confirmar, entre os proponentes e autoridades políticas ali presentes, que alguns indivíduos do BGV necessitam realmente de intervenção em suas vidas. O menino passou a ser um problema para os presentes, em razão da atitude de puxar a cadeira no momento em que a menina ia sentar. Em meio aos efeitos de tal acontecimento, o relógio marcava 16 horas e 10 minutos, quando ficou decidido que era hora do lanche das crianças e dos jovens que ali estavam. Os alimentos disponíveis eram bolo de dois sabores, cachorro-quente e refrigerantes. Na entrada do refeitório, percebi que o direcionamento do lanche foi baseado em práticas semelhantes às vivenciadas no contexto escolar: a formação de uma fila para pegar o alimento e a exigência de que os participantes se alimentassem de maneira organizada e sem tumulto. É claro que, se tratando de crianças e jovens, o fato não funcionou muito bem e os mesmos se alimentaram conversando e rindo com os demais. Ao final do lanche, os coordenadores do evento realizaram um exercício para saber os interessados em trocar de oficina. Enquanto isso, avistei algumas estagiárias da prefeitura, anotando informações sobre os indivíduos que participavam do evento; nelas, estavam informações como nome, idade, endereço, filiação, contato e outros. A troca de indivíduos na realização das atividades ficou inviável devido à dispersão causada pelo lanche; sendo assim, ficou acordado entre participantes e coordenadores uma oficina de grafitagem no dia 6 de junho, na paróquia São Judas, localizada no BGV. A seguir, está retratada uma imagem referente à parte das ações no dia do evento. bairro (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 16 de maio de 2015).

Figura 5 – Imagem do funcionamento do projeto *BGV rolezinho*

Fonte: produzida pelo autor da pesquisa

É importante ressaltar, aqui, que o evento *BGV rolezinho* faz parte das ações do programa *BGV na Paz* e se configura hoje como um evento mensal, na Escola Municipal Viriato Correa, e é a ação que mais causa repercussão e mobilização para sua realização (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 16 de maio de 2015).

6.5 Uma tarde no minimercado do BGV

No dia 4 de dezembro de 2015 me desloquei até o BGV para fazer contato com um indivíduo, morador e proprietário de um minimercado no local. O indivíduo reside no bairro há cerca de sessenta anos e desenvolve relações comerciais com a população há mais ou menos uns vinte anos. Peguei o transporte público e desci nas proximidades do meu destino, decidindo, no entanto, tomar uma rota diferente da que tomo geralmente quando vou à localidade. Em vez de me deslocar em direção à rua principal do bairro, conhecida como rua 6, me desloquei pela rua D. Pedro I e caminhei até chegar às proximidades do Porto do Rio Grande. Entrei em uma viela do bairro e passei pela rua principal até chegar ao destino. Durante esse trajeto, aproveitei a oportunidade para realizar duas atividades importantes: passar em frente de algumas ações que fazem parte do programa *BGV na Paz*, tais como os condomínios residenciais BGV I e BGV II e a Casa Verde. Com relação aos condomínios, pude visualizar que os prédios se encontram em fase final de construção e, na Casa Verde, avistei um local abandonado, com muita sujeira em suas dependências. Na segunda atividade, busquei, de acordo com o caminhar pelo trajeto, ficar atento a algumas relações estabelecidas entre moradores da localidade, em um período considerado violento e problemático no bairro. Ali, não avistei nada fora do que geralmente vejo em todos os locais da cidade os quais visito, ou seja, indivíduos sentados à frente de suas casas, tomando chimarrão; pais e filhos, passeando na rua, de mãos dadas; comerciantes locais (das padarias, farmácias e minimercados) atendendo sua clientela, etc. Decidi registrar aqui tal observação, uma vez que, em muitos espaços, principalmente os midiáticos, o BGV é tido e tratado sob uma discursividade que o produz como um local "sem lei" ou uma "terra de ninguém", ou seja, um local onde só habitam pessoas com tendência para o crime e para a desordem e, por isso, um território de alta periculosidade para a população em geral. Porém, o que avistei no bairro, durante a pequena, mas frutífera caminhada, é o contrário do que tenho visto e ouvido na mídia e de algumas pessoas que embarcam na discursividade do local como violento – que não significa a inexistência de situações violentas entre indivíduos. A caminhada durou cerca de 25 minutos, até que cheguei ao local desejado: o minimercado funciona ao lado de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, e a abertura do comércio ao público no período da tarde tem seu início às 15 horas. O dono do minimercado é um amigo que ali reside desde seu nascimento; por isso, penso que habitar o local com objetivos de pesquisa me permitiu operar a produção de dados, potencializando e transversalizando os espaços de investigação sobre o programa *BGV na Paz*, juntamente às questões de segurança na localidade. Os espaços que acompanhei através das ações do programa e as oportunidades de habitar, como pesquisador, um local no BGV que não fez parte diretamente do programa me permitiu reunir lado a lado a diversidade heterogênea para diálogos de pesquisa. Nesse sentido, as relações implicadas pela aproximação das heterogeneidades que realizei estabelecem a não hierarquia no engajamento entre pesquisador, proponentes, ações do programa, morador do bairro e outros protagonistas que preencheram um coletivo. Tal situação é um exemplo de outra decisão de método que é a construção de um plano comum, conforme Kastrup e Passos (2014), que também explicarei com ênfase no capítulo seis desta dissertação. Continuando o relato, após destacar tal ferramenta metodológica, toquei a campainha do local e fui atendido pelo proprietário do local. Conforme disse, tenho uma relação de amizade com ele estabelecida e, como fazia muito tempo que não nos víamos, a conversa inicial ficou pautada por acontecimentos de nossas vidas durante quase um ano sem um ver o outro e vice-versa. Fui recebido no exato momento de abertura do minimercado; em meio às conversas que estabelecemos ali, os consumidores iam chegando e fazendo suas compras. Percebi, nesse sentido, que o proprietário não conseguia atender os mesmos e conversar comigo de maneira satisfatória para ambos os contextos; então, aproveitei um espaço em que o minimercado ficou vazio de consumidores e expliquei a ele minha intenção em habitar aquele espaço por necessidades de pesquisa. A atitude de habitar o local de trabalho e

de moradia desse meu amigo não gerou nele nenhum desconforto, de modo que me foi possibilitado realizar as atividades sem problema. Em meio a essa batalha por mais um espaço de pulverização da pesquisa, busquei, com o proprietário, um espaço disponibilizado por ambas as partes (ele e eu) para realizar uma conversa livre, que teve como pauta as vivências do indivíduo no bairro ao longo de seus sessenta anos como morador. O trato da realização da conversa ficou acordado para terça-feira, dia 8 de dezembro, em sua residência. A minha permanência no local foi rápida nesse dia, devido ao indivíduo estar em horário de funcionamento do seu comércio. Ao confirmar o dia e da hora da conversa, me despedi, pois não queria mais atrapalhá-lo nas suas atividades; sendo assim, segui para a parada do transporte coletivo, já pensando em alguns suportes para realizar as atividades futuras no local (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 08 dezembro de 2015).

6.6 Segunda-feira no GGI-M

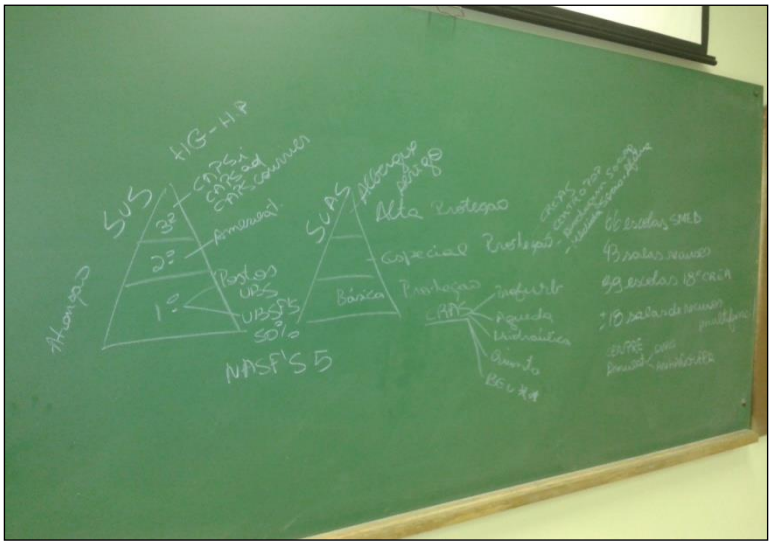
Cheguei ao GGI-M às 14 horas dessa segunda-feira, dia 25 de janeiro de 2015, para participar de uma reunião que estava relacionada à produção de um seminário de segurança para a cidade do Rio Grande – RS. Essa reunião começou na sala principal do estabelecimento e contou com a participação de oito indivíduos, os quais três eram funcionários do GGI-M, três pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, uma advogada e professora da Faculdade Anhanguera Educacional e um representante da Brigada Militar. O início da reunião foi pautado pelo assunto relacionado à chegada de senegaleses na cidade e uma espécie de problema gerado por isso entre os funcionários que trabalham no GGI-M. Na proposta e nas conversas iniciais sobre a produção do seminário, ficou em evidência a questão da tentativa de fugir de uma produção composta apenas por policiais de todos os setores, e sim, trazer para o diálogo pessoas que atuam em diversos campos de conhecimentos e que mantenham relações com a temática da segurança. A produção do seminário teve como foco pensar uma política e um plano de segurança pública municipal, a fim de buscar uma estratégia que possibilite às instituições responsáveis encontrarem condições de, ao menos, acompanhar as mudanças que ocorrem no mundo dos atos criminais. Tal situação foi colocada por agentes do GGI-M; segundo eles, as instituições, em especial as polícias, estão sempre correndo atrás dos fatos e "apagando fogo". Entre as conversas sobre algumas possíveis datas para realização do evento, foram levantados determinados fatores relativos a intervenções da polícia e do ministério público na diminuição dos índices de assaltos, mas indicaram que o crime se reorganiza rapidamente e parte para outros setores. Em termos dos homicídios registrados na cidade, os agentes ali presentes reprisaram que os mesmos vêm acontecendo entre sujeitos com fichas extensas nos registros policiais. Entre mais algumas conversas sobre segurança, ficou acertado, pelos componentes da reunião, que o próximo encontro ocorrerá no dia 15 de fevereiro, e a tarefa para os ali presentes seria buscar um plano de segurança de alguma cidade com características em comum com a cidade do Rio Grande – RS e, com isso, ter um parâmetro na construção do seminário e da política de segurança (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 25 de janeiro de 2016).

6.7 Sobre um final de tarde no Centro Esportivo da FURG

Desloquei-me nesta quinta feira, dia 30 de abril de 2015, para o Centro Esportivo – FURG, onde, às 17 horas, iria acontecer um encontro de um grupo de discussão, composto por pesquisadores e alguns proponentes de ações programáticas. Chegando ao local, encontrei alguns colegas (pesquisadores) que iriam participar do grupo, bem como um proponente da ação programática denominada *Semente Olímpica Investimento Social*. Fomos para a sala onde se dariam as conversas, e o tema daquele encontro estava pautado no que era um "problema", para cada proponente, perante suas ações. Em determinado momento, chegaram ao local alguns responsáveis pela implementação da política municipal *BGV na Paz*. Ao iniciar o processo de discussão do grupo, contávamos com quatro pesquisadores da FURG e quatro proponentes

de ações programáticas de intervenção em periferias. Dentre os relatos sobre o que se constituía como problema, foram surgindo questões, a maioria vinda dos proponentes, como a falta de incentivos, dificuldades financeiras, alguns diagnósticos que indicavam a cidade do Rio Grande – RS como mais violenta do que em outros períodos e a necessidade de uma intervenção de diversos setores na mudança do quadro considerado violento. A minha atenção se voltou com mais força, nesse dia, para os responsáveis pelo programa *BGV na Paz*, uma vez que tal programa é o centro do meu estudo. Para tanto, busquei potencializar minhas atenções durante as falas desses responsáveis. Presenciei, nesse dia, um dos responsáveis pelo programa, que era mais adepto ao diálogo, e o outro, mantendo uma certa cautela com as palavras. Ao focar a atenção na fala desse indivíduo (sobre o que vinha se constituindo como um problema em sua opinião), o mesmo destacou a questão dos números de homicídios registrados no BGV e indicou partes importantes em termos de ações de implementação do programa na localidade. A primeira questão, sinalizada e justificada perante o problema dos homicídios, estava relacionada às pretensões da política de segurança no local e à necessidade do município, enquanto instituição interventora, de "estar lá" dentro do bairro, através da ação programática, gerindo algumas situações tidas como violentas. Esse "estar lá" no BGV, dito pela responsável, indicou o início da implementação do programa por meio justamente da presença do poder público, para buscar aproximação, conhecer o local de intervenção e gerenciar riscos. Baseado na expressão "estar lá", disparada na reunião do grupo de discussão, está implicada uma das minhas escolhas de "método", já destacada nesta dissertação, anteriormente: a minha escolha é de "estar lá", ou seja, me fazer presente no BGV durante os acontecimentos das ações de implementação do programa e registrá-las. A expressão "estar lá" passa a ser utilizada por mim como estratégia e ferramenta de produção de dados, e se funde com outra decisão de método que coloquei em movimento e que Barros e Kastrup (2010) tratam como sendo "acompanhar os processos". Tais decisões serão explicadas com mais ênfase no decorrer da dissertação. Após estas indicações, a representante do programa nos mostrou como a política tinha por objetivo funcionar e se espalhar pelo local. A mesma desenhou no quadro o que ela denomina por rede de trabalho, a qual é composta por uma série de braços institucionais, principalmente os municipais, que produzem e disparam ações para dentro do bairro e visam a atingir uma determinada população e a mudar determinadas formas de vida da mesma. Na sequência, reproduzo, por meio da foto, a composição da rede, explicada e exemplificada no dia.

Figura 6: Imagem da rede que compõe o Programa *BGV na Paz*



Fonte: Esquema desenhado pela coordenadora do programa BGV na Paz

O esquema de intervenção desenhado pela responsável indica funcionamentos do programa através das unidades básicas de saúde, das escolas municipais, estaduais, dos postos de saúde, bem como estabelece, nas pirâmides desenhadas, o contexto que envolve indivíduos classificados para a alta proteção, para proteção especial e para a proteção básica. Ainda assim, no esquema, são elencados vários setores governamentais que são responsáveis por gerir riscos e, dessa forma, a rede de ações de governamento fica evidente. As categorias das redes são direcionadas para indivíduos, dependendo da situação em que estejam inseridos; tais contextos são os escolares, o sistema prisional e aqueles que envolvem os tratamentos mentais e de dependentes químicos. Todos esses indicadores foram colocados na reunião do grupo de discussão como compondo a rede de segurança do programa *BGV na Paz*, além da resposta dada pelo poder público ao problema colocado no quesito homicídios (Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 30 de abril de 2015).

6.8 A continuidade no "estar lá" para acompanhar processos

Detalhei, anteriormente, parte das vivências no "estar lá" para acompanhar processos do programa *BGV na Paz*, no bairro e na cidade. Essas ações, porém, não são as únicas produzidas pela política de segurança. Sendo assim, indico mais algumas que foram sendo estabelecidas e colocadas em funcionamento – parte delas acompanhei de perto e outras, a distância. Tais ações são: a) *Operação República*: ação integrada, envolvendo policiais civis e militares, que visou à busca por armas de fogo, drogas, apreensão de indivíduos foragidos do sistema prisional, abordagens a bares e aos "suspeitos do BGV". Tal ação aconteceu dia 15 de novembro de 2014, no bairro, e contou com a participação de 120 policiais civis e 97 policiais militares (JORNAL AGORA, 2014), representados na Figura 7. Ao que tudo indica, tal evento foi a primeira ação posta em funcionamento pelo programa; b) *Março Lilás:* evento realizado no mês de março de 2015, cujo foco foi uma série de atividades destinadas a mulheres de todas as localidades da cidade, inclusive no BGV. No bairro, as atividades realizadas aconteceram no dia 7 de março, com encaminhamentos de mulheres para a confecção de documentos, cadastramentos de pessoas no programa *Bolsa Família*, discussões envolvendo questões relacionadas à saúde da mulher e outros (JORNAL AGORA, 2015), representadas na Figura 8; c) *Conjunto habitacional* BGV I e BGV II: moradias populares localizadas nas imediações do bairro, financiadas com recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – do Governo Federal, construídas com o intuito de realocar cerca de 290 famílias, as quais serão retiradas das proximidades do muro automotivo do Porto do Rio Grande. O residencial BGV I contém 220 apartamentos e o BGV II, 70. As famílias residentes na área a ser desapropriada vêm passando por um processo de entrevistas realizadas por

assistentes sociais do município; os processos das entrevistas envolvem os trâmites para as realocações (GONÇALVES, 2015). A Figura 9 traz a imagem dos residenciais abordados. É importante frisar que o local onde essas famílias residem – ou seja – ao lado do muro automotivo do Porto do Rio Grande – trata-se de um ponto estratégico, segundo os responsáveis pelo programa, na questão do tráfico de drogas no local.

Figura 7 – Operação República no BGV, no dia 14 de novembro de 2014

Fonte: Jornal Agora

Figura 8 – Evento Março Lilás, ações realizadas no dia 07 de março de 2015

Fonte: Jornal Agora

Figura 9 – Residencial BGV I e BGV II

Fonte: produzida pelo pesquisador

Todas as ações recém caracterizadas constituem, atualmente, o programa *BGV na Paz.* No entanto, existem outras movimentações do programa, em termos de implantação, que ainda não deram os primeiros passos. Nesse contexto, sinalizo a instalação de uma sede do programa, prevista para funcionar onde hoje se encontra o espaço de um bloco carnavalesco no bairro, e o funcionamento, ainda sem data prevista, de um CRAS[13], subsidiado por verbas municipais; o último foi construído dentro das dependências do condomínio residencial BGV I. O empreendimento servirá para atendimento a questões sociais que envolvem os indivíduos que venham a residir no condomínio em questão.

Outra proposição construída pelo programa – e que também ainda não foi colocado em funcionamento – é o projeto *Cultura e Esporte*, na construção do Território de Paz, no município do Rio Grande – RS. Tal projeto social, ao utilizar de práticas esportivas como veículo de intervenção, "abre e expande caminhos" para a entrada do Estado no BGV e possibilita ao mesmo "estar lá", estabelecendo ações programáticas, as quais trato como sendo ações de governo daquela população. O projeto social tem como objetivo:

[13]Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Segundo Oliveira e Heckert (2013 p.148), são unidades públicas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de base municipal, integrantes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e localizados em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social.

> […] estimular a integração das ações de apoio à juventude, ampliando a oferta de espaços coletivos de convívio, produção cultural e esportiva, fortalecendo as ações no Território de Paz do Município do Rio Grande, articulando e fortalecendo os fatores de proteção da comunidade no sentido de diminuir os fatores de risco ao uso de drogas.
> A população beneficiária diretamente neste projeto são os adolescentes acima de 15 anos moradores do Bairro Getúlio Vargas – Território da Paz, e que estiverem contemplados em algum dos critérios abaixo: estiverem cumprindo medidas socioeducativas; em liberdade assistida; estiverem sendo atendido pelo CREAS, jovens incluídos nos projetos da Casa da Juventude situada no bairro ou jovens do movimento da população negra. (PROJETO CULTURA E ESPORTE, NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA PAZ NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, 2014, p.02)

Tais acontecimentos são as principais ações do programa; não são, porém, fatos aleatórios e sem direção, mas produzidos para atuar em determinadas demandas, lidas pelos proponentes do programa através de algumas reuniões com lideranças locais, por andanças pelo BGV e por algumas sinalizações que a própria estatística produz. A partir dessas leituras, as ações são construídas e implementadas no local, sendo geralmente direcionadas para *normalizar* relações e buscar um determinado modo de viver cada etapa da vida dos indivíduos que no bairro residem.

Cito dois acontecimentos que justificam, em partes, a construção e a implementação do programa na cidade e no bairro: o primeiro está centrado naquilo que Damico (2011, p.17) estabelece em sua tese sobre o *Território da Paz* na cidade de Canoas-RS, ou seja:

> na expansão e generalização de um sentimento de insegurança e medo diante de uma suposta escalada da violência na sociedade contemporânea, onde o efeito de tal sentimento de insegurança incentiva resposta do poder público na construção de políticas ditas de segurança.

A colocação do autor pode ser comparada ao que vem acontecendo atualmente na cidade do Rio Grande – RS. O segundo acontecimento refere-se à produção estatística, sobre a qual tratei anteriormente, como algo que direciona o BGV como epicentro da violência na cidade e estabelece um solo fértil para intervenções governamentais, devido a um “aumento” diagnosticado e, em parte, produzido pelo GGI-M, ao número de confrontos e homicídios registrados no local e na cidade, no ano de 2014.

7 A POLÍCIA COMUNITÁRIA: UMA INVENÇÃO QUE PROPÕE PRÁTICAS EDUCATIVAS

Não é novidade que muitas mudanças vêm ocorrendo nas esferas sociais e culturais da atual sociedade e que elas têm refletido de maneira constante no campo educacional e nas práticas de intervenção, sejam escolares ou não. O período de mudanças, ao qual me refiro, reflete alguns atravessamentos de um *ethos* característico da modernidade líquida (BAUMAN, 2001) ou da contemporaneidade (SARAIVA e VEIGA-NETO, 2009).

Para apontar as perplexas mudanças que vêm acontecendo, o primeiro autor faz uso da metáfora da liquidez para designar uma série de abalos ou rachaduras, ocorridos na estrutura de uma sociedade que foi planejada pela modernidade para ser rígida, estável e sólida. Ainda, para esse autor, estamos passando da modernidade sólida para a modernidade líquida, em que a primeira derreteu alguns sólidos na pretensão de colocar outros melhores no lugar. Já a modernidade líquida, para ele, derreteu e continua derretendo tudo que era/é sólido, sem a pretensão de colocar outros no lugar. Assim, o autor assume tal época como constituída por constantes mudanças sem diagnóstico de término (BAUMAN, 2001). Para os segundos/as autores/as, a contemporaneidade corresponde também a uma série de mudanças de ênfases, que estão localizadas principalmente no deslocamento de uma governamentalidade pautada no liberalismo (naturalidade do mercado e livre comércio) para o neoliberalismo (liberdade centrada na competição). Essa mudança acentua-se na passagem de indivíduo produtor para consumidor e no deslocamento da centralidade da fábrica para a empresa. Um fator que tem relevância nesse período para os/as autores/as é o acontecimento, ou seja, este passa a estar presente em todas as questões da sociedade (SARAIVA e VEIGA-NETO, 2009).

Ambas argumentações remetem a deslocamentos que são avistados por mim e que constituem meus alvos de problematizações desta dissertação. Dessa forma, assumo a noção da contemporaneidade, em detrimento à atualidade, devido à indicação dos/as autores/as de reconfigurações sociais. Sinalizo a mesma como uma atitude que vem colocando sob suspeita muitas das estruturas ou metanarrativas construídas e colocadas em funcionamento pela modernidade ao longo dos anos.

Dessa forma, estruturas como a busca pela verdade verdadeira das coisas, o entendimento da ciência moderna como a única e legítima explicação do mundo, a suposta

proposição do método científico como sendo o único caminho para a produção do conhecimento válido e, principalmente, em termos educacionais, a escola e o professor como capazes de construir uma sociedade educadamente perfeita, são questões que vêm sendo abaladas contemporaneamente. Esses pontos e outros fazem parte daquilo que Veiga-Neto (2008. p. 36) trata como "crise da modernidade", na qual a mesma arrogou para si a tarefa de ser a única solução possível de todas as mazelas existentes e construir uma sociedade perfeita, rígida, estável e prever riscos indesejados.

Nesse sentido, a modernidade inicialmente objetivou, por meio de instituições como a escola, o hospital, a família, a prisão e outras, produzir um sujeito autocentrado, capaz de autorregular-se, utilizando, para isso, do poder disciplinar que, segundo Foucault (2014, p.149), "desenvolveu-se a partir do século XVII e se centrou no corpo máquina, no seu adestramento, na ampliação das aptidões e na docilidade dos indivíduos". As instituições (escola, família, hospital e outras), as quais Foucault (2007) chamou de "instituições de sequestro dos corpos individuais", são, até hoje, as responsáveis por colocar em funcionamento o projeto, almejado pela modernidade, de "educar" os indivíduos para uma perfeição, sendo nesses estabelecimentos onde o poder disciplinar tem operado.

Nesse cenário, outros olhares se abrem e outras possibilidades vão sendo construídas nos mais diversos setores da sociedade, tudo em prol de uma nova educação, diferente da que temos hoje (sob as rédeas da rigidez e da disciplina). Na contemporaneidade, é preconizada por diferentes setores uma educação que busque acolher as novas demandas que estão indicadas por uma vontade de flexibilidade nas instituições e nos profissionais que atuam nas áreas educacionais. Sob essa perspectiva, tenho avistado algumas mudanças nos funcionamentos de determinados setores da cidade do Rio Grande – RS, principalmente quando casos de violências (homicídios) sobem a um patamar não aceitável pelos órgãos de segurança da região, e uma sensação de falha de instituições (como a polícia e escolas) surge, pois são tidas, em partes, como as principais responsáveis por esses fatores na cidade.

Assim sendo, alguns diagnósticos (já demonstrados na dissertação) indicam e produzem um local violento e necessitado de novas práticas que eduquem[14] a população,

[14]Como práticas educativas, estabeleço uma ação sobre a ação de outros. As práticas educativas que me refiro

assim, atitudes urgentes de *experts* em segurança são tomadas, e o programa *BGV na Paz* é produzido e colocado em funcionamento, indicando algumas rotas diferenciadas nas atuações de alguns setores responsáveis por educar e governar a população do bairro – uma vez que, como sinalizou Nogueira-Ramírez e Marín-Díaz (2012, p.14), "educar es gobernar". Por consequência do funcionamento do programa, a busca da diminuição no número de confrontos seguidos de mortes se torna uma realidade, bem como a tentativa de espalhar um sentimento de paz no bairro e na cidade. O programa *BGV na Paz*, como já mencionei no início desta dissertação, é uma política municipal de segurança pública que foi construída e colocada em funcionamento no início do ano de 2015. Ao longo desse período de funcionamento, atuou com a implementação de práticas educativas destinadas para vários âmbitos da vida da população do bairro Getúlio Vargas e, atualmente, algumas das ações do programa implodiram para fora daquele espaço.

Entre as principais ações construídas e colocadas em funcionamento, das quais reafirmo seu caráter educativo para alcançar uma cultura da paz, está uma série de projetos de diversas áreas. Entre elas, o *Projeto cultura e esporte na construção do Território da Paz*[15]; o projeto *BGV Rolezinhos*; a construção de habitações populares, denominadas por Residencial BGV I e II; estratégias que envolvem a vigilância das escolas locais. Neste capítulo, o que foi centralmente tomado para a problematização é a construção do núcleo de Polícia Comunitária no bairro. Qual a relação que se estabelece entre práticas educativas e a Polícia Comunitária no funcionamento do *BGV na Paz*? E qual a relação da mesma com a contemporaneidade na cidade do Rio Grande - RS?

A Polícia Comunitária foi inventada para atuar no bairro com atribuições diferenciadas do que se costuma esperar da polícia militar tradicional moderna. Com a implantação dessa ação, as atuações da mesma se diferenciam de períodos anteriores, principalmente na troca de atitudes repressivas por outras preventivas, o que passa a ser

---

podem extrapolar os muros das escolas e, assim como indicou (NOGUEIRA-RAMÍREZ e MARÍN-DÍAZ, 2012), a educação é um elemento central para o governo das populações, ou seja, uma arte de conduzir os outros e a si mesmo. Ainda para esses autores, tal arte se estendeu do século XVI ao XX de três maneiras: a primeira, o ensino com ênfase na governamentalidade disciplinar; a segundo, a educação com ênfase na governamentalidade liberal; e a terceira, a aprendizagem a partir da governamentalidade neoliberal.

[15] É um projeto social esportivo que ainda não foi colocado em funcionamento no bairro Getúlio Vargas, mas que já captou recursos financeiros do Governo Federal. O projeto preconiza, como práticas de atuação, o futsal e a dança.

uma característica contemporânea da Polícia Comunitária na cidade do Rio Grande – RS. A mesma passa a ter como função ser uma nova protagonista na tentativa de educar a população do BGV. Na cartilha do curso de Polícia Comunitária (2008, p.6), a mesma é tratada como:

> A ideia central da polícia comunitária é propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, como um médico, um advogado local ou um comerciante da esquina; ou seja, criar condições para que a polícia possa ser vista não apenas como um número de telefone ou uma instalação física referencial. Para isto, é necessário um amplo trabalho sistemático, planejado e detalhado. A polícia comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que possa afetar as pessoas passa pelo exame da polícia. É uma grande parceria entre polícia e comunidade.

Assim, optar por trazer os funcionamentos da Polícia Comunitária para o bairro Getúlio Vargas tem como objetivo dar conta de uma das três ações indicadas na dissertação para problematização. É importante deixar claro que a Polícia Comunitária é tratada, por mim, como uma invenção ou estratégia da polícia militar convencional para estabelecer relações de gerenciamento e governo em uma população da cidade que não mantém interação pacífica com a mesma. Dessa maneira, o gerenciamento e o governo da população do BGV tem se dado por meio de práticas educativas. Para Nogueira e Díaz (2012), a educação é um elemento central para governar, uma arte para a condução de si e dos outros, que se desenvolveu do século XVII até o XX.

As decisões de método, problematização (FOUCAULT, 2006), “estar lá” para acompanhar processos (BARROS e KASTRUP, 2010) e a formação do plano comum (KASTRUP e PASSOS, 2014), também já indicados e caracterizados nesta dissertação, foram essenciais para a produção de resultados relacionados à ação. Assim sendo, destaco três espaços de atuação da polícia comunitária em que a problematização no ato dos funcionamentos possibilitou produzir dados: a primeira foi o acompanhamento de processos que estava imbricado em reuniões de prestação de contas da mesma com a comunidade local. O segundo acompanhamento foi da ação que envolveu a Polícia Comunitária no funcionamento do *Programa Educacional de Resistências às Drogas* (PROERD) e o terceiro acompanhamento foi da participação da Polícia Comunitária no *Projeto Elos de Amor* e na organização do aniversário de uma moradora do bairro Getúlio

Vargas.

Portanto, as atividades educativas realizadas pelo núcleo de Polícia Comunitária do bairro sinalizam uma atitude de governar e gerenciar indivíduos do local, para que eles sigam determinados modos de viver "tidos como corretos", o que corresponde a não ficar nas esquinas, se dedicar aos estudos e não usar drogas, escapando de outros modos "tidos como ruins", aos quais está atrelado o envolvimento com a drogadição.

Desse modo, esse componente do setor governamental da sociedade sofre algumas reconfigurações e passa a funcionar de maneira específica, além de se aliar a outros setores educacionais, principalmente às escolas do bairro e aos projetos sociais educativos de diversas áreas na região como descrevo a seguir.

7.1 A polícia militar e suas configurações em um bairro considerado violento da cidade do Rio Grande - RS.

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, […] § 4 Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.§ 5 Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Ao falar em segurança pública, pautada no artigo acima e no quarto e quinto parágrafos da Constituição Federal, é comum que nosso pensamento indique, como principal responsável por ela, o estado, por meio dos dois órgãos constituintes do mesmo, que são a polícia civil e a polícia militar. No Rio Grande do Sul - RS, esses dois constituintes estão vinculados à Secretaria da Segurança Pública (SSP) e eles têm como responsabilidade enfrentar e combater ações tidas como criminosas nas regiões do estado, sendo que a disciplina é um fator forte nas atuações dessas corporações.

Dessa maneira, as investidas desses órgãos estavam (e em alguns casos estão) pautadas no enfrentamento daquilo que conhecemos atualmente por criminalidade, em que indico, em termos de exemplo, o combate ao tráfico de drogas, evitar homicídios, assaltos, sequestros, conflitos entre indivíduos e outros. Tais intervenções, em muitos casos eram/são

perpassadas por traços de violência, muitas vezes de proporções maiores do que as próprias ocorrências que os mesmos deviam evitar. Assim sendo, e tendo como suporte as informações dos veículos de informação abaixo indicados, as atitudes violentas colocadas em prática pela polícia em determinadas situações produziram e produzem uma imagem negativa da mesma diante de suas atuações, passando tal setor a ser considerado truculento, corrupto, mais violento do que necessário e despreparado para atuar na contemporaneidade. Isso tem gerado uma resistência/aversão da população a esse setor.

> A agressão de um policial militar, identificado com colete à prova de balas do Batalhão de Operações Especiais (BOE), a um homem durante uma abordagem, na manhã desta quinta-feira, foi flagrada pelos cinegrafistas Mário Junior e Marcos Pacheco. A cena aconteceu no Morro Santa Tereza, em Porto Alegre, mesma região onde, horas antes, um jovem de 18 anos foi morto com um tiro disparado por um PM. Houve represália pela morte, incluindo dois ônibus e um lotação incendiados, além de viaturas apedrejadas. (ZERO HORA, 2015, s.p.).
>
> Uma ação policial terminou em polêmica na tarde de quarta-feira em frente a uma creche na Rua Moema, Bairro Chácara das Pedras, Zona Norte de Porto Alegre. Depois de abordar dois homens em um carro e algemá-los, três policiais militares do 11º BPM passaram a agredi-los. Toda a situação foi filmada. Depois de assistir ao vídeo, o comandante do 11º BPM, major Luciano Moritz, prometeu instaurar um inquérito para apurar a atuação dos seus comandados. É inegável o excesso e nós não compactuamos com esse tipo de ação. Agora vamos ouvir todos os envolvidos e tratar este fato com rigor — assegura (DIÁRIO GAÚCHO, 2015, s. p.).

Tais informações veiculadas por meios jornalísticos impressos não são casos isolados e têm ganhado visibilidade, proporcionando reconfigurações nesse setor representante do Estado. As visões negativas que possam ser relacionadas à polícia fazem parte daquilo que indiquei, acima, como crise da modernidade, uma vez que a primeira é uma produção da segunda e, por isso, a polícia militar vem sofrendo críticas quando coloca em funcionamento suas atividades em prol de manter uma ordem estabelecida, que está relacionada ao cumprimento das leis. O problema é que isso é feito, como demonstra as reportagens acima, de maneira agressiva contra determinados indivíduos que não cumprem com a constituição, mas que também compõem a população que o Estado deve “proteger”.

Nessa perspectiva e, em meio às crises da polícia e da segurança pública, tem-se assistido uma série de mudanças nas atribuições da mesma na cidade do Rio Grande – RS. Quais são as novas atribuições de funcionamento da polícia militar nesta cidade? No

acompanhamento desse processo, avisto o aparecimento de um novo protagonista que se soma ao Estado e passa a disponibilizar recursos financeiros para o funcionamento da mesma. Tal instituição é a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio Grande - RS que, após propor o programa de segurança *BGV na Paz,* em 2015, e preconizar, como umas das ações desta política, a implantação do núcleo de policiamento comunitário no bairro em questão, passou a disponibilizar uma bolsa mensal no valor de 800 reais destinados aos policiais comunitários, para que os mesmos passem a residir dentro do bairro de atuação ou nas suas proximidades.

Tal repasse de recursos está pautado em uma ajuda de custo para que os agentes da segurança, que compõem atualmente tal setor, criem uma aproximação com a população local e ampliem laços de confiança com a mesma no combate à criminalidade. Potencializando a informação anterior:

> Como salientou o representante do poder executivo da cidade, no I Seminário Municipal de Segurança Pública (realizado nos dias 30 e 31 de maio de 2016), "a Polícia Comunitária possibilita a humanização nas suas relações com as comunidades" [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 30 maio de 2016].

Com essa interação do município com o representante do órgão estadual, a Polícia Comunitária passa a ficar próxima dos problemas locais do bairro e, ali, começa a lançar intervenções, bem como assume um caráter educativo com a comunidade. Portanto, o poder executivo da cidade se torna um novo protagonista no quesito de financiamento de agentes, os quais buscam educar para segurança pública e para estimular que os indivíduos do bairro sigam as leis.

Para Damico (2010), às dificuldades da união e dos estados em atenderem às reivindicações no quesito segurança pública têm tido como efeito a incorporação de outro setor governamental, na tentativa de aliviar o sentimento de insegurança estabelecido em diversos locais brasileiros. Ainda, segundo o autor, tal setor são os municípios que, juntamente com a sociedade civil organizada, passam a propor e implementar políticas educativas de prevenção e controle da violência.

Grande parte do que o autor aponta pode ser diagnosticado na cidade do Rio Grande - RS. Dessa forma, a primeira mudança de configuração que afetam a polícia militar é ter um

novo aliado no combate ao que se entende por “desordens às leis”. Nessa condição, o município, por meio do GGI-M, passa a ser um órgão fiscalizador das atuações da brigada militar e incentivador dos mesmos a aderir outras práticas de segurança pública, uma vez que o programa *BGV na Paz* tem como objetivo de atuação a prevenção de delitos e, assim, a Polícia Comunitária, como parte do programa, deu indícios de agir nessa direção. Quais são as práticas educativas desenvolvidas pela polícia comunitária?

Ao ter como “norte” de atuação a prevenção, a Polícia Comunitária começou suas atuações dentro do bairro; inicialmente, fazendo o policiamento ostensivo nas áreas às quais os dados estatísticos indicaram como necessários de intervenção. As rondas ostensivas continuam contemporaneamente, porém, elas vêm acompanhadas de algumas práticas educativas. Assim, aponto duas iniciativas que corroboram com minhas colocações neste texto. A primeira, a Polícia Comunitária passa a visitar as escolas da região diariamente e manter diálogos com professores e alunos. A segunda é que, no turno de trabalho dos policiais, que é de 12 horas, os mesmos devem dialogar com pelo menos dez pessoas da comunidade e fazer abordagem de indivíduos suspeitos.

Embora as rondas ostensivas sejam questões que perpassam a atuação da polícia militar já há longa data, as iniciativas precedentes que indiquei demarcam novas estratégias de atuação da mesma. Tais atuações fogem ao que era convencional na atuação da polícia militar, uma vez que ela passa a manter um contato direto com a população local e com setores educacionais, não mais apenas um contato quando uma denúncia é/era feita. Ainda nessa condição, os policiais que atuam na comunidade do Bairro Getúlio Vargas são sempre os mesmos e os diálogos que eles estabelecem com a comunidade são passos iniciais para educar aquela população de outra maneira; dessa forma, sinalizo que os mesmos têm operado práticas educativas que extravasam os muros das escolas.

É importante ressaltar que as práticas realizadas pelos policias nem sempre são aceitas de maneira pacífica pelos moradores locais, uma vez que a visão de tais indivíduos a respeito da ação governamental, em manter uma Polícia Comunitária no local, é mantida muitas vezes no nível da suspeita e/ou da desconfiança. Ao acompanhar processos que envolveram diálogos entre policiais comunitários e a população, destaco algumas

resistências[16] que puderam ser observadas:

> [...] me desloquei até o bairro Getúlio Vargas onde estava anunciada uma reunião da Polícia Comunitária local com a comunidade. Ao me aproximar da escola, onde tinha a informação que se realizaria tal reunião, avistei um carro dos agentes de segurança e alguns indivíduos na porta do estabelecimento. Aproximei-me e perguntei-lhes sobre a reunião e fui informado que a mesma seria realizada ali no horário das 19h30min. Os indivíduos se apresentaram (eram agentes da segurança do bairro e uma professora da instituição) e, nesse momento, fui interrogado por eles se eu era morador do bairro. Expliquei aos presentes que minha participação no evento se dava devido à condição de pesquisador que acompanha processos na área das políticas educacionais de segurança pública e não me constituía como morador local. Tal informação parece ter decepcionado os presentes. Logo, tais indivíduos foram me informando que os moradores locais dificilmente participavam das reuniões mensais. Dessa maneira, busquei com eles saber um pouco mais do porquê da pouca participação nessa ação de segurança; nesse sentido, fui informado que existe uma questão cultural muito forte dentro do bairro de aversão à atuação policial e que o trabalho dessa corporação tem sido difícil devido ao não comparecimento dos moradores [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 22 de julho de 2016].

Após expor tal situação acompanhada durante reunião, é possível sinalizar o descompasso existente entre as partes envolvidas na prestação deste serviço. A população do BGV não se sente atraída em manter comunicação com o setor governamental e, assim, distâncias entre ambos continuam estabelecidas.

> [...] acompanhei uma reunião de prestação de contas da Polícia Comunitária com a comunidade do bairro; mais uma vez, nenhum morador apareceu para participar de tal encontro. Dessa forma, entre alguns diálogos com os policiais ali presentes, os mesmos destacaram uma atitude que os estavam tomando no quesito abordagem de indivíduos suspeitos. Nessa conversa, foi relatado pelos agentes que, em situações que envolviam prisões e abordagem a suspeitos, os policiais deviam ser rápidos e eficazes, pois os moradores que são alvos desse tipo de ação reagem a isso gritando e tento manifestações que facilitam aos demais moradores do bairro avistar a abordagem e, assim, eles passam a entender que a abordagem está ocorrendo de forma violenta ou com excessos por parte da polícia. Então, tumultos são organizados rapidamente para chamar a atenção de todos na volta e impedir que os policiais realizem essas práticas. [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 22 de julho de 2016].

Neste segundo excerto, fica mais uma vez indicado a não aceitação da população local a comparecer ao espaço de diálogos construído pela polícia em sua nova atribuição. Além de sinalizar que tais reuniões são iniciativas que não terão funcionamento com a participação popular, a própria movimentação da polícia dentro do bairro em abordagens também é resistida na localidade e, dessa forma, as atitudes da comunidade pelas resistências são potencializadas para outros espaços de atuação da Polícia Comunitária.

[16] Resistências são tomadas por mim, como o que Foucault (2008) tratou como contracondutas nos séculos XVII e XVIII, porém, é necessário destacar que as resistências apontadas neste artigo estão no nível micro das lutas, pois partem de algumas individualidades.

> [...] foi colocado pelos policiais que quando eles se aproximam de moradores para estabelecer diálogos, estes não os recebem com satisfação. Com isso, fiquei curioso em saber o porquê desta atitude dos moradores, e fui informado que tal situação indica uma suposta denúncia dos habitantes a alguma situação criminosa relacionada ao tráfico de drogas e, dessa forma, tais sujeitos não têm dado atenção a essa atividade policial. [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 24 de outubro de 2016].

Após ter tido acesso a essa informação sobre outra resistência à prática policial imposta, dessa vez, pelo tráfico de drogas, é possível movimentar o pensamento e destacar que os jogos das relações de poder na comunidade não são travados apenas entre poder público e região, mas também entre comunidade e tráfico de drogas. Este último envolve uma relação que tem contornos que indicam um acordo de "bem-viver" entre as partes, de maneira que um não venha a prejudicar o outro e, mutuamente, se protejam por meio de atitudes diárias, que são "combinadas" de maneira subjetiva e operada pela lei do silêncio.

Com isso, quero destacar que a relação de poder entre tráfico e população estabelece uma divisória, na medida em que "ficar quieto" e deixar "as coisas passarem", por parte da população, e não causar transtornos na comunidade (como assaltos, roubos a residências e a comércios) por parte dos envolvidos no tráfico selam o jogo da boa convivência local. E assim, a vida tem seguido no BGV.

> [...] mais uma reunião foi realizada nas dependências da Escola Estadual Juvêncio Lemos, no bairro. Como nas reuniões anteriores, nenhum morador apareceu para participar e, dessa forma, a diretora da escola resolveu que alguns alunos seriam os ouvintes naquele espaço. Assim sendo, cerca de 20 jovens foram deslocados até a sala da biblioteca, onde tal diálogo foi realizado. Os jovens ali presentes não demonstravam nenhuma satisfação em estar naquele local e suas atitudes foram de ficar de cabeça baixa ou mexendo no celular o tempo todo da conversa. Mesmo quando foram chamados a dar suas opiniões sobre alguns fatos que eram pautas da reunião, nenhum indivíduo falou nada e, inclusive, no início da reunião, alguns jovens pularam o muro da escola e fugiram, quando avistaram a polícia no espaço escolar. [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 24 de outubro de 2016].

> Percebi, nesse dia, que as resistências não partem apenas dos moradores do bairro; nesse encontro de prestação de contas, o agente da segurança, que foi responsável por realizar a fala, demonstrava desinteresse em estar ali e suas colocações foram pautadas, a reunião toda, com um semblante do seu rosto fechado e sem nenhuma animação. Desse modo, as resistências são tanto da comunidade como da polícia nesse tipo de atividade. [Excerto do caderno de registros de pesquisa, 24 de outubro de 2016].

As lideranças escolares do bairro, durante as reuniões de prestação de contas, uniam-se às causas policiais e prestavam auxílio para fazer funcionar os encontros. Foi desta maneira que escola e polícia atuaram de maneira conjunta, na tentativa de "amolecer" a relação conturbada entre parte da população do bairro e o último setor citado. Embora toda a

mobilização fosse construída para obter uma "flexibilização", os próprios policias comunitários daquelas localidades davam demonstrações de que não acreditavam em resultados positivos na maneira em que estavam agindo, em suas atribuições de prestadores de serviços à comunidade.

É sob as constatações apontadas acima que mais uma vez reitero que as resistências produzidas na relação polícia/comunidade/pesquisador nos encontros citados não partiam apenas da comunidade, mas, também, dos próprios policiais, que indicavam não compactuar com as reconfigurações de tal setor.

Com estes excertos, demonstrei as resistências produzidas no acompanhar dos processos, nos quais diferenças entre demandas também se destacaram. Portanto, em meio às heterogeneidades constituintes nessa relação, as demandas de ambas as partes não possuem a mesma direção e, por vezes, se confrontam. Abaixo, descrevo-as:

> A Polícia Comunitária é necessária, porém, essas reuniões em espaços fechados são inviáveis para o morador, e isso dá a entender que estão sendo denunciadas as coisas relacionadas ao tráfico aqui no bairro. Por que eles não fazem essas reuniões em um grande evento, na rua, nos finais de semana, quando os trabalhadores locais possam participar e o grande grupo se unir para falar? Mas assim como está acontecendo, ninguém nunca vai aparecer nessas reuniões (Moradora do bairro). [Registro do Caderno de Pesquisa, 06 de agosto de 2016].

> Polícia aqui no bairro não é necessária, não tem roubos aqui. Antigamente, eu achava necessária, pois os vagabundos nos provocavam nas ruas e mexiam nas nossas casas. Agora não, eu sempre os vejo nas esquinas, mas nunca fizeram nada de mau *pra* mim e nem *pra* minha família (Morador do bairro) [Registro do Caderno de Pesquisa, 06 de agosto de 2016].

> Ter uma polícia aqui no bairro não é necessária, o que precisamos para evitar o crescimento da vagabundagem é ações que unam a comunidade, como o retrato falado (Clube de futebol amador) faz; eles fazem festa para as crianças no Dia da Criança, no Natal e em datas comemorativas. Isso é bom e que continue acontecendo no bairro (moradora do local) [Registro do Caderno de Pesquisa, dia 06 de agosto de 2016].

Os excertos demonstram diferenças acentuadas de demandas que, por sua vez, mantêm relação próxima com as resistências já apontadas acima, principalmente em pequena parte da população, que não discrimina a prática cotidiana de ter uma polícia comunitária nas imediações do bairro, mas que indica que abrir caminhos para comunicação com a mesma pode comprometer relações "estáveis" com a outra parte (tráfico de drogas). Mesmo com o apontamento que é realizado (sobre a necessidade de que encontros de diálogo sejam em

espaços abertos, onde o grupo possa se unir para conversa sem dar a entender que denúncias são realizadas), as reuniões de prestação de contas permanecem no mesmo local e sem perspectiva de mudança.

Em outra parcela da população, a presença de tal setor não representa melhoras nas relações individuais, uma vez que as ameaças mais temíveis ao trabalhador local são os assaltos ou a invasão às residências; porém, tais situações não são comuns no local, segundo eles, e acontecem em raras ocasiões. Com tais relatos, indica-se que a implementação de um núcleo de Polícia Comunitária é vista como algo inferior em termos de aproximação da comunidade para evitar alguns conflitos, quando comparada a uma ação que envolva a participação popular em causas tidas como necessárias e, a isso, o próprio excerto aponta para festas para crianças e compromissos com indivíduos carentes financeiramente.

Após destacar a existência entre diferentes demandas e problematizá-las, volto a apontar as novas funções da polícia no bairro, onde a mesma passa prestar contas do seu trabalho dentro da comunidade, como demonstra parte das informações produzidas no campo. Tais processos, que foram acompanhados e sinalizados acima, tinham como objetivo principal informar a população sobre o que vinha acontecendo no local em termos de ocorrências criminais e construir um espaço de diálogos com a comunidade, sendo isso, também, formas de educar e governar. Mesmo que a comunidade mantenha resistências às ações governamentais e demonstrem diferenças de demandas, as investidas da polícia continuam de maneira significativa no local.

Para aprofundar e exemplificar o funcionamento educativo desta ação, aponto para a sua união ou conexão com as escolas locais e com os profissionais que nelas atuam. Portanto, além de buscar evitar ações criminosas no bairro, a polícia passa a manter uma relação próxima com a comunidade escolar, seja nas reuniões com a comunidade que acontecem nesses espaços, seja nas visitas diárias às mesmas. Desse modo, tais atitudes são potencializadas quando cabe à instituição fiscalizar a coleta de lixo e higiene do bairro e quando ela passa a ser mediadora de conflitos no processo atual de remoção e instalação dos moradores do bairro (que irão ser realocados para os condomínios BGVI e II). Essas atividades passam a destacar o trabalho da instituição e a mesma é colocada sob a denominação de polícia cidadã. A imagem colocada abaixo exemplifica o que venho

destacando.

Figura 10 - Logo que anuncia o objetivo da Polícia Comunitária

Fonte: Folder da Polícia Comunitária

As relações entre a polícia e as escolas vão ficando mais próximas em dois momentos importantes. O primeiro, que já fiz referência aqui, é quando as reuniões mensais de prestação de contas à comunidade passam a ser designadas para funcionar dentro das dependências das escolas. O segundo, no momento em que é colocado em funcionamento no bairro o PROERD, destinado a alunos das escolas do bairro e também de fora dele. Essa prática educativa funcionou nas dependências do quartel da Polícia Militar da cidade (que se localiza nas proximidades do bairro Getúlio Vargas), onde os alunos foram deslocados até o espaço pelo ônibus da própria Brigada Militar.

Nesse caso, os policiais comunitários desenvolveram algumas intervenções educativas com indivíduos dessa comunidade. Dentre as práticas propostas, estavam em exibição, para crianças, filmes do Charlie Chaplin. Essa atividade vinha seguida da produção de redações por parte dos estudantes, relacionadas à temática do combate ao uso de drogas na região. Desse modo, os policiais comunitários acabaram assumindo parte do caráter educativo do professor nesse espaço – mesmo que isso tenha sido feito, em alguns casos, sem uma formação pedagógica adequada à função.

As intervenções direcionadas pelo PROERD, das quais os policiais foram responsáveis por colocar em funcionamento, manifestaram-se nas suas novas atribuições de educadores, preconizando alguns modos de vida em detrimentos de outros. Assim, as crianças foram estimuladas a adotar os comportamentos modernos que as *instituições de sequestro* preconizam e que estão em crise atualmente e que, no caso dessas iniciativas, foram: "respeitar os seus semelhantes, os policiais, estudar para obter uma vida mais favorável financeiramente e tornar-se um sujeito do bem" [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 16 de julho de 2016].

Tais comportamentos são almejados e divulgados pelos policias às crianças escolares e alguns exemplos de comportamentos tidos como não adequados são utilizados para exemplificar o que acontece quando os "bons" costumes não são aceitos e seguidos. No acompanhamento de dois processos sobre intervenções entre policiais comunitários e o público que já citei, destaco dois acontecimentos importantes:

> O ônibus de transporte da Brigada Militar foi o responsável por fazer o deslocamento das crianças até o quartel e não demorou para que elas, juntamente com suas professoras, chegassem ao local. Ali, avistei três turmas, de entorno de 20 crianças cada, acompanhadas de dois policiais comunitários. As crianças se deslocavam para o auditório do quartel, em fila. Tais indivíduos foram recepcionados por outro agente de segurança que os aguardava no estabelecimento e, dessa forma, o mesmo indicou o caminho para onde o filme iria ser transmitido. Após as crianças sentarem, os agentes de segurança ensaiaram uma conversa com o público daquela intervenção e começaram a fazer a apresentação de todos os presentes e aproveitaram o espaço para me utilizar como exemplo às crianças. Nessa fala, os mesmos me situaram como menino pobre e negro que estudou bastante e não utilizou de ações ilícitas e, por isso, estava no caminho certo para o crescimento profissional e humano. Em contrapartida ao meu caso, é citado pelos mesmos um fato ocorrido naquela manhã – em que a Polícia Militar, em confronto com indivíduos que haviam realizado um assalto a um estabelecimento comercial na cidade – que teve como efeito a morte de três indivíduos do grupo. O esclarecimento dessa questão foi colocado ali como um exemplo do que acontece quando alguns indivíduos têm modos de viver tidos como perigosos. É importante ressaltar que foi indicado para as crianças que a função da polícia não é matar, mas, às vezes, aquilo acontecia ou era necessário [Excerto do Caderno de Registro de Pesquisa, dia 16 de junho de 2016].

> Na reunião do dia 24 de outubro, da polícia comunitária com a comunidade, em um momento em que a mesma se encaminhava para o final, um indivíduo representante do GGI-M aproveita que havia um número considerável de jovens e faz todo um apelo aos ali presentes, para que eles não escolhessem o modo de viver pautado no uso ou na venda de drogas. Sobre o uso, o mesmo diagnosticou que, no caso da maconha, em indivíduos que não têm sua massa cerebral formada (que era o caso dos jovens ali, segundo eles), a droga tem um poder altamente destrutivo das células cerebrais. E, com relação à venda, ficou frisada a preocupação com a quantidade de jovens presos e direcionados para a FASE como consequência dessa infração criminal. Ademais, o modo de vida de indivíduos que ficam nas esquinas ou nas ruas do bairro é criminalizado novamente; e institui-se como positivo, viável e digno o sujeito que estuda, trabalha e segue as leis e regras da sociedade [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 24 de outubro de 2016].

Preconizando os modos de viver pautada nos “bons costumes”, a Polícia Comunitária, em sua “missão” de educar indivíduos, acaba por fazer uma prática reducionista na relação entre ser bom profissional e humano, pautada apenas na ideia do esforço individual dos sujeitos ali presentes. Ao apontar que os esforços são as principais bases para tornar-se um “cidadão do bem” e um profissional bem-sucedido financeiramente, os mesmos esqueceram a relação que tais cenários estabelecem com as oportunidades e com a presença do Estado na proteção de indivíduos com necessidades.

Além de tais problematizações realizadas por mim, no cenário registrado acima, a preocupação com indivíduos negros e com suas escolhas futuras fica escancarada no espaço educativo, uma vez que os exemplos citados na conversa com as crianças sobre os sujeitos (negros) ocuparam dois espaços distintos. No primeiro exemplo, temos os indivíduos mortos pela polícia no confronto, no qual tais sujeitos foram colocados como aqueles que optaram pelo caminho ruim. Em contrapartida, eu, enquanto pesquisador e considerado estudioso e esforçado, mesmo sendo negro e pobre, supostamente havia conseguido “vencer os obstáculos da vida”, apenas com meu esforço próprio.

Voltando para as atribuições contemporâneas, a polícia segue com suas novas intervenções no bairro e, nesse arranjo, a instituição passa a receber em suas dependências (quartel da Brigada Militar) outros eventos tidos como sociais e que podem, segundo eles, “salvar” meninos e meninas de algumas situações complexas. Refiro-me a um projeto social da cidade, que tem como ferramenta a capoeira para atuar com crianças e adolescentes do bairro Getúlio Vargas. Esse projeto teve seu funcionamento e realizou algumas apresentações nas dependências do quartel da Brigada Militar e isso, em determinados tempos no passado, era algo impensável de acontecer em um espaço como este.

Os policiais comunitários participaram também da organização de outros eventos, como: aniversários de moradores do bairro atuaram como palestrantes em instituições de tratamentos de dependentes químicos e, atualmente, fazem a mediação em assuntos de interesse da comunidade. Parte do que destaquei é demostrada na imagem abaixo.

Figura 11 – Atuação do policial comunitário na festa de aniversário de moradora do bairro Getúlio Vargas.

Fonte: Produção própria.

A partir desses outros modos de atuação da polícia, percebo o funcionamento de um novo tipo de poder, que se conecta ao poder disciplinar, mas que é parte do processo de reconfiguração no trabalho de tal instituição. O poder que me refiro é a *biopolítica* que, segundo Foucault (2014, p. 150), "se forma por volta da metade do século XVIII e está centrado no corpo – espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos". Dessa maneira, tal poder vai ser responsável por gerir a vida da população, nesse caso, a população do bairro Getúlio Vargas, para *fazer viver* os indivíduos em diferentes circunstâncias de suas vidas.

A expressão *fazer viver* significa, para Foucault (2010), uma inversão nas relações de poder estabelecidas entre soberano e súditos por volta dos séculos XVI e XVII, em que o primeiro exercia sobre o segundo o direito de vida e de morte, ou seja, ele podia "fazer morrer e deixar viver" o indivíduo, de acordo com sua vontade. Em tal situação, é exercido o "poder de espada".

Ainda, para o autor, uma reconfiguração nas relações retira de ação o poder de espada exercido pelo soberano ao fazer morrer sujeitos no século XVIII, devido à entrada de duas tecnologias no plano do contrato social. A primeira, técnica disciplinar, um procedimento que assegura toda uma distribuição espacial dos corpos individuais, seu alinhamento, sua

colocação em vigilância e o aumento da força útil dos indivíduos através dos treinamentos e exercícios (FOUCAULT, 2010). A segunda tecnologia é a *biopolítica*, já descrita acima e que está em uma escala diferente da disciplinar, mas que vem a completá-la e, dessa maneira, é uma tecnologia de poder que se ocupara de construir saberes sobre a população e seus acontecimentos tendo, como fator a observação dos seus fenômenos.

A emergência e funcionamento das duas tecnologias são os principais fatores para a inversão na relação estabelecida *de fazer morrer e deixar viver, para fazer viver e deixar morrer*. Portanto, a destruição da vida sai do contrato social e os investimentos para torná-la produtiva, fazendo os indivíduos viver, entram nesse contrato e assim permanece atualmente.

Dessa forma, *fazer viver* os indivíduos na lógica de funcionamento da Polícia Comunitária no bairro significa prolongar a sua existência, tenham ou não esse envolvimento com a criminalidade. Assim, se busca evitar que crianças e adolescentes, alvos também do programa, sejam capturados por modos de viver não aceitáveis para a sociedade contemporânea.

As novas atribuições da Polícia Comunitária no bairro Getúlio Vargas (que reafirmo aqui mais uma vez) assumem um caráter educativo – destacado como prestador de contas, palestrante, polícia ostensiva e informante de necessidades do local – perpassado tanto pelo poder disciplinar como pela *biopolítica*, pois, como aponta Foucault, ambas as tecnologias se completam. Reitero, mais uma vez, que tais modos de funcionamento do programa *BGV na Paz*, por meio da Polícia Comunitária, visam a estimular a relação *fazer viver* em uma determinada população que, nessa cidade, foi diagnosticada pelas estatísticas criminais como contendo vítimas e responsáveis por homicídios em sequência.

7.2 A polícia que não só *faz viver*, mas visa a *fazer viver* de outros modos

Após ter indicado, na seção anterior, outros modos de atuação da polícia militar, é necessário dizer que não se trata de apontar a polícia militar convencional como a ruim, a "vilã" e a violenta e, por outro lado, a Polícia Comunitária como a boa, a "mocinha" e melhor do que a anterior. Tal informação é sinalizada por mim devido a dois contextos importantes. O primeiro é que não existe separação da polícia militar e da comunitária, ambas são as mesmas e fazem parte da mesma instituição. A segunda é que, mesmo tendo algumas atribuições

diferenciadas, parte dessa polícia que faz o trabalho comunitário, em situações tidas como difíceis volta a realizar atribuições de policiamento ostensivo, como prisões e confronto com indivíduos.

A partir do acompanhamento da atuação da polícia militar no BGV, foi possível fazer uma conexão de suas atribuições contemporâneas com o trato que Foucault (2008) deu a essa invenção, principalmente nos séculos XVII e XVIII, nas aulas dos dias 29 de março e 5 de abril, no curso **Segurança, Território, População**, no *Collége de France (1977-1978).* Nestas, o autor realizou toda uma caracterização de funcionamento da polícia e sua produção para atingir fins preconizados para aumentar as forças do Estado.

Para o Foucault (2008, p. 421), a partir do século XVII, se passa a chamar de "polícia" o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo, ao mesmo tempo, a boa ordem. Nesse cenário, que envolve a polícia como conjunto de meios para aumentar as forças do Estado, entre suas funções a época estava situações de: cuidar e encaminhar indivíduos para uma profissão, se responsabilizar pela caridade e isso significava se ocupar dos pobres, dos inválidos, dos acidentes, da saúde pública e emprestar dinheiro aos pequenos artesãos e aos que tivessem necessidade para o exercício da profissão (FOUCAULT, 2008).

Outras situações também são indicadas pelo autor acima como de responsabilidade da polícia, tais como resolver os problemas do mercado comercial, da fabricação de produtos, zelar para que os direitos dos senhoriais não pesasse demais sobre o povo, zelar pelos domínios do rei, pelos rios, edifícios e florestas (IBIDEM, 2008).

Nesse cenário, e ainda para o mesmo autor, os objetivos da polícia na época eram o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens, preconizando sua quantificação em relação ao território que ocupa e as condições deste. Além disso, a polícia ocupar-se-ia das necessidades dos mesmos, como alimentação, moradia, roupa e habitação, a saúde relacionada ao combate das doenças da época e as grandes epidemias, bem como da circulação de mercadorias (estradas e da navegabilidade dos rios). Portanto, ao ter como função tais ações apontadas acima, a polícia naquela época abrange um domínio que, segundo Foucault (2008, p. 438), "vai do viver ao mais que viver". Dessa forma, a polícia se torna central no aumento das forças do Estado.

No arranjo atual da cidade do Rio Grande – RS, ao olhar para o funcionamento da

Polícia Comunitária no BGV, é possível avistar uma aproximação da mesma com parte do que é apontado por Foucault sobre os séculos XVII e XVIII. Embora as atividades da mesma preconizavam situações próprias da época, é necessário afirmar que cuidar da população como forma de aumentar as forças produtivas do Estado é uma situação que se manifesta na polícia comunitária, principalmente quando as práticas educativas desenvolvidas por ela são produzidas e colocadas em funcionamento no bairro.

Como já indiquei aqui anteriormente, as práticas educativas são destacadas em atitudes como: manter diálogos com moradores locais, cuidar da limpeza do bairro, evitar homicídios e articular-se a projetos sociais locais; sendo partes do que conecto ao que Foucault tratou como forma não só de *fazer viver*, mas, *fazer mais do que viver*. Por meio de tal conexão, destaco aqui que, além de *fazer mais do que viver*, a polícia comunitária no bairro Getúlio Vargas procura fazer uma população viver de outros modos em relação ao que a mesma vive atualmente.

Utilizar de esquinas do bairro para passar o tempo livre, manter relação conflituosa com setores governamentais, não ter uma participação ativa nas decisões que envolvem a comunidade, pichar escolas e não se submeter aos contextos da mesma são modos de viver a serem combatidos dentro do bairro pelas práticas educativas realizadas pela Polícia Comunitária. Além desses modos de viver a serem combatidos, é necessário destacar o esforço realizado pelo representante do Estado para enfrentar e incentivar o afastamento de jovens e crianças das relações possíveis com a venda e uso de drogas. Tais situações indicam o maior perigo para o representante do Estado e, por meio das práticas educativas, se pretende que essas situações possam ser controladas, e é por meio delas que o governo dessa população vai se estabelecendo.

Na próxima etapa, sigo com as problematizações. Desta vez, a respeito da segunda ação escolhida, que foi o projeto *BGV rolezinho*, que também é um componente do programa *BGV na Paz*.

8 BGV ROLEZINHO: UMA TENTATIVA DE CAPTURAR CRIANÇAS ESCOLARES

A ação *BGV Rolezinhos* compõe parte do programa *BGV na Paz,* da cidade do Rio Grande – RS, sendo produzida e colocada em funcionamento no ano de 2015. Tal ação preconizou o desenvolvimento de uma série de oficinas educativas para crianças das escolas municipais e estaduais do bairro Getúlio Vargas. Entre as principais, destaco a grafitagem, o atletismo, o jiu-jitsu, a pintura, o desenho e o cinema.

Tais oficinas foram planejadas e funcionaram para atingir os sujeitos escolares, uma vez que os mesmos são constituídos como parte do público do programa, que visa a diminuir e a evitar homicídios na localidade. Tais sujeitos foram tratados como público da prevenção de delitos, ou seja, indivíduos dos quais tentou-se, através das oficinas, prevenir sua entrada nas situações criminais do bairro, principalmente no tráfico de drogas e homicídios.

Dessa maneira, ou seja, por meio do funcionamento das oficinas que já indiquei aqui, as crianças e jovens do bairro eram tidos como indivíduos possíveis na questão de "livrá-los" ou "salvá-los" dos modos de viver tidos como perigosos. A ação teve, em número, um total de cinco encontros no bairro, cujo funcionamento pude acompanhar desde seu planejamento até a execução, por meio da atitude metodológica de acompanhar processos. Além dos encontros realizados nas escolas locais, pude seguir, a distância, um evento também denominado como "rolezinho", na cidade de Porto Alegre – RS, que reuniu diversas crianças e jovens moradores dos locais do estado, tratados como *territórios de paz.*

Na cidade do Rio Grande – RS, tem sido comum a produção de atividades como os *rolezinhos*, em que muitas dessas ações foram mapeadas e tornaram-se alvo de minhas problematizações em anos anteriores[17]. Nesse contexto e sob os resultados produzidos sob as investigações no passado, chama-me a atenção, contemporaneamente, as nomenclaturas utilizadas para nomear os projetos de intervenções nas periferias da cidade. Dessa maneira, denominações de ações parecem ser construídas nas tentativas de serem atrativas, no sentido de conquistar e capturar as crianças e adolescentes dos quais almejam que sejam seu público. Assim sendo, nomes de ações e de projetos parecem concorrer como um chamamento para capturar crianças e jovens e, assim,

[17]Meus passos iniciais em investigações e problematizações se deram em meados do ano de 2009, com a temática dos projetos sociais esportivos da cidade do Rio Grande – RS. Nelas, várias constatações foram produzidas, como a denominação de um público considerado vulnerável, a indicação que o esporte pode salvar os indivíduos das ações criminais, a necessidade de incluir os indivíduos de periferia e outros.

buscar, entre alguns setores, recursos financeiros para colocar em funcionamento suas práticas educativas de intervenção. Muitas vezes, os objetivos de tais ações estão relacionados à "salvação" de indivíduos de periferias através do esporte. Portanto, denominações de programa/projetos sociais como: *Elos de Amor*[18], *Punhos da Esperança*[19], *Eis-me Aqui*[20], *Atleta do Futuro*[21], *Semente Olímpica*[22] corroboram com minhas colocações e, momentaneamente, o *BGV rolezinhos* entrou para o jogo da disputa por lançar práticas educativas para um público tido como potencial problema de violência na cidade do Rio Grande – RS, na contemporaneidade.

É nesse cenário que se tornam necessárias as problematizações[23] a respeito da utilização da expressão "rolezinhos" para compor um projeto de um programa social que busca atrair e capturar determinada parcela da população do bairro Getúlio Vargas, uma vez que, tal expressão tem um significado potente na atualidade gaúcha e brasileira. Dessarte, tal denominação, problematizada aqui por mim, está associada a duas situações que se localizam em um passado não distante.

Primeiramente, relaciono tal construção a uma ação produzida pelo programa *RS na Paz,* do Governo do Estado do Rio Grande do Sul[24], no ano de 2014, quando o programa foi anunciado na cidade do Rio Grande - RS. Tal contexto está relacionado à organização e funcionamento de um *rolezinho* esportivo na cidade de Porto Alegre, onde tal evento reuniu crianças e adolescentes que residiam nos chamados *territórios de paz,* ou seja, em locais onde o programa havia sido contemplado para funcionar. Segundo a Folha Gaúcha (s.p, 2014),

---

[18]Projeto social que utiliza da capoeira como veículo de intervenção.

[19]Projeto social que utiliza do boxe como veículo de intervenção.

[20]Projeto social com diversas atuações, entre elas, a esportiva.

[21]Projeto social esportivo para filhos de trabalhadores da indústria e do comércio da cidade.

[22]Projeto social que utiliza de atividades esportivas de vários âmbitos, com o objetivo de massificação do esporte

[23]Decisão de método que perpassa a dissertação inteira

[24]Como já mencionei nesta dissertação, o programa o RS da Paz foi um programa estadual de segurança pública construído e colocado em funcionamento, pelo ex-governador do estado Tarso Genro, em cidades do interior com elevados índices de homicídios. Entre as ações que constituíam tal programa, estava a reorganização e potencialização das forças policiais, principalmente a Brigada Militar, a instalação de câmeras de videomonitoramento, a implementação de projetos sociais de várias áreas, dentre elas, a esportiva. A cidade do Rio Grande – RS foi contemplada com tal programa no ano de 2014 devido aos índices de homicídios que, segundo o GGI-M (Gabinete de Gestão Integrada Municipal), constam em número total de 55. Porém, nesse mesmo ano de 2014, acontecem as eleições para vários cargos públicos no estado, dentre eles, o de governador, em que Tarso Genro não é reeleito e a implementação dessa política na cidade foi inviabilizada. Dessa forma, a prefeitura da cidade assume para si a tarefa de propor um programa do mesmo cunho, produzindo e colocando em funcionamento o programa BGV na Paz.

> O evento foi organizado pelo programa RS na Paz, em parceria com a Secretaria do Esporte e do Lazer do Estado, a Fundação de Esporte e Lazer do RS (Fundergs) e a Secretaria da Segurança Pública. Reunindo mais de 500 jovens e adultos dos dez territórios gaúchos e de três cidades convidadas, o festival teve o objetivo de enfrentar a violência através da ocupação da juventude em atividades de qualidade, promovendo a integração e a mobilização das comunidades integrantes das regiões participantes por meio do atletismo. Além disto, as atividades tiveram a intenção de contribuir no desenvolvimento integral e na cidadania consciente dos participantes. Ao longo do dia os atletas disputaram 13 modalidades divididas em quatro categorias: mirim, infantil, juvenil e adulto. Para aguentar o ritmo das provas e o forte calor, os participantes receberam muita água e lanches, nos turnos da manhã e tarde, além do almoço. Os participantes do Rio Grande, todos do Bairro Getúlio Vargas (BGV) – onde está instalado o Território da Paz -, venceram as 10 modalidades na coragem. Participantes de projetos sociais, como Semente Olímpica (em conjunto com a Secretaria de Município de Turismo, Esporte e Lazer – SMTEL), lutas marciais do mestre Canhoto, entre outros, nunca haviam participado das modalidades e não tiveram tempo suficiente para uma preparação antes das provas. Mesmo assim, saíram vitoriosos de provas, como salto à distância mirim feminino, bem como arremesso de peso mirim feminino, 600m raso mirim feminino, entre outros. Os 22 atletas receberam medalha de participação e o Município, troféu de participação. O primeiro Rolezinho Esportivo encerrou com muita música e festa durante a premiação. Participaram integrantes dos Territórios de Porto Alegre (Restinga, Lomba do Pinheiro, Santa Teresa e Rubem Berta), Canoas (Mathias Velho e Guajuviras), Esteio, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Vacaria e Nova Santa Rita.

Sendo o programa *BGV na Paz* um programa municipal, que funciona sob muitas características em comum com o "finado" programa *RS na Paz* do estado, suspeito que a produção da ação, denominada *BGV rolezinhos*, foi utilizada por questões de igualdade entre os programas que tinham/têm como objetivo atrair um público de periferia por meio de uma expressão que se tornou adepta por parte dessa população nos últimos tempos. Entretanto, essa é a primeira situação. Já, a segunda, e de proporções maiores que a primeira, está relacionada aos grandes encontros de jovens das periferias em *shoppings centers* das grandes capitais do país, onde tais eventos eram/são organizados pelos mesmos por meio de vias eletrônicas, principalmente a rede social *Facebook*. Segundo Pinheiro-Machado e Scalco (p.2, s.d):

> Recentemente, o fenômeno conhecido como *rolezinho* ganhou ampla visibilidade nacional e internacional. Trata-se de adolescentes das periferias urbanas que se reúnem em grande número para passear, namorar e cantar funk nos shopping centers de suas cidades. O evento causou apreensão nos frequentadores e, consequentemente, fez com que alguns proprietários dos estabelecimentos conseguissem o direito na justiça de proibir a realização dos rolezinhos, barrando o acesso dos jovens. Desde então, emergiu um amplo debate sobre a ferida aberta da segregação racial e social na sociedade brasileira, uma vez que a maioria desses jovens é composta por negros e pobres.

Portanto, tais cenários destacados aqui possibilitam-me construir um entendimento acerca da colação de um movimento de jovens de periferias a um programa local para atrair indivíduos da mesma condição. Dessa forma, o termo "rolezinhos", na cidade do Rio Grande – RS, passou a ser um veículo que possibilita a união de situações que envolvem a conquista, a atração e funcionamento de práticas educativas destinadas à parte da população do bairro Getúlio Vargas (e que aponto como sendo para governar indivíduos). Tais práticas educativas, com destaque na grafitagem, no atletismo, no cinema, na pintura e no desenho foram colocadas em funcionamento para destruir alguns modos de viver e construir outros, sendo que a segunda parte é vista como a parte mais digna nesta relação com a população local na contemporaneidade.

É sob essas constatações, de modos de viver aceitos por uma sociedade e outros negados pela mesma, que finalizo esta etapa e dou início à outra. Assim, nas etapas posteriores, aponto as situações que dão conta das promessas que estabeleci na parte inicial da dissertação, as quais retomo, novamente: apontar as resistências do público à ação em funcionamento e registrar a diferença de demandas produzidas no "estar lá" para acompanhar processos.

8.1 Sobre modos de vida aceitáveis e não aceitáveis durante os *rolezinhos* no bairro

Não é exagero indicar aqui que uma das principais características da atual sociedade é a busca por construir práticas educativas que se aliem à racionalidade moderna de construção de determinados modos de viver; estes, pautados pela ideia da ordem como fator principal. Nesse sentido, algumas práticas educativas têm sido colocadas em funcionamento por meio de escolas, projetos e ações sociais, para produzir indivíduos a viver de formas preconizadas pela lógica do sujeito "do bem", de família patriarcal, pautado nos quesitos do homem branco, e que esse sujeito se afaste de diversas questões, principalmente daquelas relacionadas aos "perigos" do uso de drogas e da violência como prática cotidiana.

As práticas educativas, no caso dos programas sociais, são direcionadas unicamente para populações que vivem em periferias das cidades e, nesse caso, o bairro Getúlio Vargas é encaixado em tal situação. Dessa forma, as instituições como a escola, a família e ações educativas não escolares (*BGV Rolezinhos*) são tidas como indispensáveis e necessárias para seguir com tal projeto de sujeito idealizado pela sociedade da ordem. Para Almeida *et al* (2009, p.16), parafraseando Bauman:

> Ordem é o resultado da função nomeadora e classificadora desempenhada por toda e qualquer linguagem. Ordenar consistiria nos atos de incluir e excluir, separar e segregar, discriminando o "joio do trigo" para estruturar e dividir o mundo entre aqueles que pertencem ao quadro linguístico criado, representando sua limpeza e beleza, e aqueles que distorcem tal paisagem evidenciando suas ambiguidades, sujeiras e ambivalências. O que "fez" a modernidade? Ela toma para si este trabalho de estruturação e classificação da linguagem, pois a "mente" moderna "nasceu" juntamente com a ideia de que o mundo, operando como um sistema linguístico, pode ser criado a partir de um trabalho de separação e destruição do refugo.

Desse modo, no funcionamento da ação governamental *BGV rolezinho,* foi estimulado e incentivado que seus participantes deixem de lado suas formas de vida em prol de seguir a cartilha produzida pela ordem, em que parte dos contextos da mesma foram adotados pelos setores responsáveis pela ação e isso confirma a tentativa de governo. É importante destacar que a modernidade, ao produzir e preconizar uma racionalidade educacional pautada na ordem como princípio, acaba construindo, ao mesmo tempo "o caos, a desordem e ambivalência" (Ibidem, 2009). Assim, tudo que não se encaixa nos padrões preconizados pela modernidade acaba tornando-se o seu oposto e, por isso, o "ruim, o perigoso e o refugo" (Ibidem, 2009), que devem ser destruídos.

É dessa maneira que modos de viver próprios do bairro, como ficar em esquinas até determinadas horas da noite, usar determinadas vestimentas e morar em vielas fogem do modo de viver convencional e, por isso, devem ser contidos, evitados e normalizados. Tal situação acaba por criminalizar essa forma de viver e os sujeitos que dela vivem. Parte de tal colocação acima é avistada, por mim, durante meu primeiro processo acompanhado dessa ação, o qual funcionou nas dependências de uma instituição educacional do bairro. Assim sendo, destaco:

> Cheguei à escola, onde o *rolezinho* estava previsto para funcionar às 13 horas. Ali, avistei uma colega que seria responsável por dirigir a oficina de atletismo para as crianças e jovens do bairro. No local ainda havia pouca movimentação, mas, com o tempo, foram chegando crianças e jovens, alguns acompanhados dos pais e, como tal evento era o primeiro realizado no local, os organizadores começaram a montar uma caixa de som com microfone para dar início aos trabalhos. Ao se aproximar das 14 horas, o evento já contava com cerca de 30 crianças e jovens, que conversavam e davam risada pelos corredores. Após realizar o processo de conectar o microfone com a aparelhagem de som, um dos responsáveis pela ação proferiu algumas palavras aos participantes, explicando o que ia ser proposto no evento e focou na necessidade de se viver de maneira pacífica e conciliadora (se referindo aos homicídios diagnosticados no bairro). Ali, foi citada a periculosidade de crianças e jovens entrarem para o mundo das drogas e do crime e, inclusive, citaram exemplos de indivíduos menores de idade que perderam a vida por utilizar de formas de vida perigosas, das quais ficar nas esquinas do bairro fazia parte [Anotações do Caderno de Registro de Pesquisa, dia 16 de maio de 2015].

Este registro produzido por mim, no dia do evento, indica parte do modo de viver que a ação (*BGV Rolezinho*) estabelece, incentivando que crianças e adolescentes

do bairro se distanciem desse viver perigoso. Nesse sentido, ficar nas esquinas do bairro, conversando e deixando o tempo passar, é tido pela ação como uma situação perigosa para os mesmos, pois isso torna, segundo o excerto acima, atraente ao proibido. É importante frisar que não se trata, aqui, de indicar que tal evento não serve como prática educativa e nem mesmo desqualificar a mesma no eixo do seu objetivo, mas explicitar que ações educativas como essa, sejam escolares ou não, governamentais ou não, são regidas pela lógica da ordem, que procura governar para que os sujeitos vivam de uma maneira que fuja dos riscos para si e para os outros.

Nesse sentido, os riscos são que os mesmos ameacem suas próprias vidas se envolvendo em brigas e confusões, colocando em risco, também, a vida dos outros moradores do bairro e de fora dele, em assaltos e roubos e, por isso, realizem a "desordem" que foi diagnosticada em 2014, devido ao número de homicídios no bairro (que aponta para 30% no total de 55 registrados na cidade, segundo o GGI-M). Na minha segunda oportunidade de acompanhar o funcionamento do *rolezinho*, na mesma escola, tal situação sobre a necessidade de viver de outras formas é novamente potencializada. Sendo assim:

> Neste sábado, dia 11 de julho de 2015, mais uma vez me desloquei para a escola, onde o *rolezinho* tinha sido marcado para funcionar. Cheguei ao local e ali percebi a pouca movimentação de pessoas na volta da escola. Mesmo assim, entrei no local e avistei dois rapazes arrumando algumas classes e cadeiras para receber os professores e o público do *rolezinho*. Nesse dia, estava acertado que, antes de começar as oficinas (desenho, circo, atletismo, pintura, grafite), haveria uma apresentação de um grupo de jiu-jitsu, formado também por crianças e jovens do bairro Getúlio Vargas. A aparelhagem de som começa a ser montada e algumas crianças vão chegando à escola. No início da intervenção, os responsáveis apresentam o grupo de jui-jitsu aos participantes e um fato me chama a atenção: as crianças que iam se apresentar com a luta estavam em um número maior do que as crianças das escolas que iriam participar das oficinas. Assim, a apresentação começa a funcionar e são demonstradas algumas técnicas de imobilização e de estrangulamento. Ao final de tudo, o professor responsável pela apresentação faz uso da palavra a todos os presentes, indicando que alguns caminhos seguidos por jovens de periferias não é o mais apropriado, e ali estavam presentes, na fala, o uso de drogas e as "más companhias". Ainda assim, o mesmo convidou as demais crianças para fazerem parte do grupo, que funciona dentro do bairro, e que tal atividade era uma forma de afastá-los das vidas "fáceis" que o local proporciona; dessa forma, o professor relatou que estimula que seus alunos vivam a partir de uma doutrina da paz, que utiliza do jiu-jitsu apenas como modo de defesa, em qualquer situação; inclusive, exemplificou com uma simulação de assalto, em que a vítima deve apenas imobilizar o possível assaltante e nunca revidar a situação [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, dia 11 de julho de 2015].

Essas situações, acompanhadas de perto, possibilitam a movimentação do meu pensamento, percebendo que instituições governamentais e iniciativas individuais passam a unir forças em prol de educar para governar uma população no caminho da contenção dos riscos e modo de viver, diferente do habitual desses indivíduos. É possível destacar, a partir de tais constatações, a sinalização de que determinadas

situações devem ser evitadas dentro do bairro, e que as instituições que produziram e colocaram para funcionar os *rolezinhos* têm, como dever e atribuição, chegar antes de alguns "males" acontecerem.

Essa situação é potencializada e justifica a realização e funcionamento do *rolezinho* pelo atual momento em que vive o bairro e a cidade, devido às situações de confrontos entre indivíduos. Estas têm sido alarmadas na cidade e ganham proporções que remetem ao pensamento de que "se mata pessoas todos os dias naquele local". Abaixo, destaco uma situação ocorrida no bairro, que envolveu dois menores de idade e que repercutiu em prol da intervenção do Estado no local e, mais uma vez, justifica o funcionamento da ação *BGV rolezinho*.

> Um menino de 16 anos [...] morreu, na manhã de ontem (9), após ser atingido por um tiro no rosto. Disparo este realizado por um amigo também menor, de 14 anos, praticamente em frente à escola Alcides Barcelos, no bairro Getúlio Vargas, onde a vítima estudava. O adolescente foi socorrido, mas não resistiu. Por coincidência, essa escola deveria estar sediando programas e políticas públicas do Território da Paz. (JORNAL AGORA, 2016, p.9).

Por causa de situações como esta, que causam repercussão e "mal estar" (BAUMAM, 2008) na população da cidade, a ação *BGV rolezinho* tentou, em cinco encontros, intervir e focar em indivíduos como esses da reportagem. Embora a informação do mais famoso jornal de circulação local atente para uma falha de programas e políticas públicas, citando o *território da Paz*, no qual a ação fez parte, é possível avistar a falha na adesão deste programa pelo público a que se destina. Coloco tal informação baseada no número de encontros por ela realizados, que somou um total de cinco, no trato com os indivíduos escolas. Nesse cenário, parece ser inviável que uma ação com poucas intervenções possa educar para mudar supostos modos de viver, tidos como perigosos.

Além disso, sob a reportagem do veículo de informação, é instigada a formação de opiniões de indivíduos da cidade, que vão ao encontro do que preconiza a política *BGV rolezinho*, ou seja, a potencialização de que os modos de viver da comunidade e, nesse caso, de menores de idade, precisam ser destruídos e outros colocados em seu lugar. Nessa trajetória das justificações de assistências e produção de práticas educativas para governar e mudar modos de vida, fica inviável que se possa duvidar e contextualizar que a ação não seja necessária à vida daquelas crianças e jovens.

Abaixo, reproduzo outras situações acompanhadas na ação que indicam alguns modos de viver das crianças e jovens do bairro, que foram tidos, no dia dos eventos, como perigosos e temíveis:

> As crianças e jovens ali presentes foram distribuídos entre as oficinas de grafitagem, atletismo e cinema. O combinado foi que cada grupo faria parte inicialmente de uma oficina e após o lanche tais indivíduos trocariam de oficinas para vivenciar todas as disponibilizadas pela ação. Essa primeira parte foi mais aceitável pelos participantes que, de maneira organizada, ficaram atraídos por tais atividades. A primeira parte durou cerca de 45 minutos e a oficina de cinema havia apenas cinco meninas e a aparelhagem necessária para tal realização não funcionou, ficando as meninas sentadas ali conversando. A oficina de grafitagem foi a mais procurada pelos participantes. Após passar os 45 minutos iniciais, foram distribuídos os lanches para os ali presentes, o que durou cerca de 20 minutos. Na volta, alguns meninos preferiram não ir para nenhuma oficina e ficar ali conversando com as meninas da oficina de cinema. Rapidamente, percebe-se uma preocupação por parte de alguns pais, de alguns professores e responsáveis pelas ações em que os jovens iniciam alguma conversa em que a pauta principal era sexo, e isso pareceu causar pânico entre os adultos. No segundo quesito, outra preocupação pelos mesmos fica escancarada, quando um dos meninos se aproveita da situação e puxa a cadeira de uma colega que ia sentar após vir do banheiro, fazendo com que ela caísse no chão. Muitos riram e a menina começou a chorar. Tal comportamento foi visto como sendo de um "mau elemento", e semblantes fechados dos rostos foram percebidos naquele momento. Tal sujeito que realizou a ação de puxar a cadeira destacou que tinha a intenção de fazer uma brincadeira com a menina, porém, as atitudes dos professores e responsáveis pela ação não foi das mais adeptas. Inclusive, no momento da brincadeira, um vereador da cidade vinha entrando na escola e assiste a toda a cena. Posteriormente, ele ressalta que tal ação (*BGV rolezinho*) deve funcionar ali por muito tempo, pois é necessária para disciplinar os indivíduos como esse garoto [Anotações do Caderno de Registro de Pesquisa, dia 17 de junho de 2015]

Aqui, duas situações se tornam exemplos para o que venho destacando como modos de viver que devem ser destruídos ou mudados. Primeiro, a questão de jovens (tanto do sexo masculino como do feminino) falarem e se interessarem sobre práticas sexuais em uma fase da vida que envolve toda uma problemática e discriminatória situação para jovens de periferias. A segunda, uma "brincadeira" que, embora possa ter causado um transtorno na parte sofrida, foi interpretada como um ato de um indivíduo rotulado como de um "potencial criminoso", ferindo um cenário que é vivenciado todos os dias por quem atua nas instituições de ensino desse país.

O trato com as questões envolvidas pela curiosidade dos jovens da periferia em falar de sexo indica uma situação preocupante na possível reprodução de sujeitos que, atualmente, são "desafios preocupantes" para os pais, coordenadores, professores e autoridades dos mais diversos setores. Porém, tal preocupação não parece ser alarmada quando indivíduos de condições financeiras favoráveis se tornam pais ainda quando são menores de idade.

8.2 Sobre demandas e resistências às oficinas

Como já ressaltei aqui, diversas oficinas foram colocadas em funcionamento

durante os *rolezinhos* no BGV, porém, entre elas, a que mais satisfez, ou despertou maior interesse dos participantes, foi a grafitagem. Dessa maneira, nos cinco eventos, tal oficina se tornou uma preocupação nos proponentes relacionados a duas situações. Primeiramente, devido a mesma ter sido mais atrativa às crianças e aos jovens e, por isso, a necessidade de ser mantida e potencializada ante as demais e, segundo, pela mesma ter gerado uma dificuldade por causa dos poucos recursos financeiros para acessar aos materiais que, por sua vez, geravam custos financeiros considerados altos.

Com as dificuldades financeiras para a realização das oficinas, algumas parcerias foram realizadas entre setores da prefeitura municipal, sendo a principal delas, a instituição de ensino denominada de Escola Viva[25]. Esta teve o papel de ceder professores para propor as atividades e, com isso, não necessitar a contratação de profissionais de fora do quadro municipal. Nessa interação – que envolveu as oficinas e o destaque, principalmente, da grafitagem, em que uma série de trabalhos foram produzidos pelos participantes –, tal prática era tida como capaz de intervir e destruir modos de viver não aceitáveis. Várias formas de desenhos e pinturas com as tintas, próprias da grafitagem são produzidas e passam a ser a marca registrada dessa ação educativa. Abaixo, demonstro, nas imagens, parte dos apontamentos realizados até aqui.

Figura 12 – Funcionamento da oficina de grafitagem no rolezinho

Fonte: produção própria no dia do evento

[25]Uma instituição de educação que funciona no contra turno inverso escolar e que atende alunos das escolas municipais da cidade do Rio Grande. O atendimento dos alunos se dá por meio de oficinas de diversas atividades.

Figura 13 – Funcionamento da oficina de grafitagem.

Fonte: Produção própria no dia do evento

Esses tipos de produções foram a “cara” principal da ação BGV *rolezinho* e, com ela, buscou-se alcançar o objetivo principal da proposta. Nessa situação, uma questão importante é colocada na relação entre oficina e público, que se refere à figura histórica e cultural de Nelson Mandela, um indivíduo negro que, por momentos de sua vida embarcados nas lutas contra o preconceito e o racismo, acaba por dialogar com pessoas das periferias de todos os países. No *rolezinho*, tal situação fica escancarada. Nesse sentido, parte das produções realizadas durante o funcionamento da oficina é designada à pintura de imagens que mostram o rosto do mesmo em locais estratégicos do bairro, como mostra a figura abaixo.

Figura 14 - Grafitagem e desenho da figura de Nelson Mandela na associação do bairro Getúlio Vargas

Fonte: Imagem obtida pela rede social, facebook, da ação *BGV rolezinho*

Não se trata, aqui, de tentar realizar um diagnóstico de funcionamento; porém, tenho convicção que, caso não fosse disponibilizada a oficina de grafitagem, talvez não fosse possível realizar tal ação no bairro devido ao número de participantes interessados. Tal consideração surge por causa de um fato importante que percebi e registrei nos cinco encontros da ação, que se configura como parte das resistências do público ante as proposições que lhes eram designadas nessas práticas educativas. As reações se referem à rotatividade e mudança de indivíduos nas oficinas, ou seja, as crianças e adolescentes que participaram do primeiro encontro não foram os mesmos que participaram do segundo, e assim seguiu-se até o final da ação [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, andanças 2015].

É sob esta constatação que indico que, mesmo a grafitagem estabelecendo todo o apelo e chamamento às crianças e aos jovens do bairro Getúlio Vargas, ela por si só não é/foi capaz de mantê-los ativos para todos os encontros; dessa maneira, a oficina propiciou uma experimentação para os sujeitos. Outra questão que é necessário frisar é que, em um dos eventos, ninguém apareceu para realizar as atividades; porém, nesse dia de ausência total de público, um fato inusitado é diagnosticado por mim, o qual ressalto, como outra resistência e um diferencial de demanda, no excerto abaixo, após acompanhar outro processo.

> Cheguei à escola às 13 horas como havia combinado no dia anterior com uma proponente da ação, no local não havia movimentação de pessoas. Dirigi-me até a porta de entrada da instituição, mas

não avistei o porteiro, portanto, decidi sentar ali na mureta e aguardar. O tempo nesse sábado estava nublado, o que me possibilitou pensar sobre uma possível mudança de dia no *rolezinho*. Percebi, às 13 horas e 10 minutos, uma pequena movimentação de pessoas dentro da escola, mas ela não tinha a ver com a ação. Às 13 horas e 15 minutos, duas mulheres e um menino saem de dentro da escola, então, aproveitei a oportunidade para perguntar a eles sobre o evento e os mesmos responderam que não sabiam de nada e que estavam ali para fazer a limpeza da instituição. Nesse momento, percebi a chegada ao local de um representante do GGI-M, que se deslocou até mim e me interrogou sobre o evento. Respondi que era costume o mesmo iniciar as atividades às 14 horas e, assim, tal sujeito voltou ao carro e saiu do local. Às 13 horas e 25 minutos, chegou o zelador da escola, me indicando que não sabia sobre a ação. Mesmo assim, pedi a ele para entrar na escola e ali aguardar a definição, o que me foi autorizado. Poucos minutos após entrar no local, avistei a chegada de um proponente da ação, que logo de início. O proponente salientou um homicídio registrado na rua 1 (ao lado da escola) e das tentativas que ocorreram em dias anteriores. O zelador informou que nas ruas 1 e 5 do bairro existe uma tensão relacionada ao tráfico de drogas e ao grande número de indivíduos que ficam nas esquinas desses locais. Após essa conversam ajudei o zelador a descer do segundo andar algumas cadeiras e mesas, para receber as crianças e jovens, uma vez que o evento continuava previsto para este dia. Após arrumarmos o local para as atividades, percebi certa angústia nos coordenadores do evento, visto que até aquele momento não havia nenhuma criança presente. Segundo um coordenador, o "medo" das professoras que são as responsáveis por mobilizar a participação no evento, devido aos recentes homicídios e tentativas, pode ter freado a divulgação do *rolezinho* e, ainda assim, a greve dos professores do Estado potencializou a situação. Entre algumas conversas paralelas dos coordenadores e professores responsáveis pelas oficinas, foi decidido adiar o evento. Antes da decisão, foi indicado que os presentes na escola saíssem a caminhar no bairro para captar algumas crianças e jovens para participar e realizar as oficinas. Porém, tal indicação não foi levada adiante. Assim, decidi sair da escola e ir ao bairro para tentar produzir alguns dados de pesquisa. Nessa empreitada, passei pelas ruas e avistei crianças e jovens brincando e conversando. Nesse instante, lembrei que a região possui um campo de futebol que os indivíduos utilizam para realizar atividades esportivas e, assim sendo, fui até lá. Ao chegar no campo, avistei cerca de 15 meninos e algumas meninas que brincavam e jogavam futebol, todos juntos, inclusive alguns ali haviam participado do *rolezinho* anterior [Anotações do Caderno de Registros de Pesquisa, 22 de agosto de 2016]

Nesse contexto, fica possível sinalizar que, mesmo com algumas atenções na oficina de grafitagem destinada a crianças e jovens, a mesma não foi capaz de atrair essa parcela da população para um segundo, terceiro, quarto e quinto encontro. Tal situação escancara nova resistência e a existência de uma diferença acentuada entre demandas, ou seja, uma disparidade entre elas. A primeira demanda foi planejada para construir outros modos de viver de um público-alvo, visando a meios tidos como mais "seguros" e "dignos", como algo importante e indispensável na vida de crianças e jovens do bairro. Em contrapartida, esses mesmos sujeitos sinalizam que brincar/conversar nas esquinas ou nos terrenos baldios do local é a demanda e o modo de viver preferível dessa parcela da população, quando comparado ao *rolezinho* escolar e, por isso, a disparidade entre situações. Potencializo essas informações com o registro abaixo:

As crianças e jovens acabavam de fazer o lanche e, assim, os responsáveis pela oficina encaminham os mesmos para votar às atividades, quando um menino (não participante da oficina nesse dia), que aparentava ter cerca de 10 anos de idade, aparece no local com uma bola de futebol

> e faz um convite a alguns participantes para jogar na quadra da escola. Uma mobilização nesse momento se forma e as oficinas são abandonadas pelos participantes, pois aceitam o seu convite. Dessa forma, nenhuma oficina funcionou naquele dia, e os responsáveis pelas oficinas também se deslocam para a quadra e por ali ficam assistindo ao jogo e conversando [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, dia 17 de junho de 2015].

Por meio das informações acima, outra relação de demandas fica acentuada, quando uma bola de futebol, que se constitui como um instrumento de lazer diário desses sujeitos aparece de maneira aleatória e supera as expectativas tomando o lugar das oficinas daquele momento. Outra questão relevante é que escola onde foram realizados os *rolezinhos* possui várias pichações no pátio, ocasionando, durante os encontros, uma preocupação entre professores e zeladores do local. Nessa situação, é sinalizada a preocupação com indivíduos que, ao pichar um espaço público de ensino, demonstram que o espaço escolar tem funções que divergem em grau acentuado do modo de viver dos seus frequentadores diários. Talvez a ação ter tido como local de funcionamento a própria escola, seja pelo receio em que "autoridades" educacionais tenham de que as pichações, tidas como práticas ruins, sejam tornadas ações com maior grau de tensão como mostra a imagem abaixo.

Figura 15 – Noticia do Jornal Agora sobre ataque a escola

AGORA

O JORNAL DO SUL ▪ www.jornalagora.com.br

Escola é arrombada pela sétima vez em dois meses

Professores, alunos e funcionários da Escola Municipal Zelly Pereira Esmeraldo, localizada no bairro Cidade de Águeda, organizaram uma manifestação ontem (12), durante todo o dia. O motivo foi os sete arrombamentos ocorridos nos últimos 60 dias, sendo que na última semana foram três. Em um dos arrombamentos, foram furtados 12 netbooks. Em outro, toda a sala de multimídia, com datashow, dvd, caixas de som e um home theater.

Página 11

Fonte: Jornal Agora 2016

Embora tal escola, atacada pelos alunos como mostra a reportagem, não esteja localizada dentro do bairro Getúlio Vargas, está situada em uma comunidade em que uma parcela da população residia anteriormente no BGV e foi realocada para tal espaço e, por isso, é possível fazer tal conexão. Neste emaranhado de problematizações referentes aos *rolezinhos* unidos à escola, fica indicado que parte de as razões para a escola estar recebendo, nos últimos anos[26], ações como o evento *BGV rolezinho* está relacionada a uma tentativa de intervir para que alunos descontentes ou fora do eixo de funcionamento escolar não marquem sua indignação no patrimônio desta.

Além de receber esse tipo de ação, tal instituição tem funcionado, nos últimos anos, de maneira diferente do que era preconizado para a mesma em períodos anteriores; ou seja, há certa flexibilização na proposição de ações para os alunos, e uma das razões para essa flexibilização faz-se referência àquilo que veiga-neto (2008) trata

[26]Coloco tal afirmação devido a uma constatação investigativa que aponta para ações (projetos e programas sociais) que têm funcionado nas escolas das periferias dessa cidade.

como “crise da modernidade” e, com isso, crise também das instituições criadas por ela, como a escola, a prisão, o manicômio e outras. Sendo assim, tais instituições vêm, na contemporaneidade, buscando ajustar seus funcionamentos para tentar dar conta de algumas mudanças que as novas gerações vêm indicando.

Pode-se afirmar que certas mudanças indicam falhas na educação escolar e na sala de aula, onde funcionamentos passam a ser mais flexíveis. Com isso, as escolas da cidade do Rio Grande, principalmente as periféricas, passam a receber uma série de ações que não fazem parte da grade curricular escolar, mas que são tidas como indispensáveis para desenvolver e colocar em funcionamento práticas educativas que venham somar à instituição. Nesse sentido, a ação *BGV rolezinho* é o exemplo claro dessa configuração na área educacional.

No próximo capítulo, apresento e problematizo a terceira ação escolhida por mim, sendo a última colocada em funcionamento, neste ano de 2016, como componente do programa *BGV na Paz.*

9 *CONSULTÓRIO NA RUA:* INTERVENÇÕES EM UMA POPULAÇÃO DE HÁBITOS NOTURNOS

A última ação, colocada em funcionamento no ano de 2016, que compõe o programa *BGV na Paz* é o projeto *Consultório na Rua*. Essa ação do Ministério da Saúde (MS) faz parte do programa *Crack é possível vencer* (BRASIL, 2010) e foi implementada na cidade do Rio Grande – RS pela prefeitura municipal no mês de julho de 2016, para propor auxílio a uma população tratada como indivíduos em situação de rua, quadro composto por moradores de rua, usuários de drogas e profissionais do sexo.

Segundo Jornal Agora (2016, p. 6), o projeto *Consultório na Rua*, nesta cidade, se constitui por meio de:

> [...] equipes de saúde móveis que prestam atenção integral a saúde da população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde, e trabalham junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas, com a estratégia de redução de danos. Essas equipes possuem profissionais de várias formações, que atuam de forma itinerante nas ruas, desenvolvendo ações compartilhadas e integradas as Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção.

Segundo o Ministério da Saúde, o *Consultório na Rua* é um componente de rede substitutiva em saúde mental, que tem por objetivo reduzir os espaços a assistências de ações de saúde voltadas para os indivíduos em situação de rua, que fazem uso de drogas, álcool e outros (BRASIL, 2010). Para Abib (2014, p. 90), "o projeto c*onsultório na rua* tenta substituir o modelo assistencial pautado na hegemonia do paradigma biomédico, saindo da lógica da demanda espontânea e da abordagem única de abstinência e indo para a perspectiva da redução de danos".

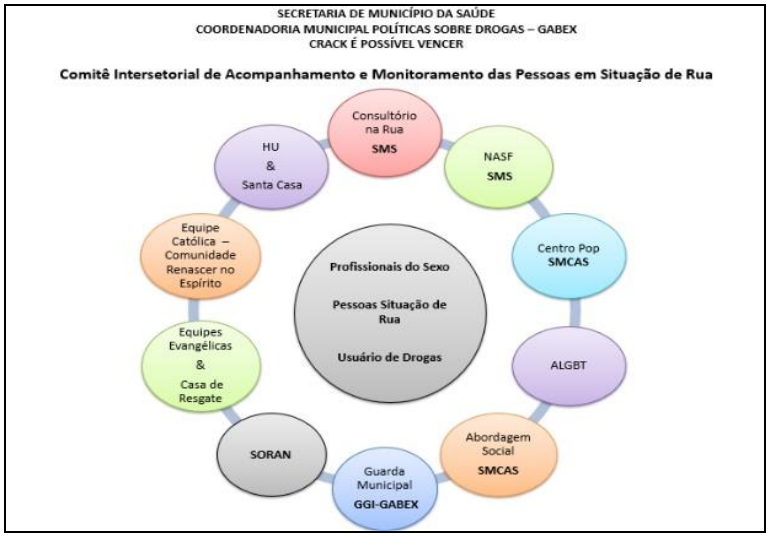
Ainda para o último autor, os consultórios de rua constituem uma modalidade de atendimento [...] intersetorial, extramuros e dirigida aos usuários de drogas que vivem em condições de maior vulnerabilidade social, distanciados da rede de serviços de saúde. São dispositivos clínico-comunitários, que buscam ofertar cuidados em saúde aos usuários em seus próprios contextos de vida, adaptados para as especificidades de uma população complexa (Ibidem).

Dessa maneira, o projeto foi implementado e entrou em funcionamento nesta região com o intuito de desviar cuidados à população já indicada aqui. Nesta cidade, compõem o quadro de profissionais atuantes psicólogos, enfermeiros, técnicos em

enfermagem, assistentes sociais e pesquisador[27], que saem às ruas da cidade para prestar atendimentos e fazer monitoramentos. Outro fator que corrobora no funcionamento do projeto *Consultório na Rua* foi a construção, também em julho de 2016, de um Comitê Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento de Pessoas em Situação de Rua (moradores de rua, profissionais do sexo e usuários de drogas).

Tal comitê é composto por grupos religiosos da igreja católica e evangélica, pela Soram[28], Centro POP[29], Hospital Universitário - FURG/EBSERH, Hospital Santa Casa, NASF[30], Guarda Municipal e pelo próprio projeto *Consultório na Rua*. A imagem abaixo demonstra parte do que indiquei aqui a respeito do projeto e do comitê.

Figura 16 - Formação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de Pessoas em Situação de Rua



Fonte: Secretaria de Município da Saúde da cidade do Rio Grande – RS.

Tal comitê, juntamente com o projeto, tem atuado, de segunda a sexta-feira, nas ruas da cidade, principalmente naquelas detectadas como sendo de circulação do público da mesma. Por meio disso, as regiões centrais foram as primeiras nas abordagens realizadas devido ao fato que a Av. Silva Paes, Av. Barroso, Rua Coronel Sampaio e os locais nas proximidades do Porto do Rio Grande são as vias principais na

[27]Coloco-me como parte do quadro de profissionais, pelo fato de acompanhar processos de funcionamento desta ação.

[28]A Sociedade Rio-grandina de Auxílio aos Necessitados é uma instituição governamental que abriga, no período da noite, pessoas em situação de rua, além de disponibilizá-los alimento.

[29]O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua Professora Lucimeri Coll Faria é uma instituição governamental que abriga, no período diurno, pessoas em situação de rua, provendo-lhes alimentação.

[30]Núcleo de Apoio à Saúde da Família.

relação de atuação das profissionais do sexo e dos usuários de drogas. Com relação aos moradores de rua, os mesmos foram encontrados inicialmente nas praças da cidade, em paradas de ônibus e embaixo do canalete da Av. Major Carlos Pinto.

É importante que se destaque, aqui, que parte desses locais fica nas imediações do bairro Getúlio Vargas, onde o programa *BGV na Paz* vem funcionando. Voltando para os profissionais que atuam no projeto *Consultório na Rua* e que compõem o comitê, os mesmos têm focado em ações de prevenção e redução de danos relacionados aos efeitos do uso de drogas e da prostituição, com foco em atividades de identificação de indivíduos em situação de rua, na produção de documentos para acesso dos usuários aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), em testagens rápidas para detectar doenças sexualmente transmissíveis, na distribuição de preservativos, em orientações para abrigos ou casas de passagem, encaminhamentos de indivíduos de fora da cidade para os seus lugares de origem, atendimentos a vítimas de violência urbana, distribuição de alimentação,[31] bem como a realização de eventos mensais de intervenção e "conscientização" ao uso de drogas e às doenças sexualmente transmissíveis.

A ação (*Consultório na Rua*) tem seu funcionamento a partir de reuniões mensais com os componentes do comitê. Nesses espaços, são articuladas atividades que direcionam a atuação do projeto com o público a que se destina. As reuniões e encontros funcionam na sala nobre da prefeitura municipal da cidade, sob a orientação da coordenadora de políticas sobre drogas (uma das proponentes do *programa BGV na Paz*). Na próxima etapa, indico acontecimentos que autorizam e justificam a implementação do projeto *Consultório na Rua* como uma ação do programa *BGV na Paz.*

9.1 Sobre o momento em que vive a cidade e a produção do projeto *Consultório na Rua*

É necessário evidenciar o momento histórico em que o projeto *Consultório na Rua* é colocado em funcionamento, no qual agrego a sua implementação a contextos que não podem ser "deixados de lado". Quais são esses contextos e quais relações estabelecem entre si e entre o projeto? O primeiro está centralizado em um dado estatístico produzido pelo Centro POP, que indica o número de 800 moradores de rua

[31]Tal ação é realizada exclusivamente por setores do comitê com vínculo religioso.

cadastrados pela instituição na cidade, no período de 2014 até 2016.

Tal situação traz para o cenário atual um número estatístico alarmante e, por isso, assim como tratei nos dois capítulos anteriores, as estatísticas autorizam e justificam ações como essa. Reafirmando e caminhando um pouco adiante, é possível agregar aqui a preocupação com os homicídios na cidade que, segundo o GGI-M, somaram 37 no período de 2016. Esse segundo dado estatístico que a instituição de segurança destaca sinaliza uma preocupação advinda do ano de 2014, no qual foi diagnosticado um número nunca antes constatado nesta cidade.

Sob a sombra dos homicídios em série do ano de 2014, o projeto *Consultório na Rua* vem atuando com uma população que, devido aos seus hábitos noturnos, modos de vida nômades e por circularem nas proximidades do bairro Getúlio Vargas (tido pela estatística como um dos mais violentos da cidade na atualidade), é apontada como uma possível ameaça no quesito violência, tanto no sentido de os indivíduos a realizarem como de a sofrerem.

O segundo contexto que indico aqui para a implementação do projeto na cidade é a instabilidade com relação ao fechamento ou não do hospital psiquiátrico da Santa Casa do Rio Grande, onde parte dos encaminhamentos e atendimentos de indivíduos em situação de rua são realizados. Conforme traz o Jornal Agora (2016, s.p):

> Rumores de que o Hospital Psiquiátrico - *de responsabilidade da* Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande - fechará as portas ganharam força no Município, nos últimos dias. Nas redes sociais, onde os comentários tiveram ainda mais visibilidade, usuários apontaram que os funcionários da instituição estavam com medo de perder seus postos de trabalho. Em razão disso, a equipe do Jornal Agora procurou a direção do hospital para buscar esclarecimentos sobre o, então, suposto fechamento.
> De acordo com Jeferson Alonso dos Santos, superintendente da Santa Casa, há anos o Hospital Psiquiátrico já deveria ter passado por uma reforma no que se refere à política de atendimento. Ele conta que a Portaria n° 148 do Ministério da Saúde estabelece novas normas de funcionamento, no que diz respeito aos serviços prestados à saúde mental.

Dessa maneira, é possível sinalizar uma suspeita de que tal projeto venha tentar substituir, em partes, os atendimentos e cuidados realizados no hospital, caso o mesmo venha a ser fechado, como é colocado em suspenso no excerto do jornal.

O terceiro contexto está relacionado a uma “suposta” epidemia do uso da droga conhecida como *crack* (ABIBI, 2014) no Rio Grande do Sul – RS e o medo da

formação, em cidades desse estado, do que ficou conhecido como cracolândias[32], em São Paulo e Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, outra preocupação com a epidemia, dessa vez relacionada às doenças sexualmente transmissíveis que, segundo o Ministério da Saúde, a cidade do Rio Grande – RS ocupa a 14ª posição entre os municípios com mais de 100 mil habitantes no quesito número de pessoas com AIDS no país e, ainda assim, aponta a mesma como a 6ª no Rio Grande do Sul – RS, também no mesmo quesito, considerando o período de 2010 a 2014 (BRASIL, 2015).

Perante os três contextos que indiquei acima, o projeto *Consultório na Rua*, como uma das ações do programa *BGV na Paz*, é produzido e alavancado pela situação da segurança pública e da saúde. Para dar seguimento a este texto, considero relevante trazer a concepção de poder, de discurso de verdade e de luta/resistência de Michel Foucault, uma vez que trato as relações que se estabelecem entre projeto e indivíduos-alvo do mesmo como algo que está entrelaçado entre essas concepções. Quais são os pontos de entrelaçamentos entre as concepções e o funcionamento do projeto?

Primeiramente, o poder, como afirma Foucault (2013). Ou seja, algo que se exerce, que circula, que forma rede, que transita pelos indivíduos da sociedade, que é capilar e que não é algo que tem centralidade e que por isso não estaria presente apenas no Estado. Dessa forma e para o mesmo, o poder que se exerce entre indivíduos não pode ser tomado como algo estático, imóvel e apenas repressivo, mas como algo que se movimenta e pode ser tomado como efeitos positivos em situação de desejo (Ibidem).

Para o filósofo, "O poder só se exerce sobre os 'sujeitos livres', enquanto 'livres' – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações, e diversos modos de comportamentos podem acontecer" (FOUCAULT, 2013, p. 289). Sob as constatações do autor, é possível conectar as relações estabelecidas entre ambas às partes, ou seja, projeto e público, como relações de poder exercidas no sentido de buscar conduzir condutas.

Na segunda concepção, há, como suporte, os discursos de verdade, os quais não podem dissociar-se das relações de poder exercidas no projeto; nesse caso, discursos como a cidade violenta, com números elevados de indivíduos em situação de rua, de epidemias de doenças sexualmente transmissíveis e do uso de drogas. Tais práticas

[32]Espaços das cidades onde vivem ou se reúnem indivíduos em situação de rua para consumir substâncias que são proibidas por lei.

discursivas são fatores essenciais para o estabelecimento de relações de poder, nas quais elas passam a ser destacadas no monitoramento, nos aconselhamentos, nos encaminhamentos e nos atendimentos ao tal público. Para Foucault (2010, p. 22), a respeito da produção de discursos de verdade:

> múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade.

É a partir das relações avistadas no funcionamento da ação, pautando-se entre discursos de verdade e relações de poder atreladas, que estabeleço aqui outra concepção tratada por Foucault (2013), e que é apontada por mim no funcionamento do projeto *Consultório na Rua.* Tal concepção são as resistências ou lutas contrárias às relações de poder que se exercem nesse campo de interações. Assim, como indicou o autor, onde há poder, há resistência (ibidem) e, por meio de tal colocação, é possível afirmar que, dentre as práticas educativas que dão funcionamento ao projeto, resistências e lutas contra elas são travadas.

Para Foucault (2013, p. 278), existem três tipos de lutas: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separa os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (luta contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão.

No projeto *Consultório na Rua,* as resistências às práticas educativas que compõem o mesmo estão no nível do último tipo de luta, destacada pelo autor na teorização acima. Decidi trazer tais concepções para o texto devido ao fato de que as mesmas me possibilitam dar conta das promessas que já sinalizei anteriormente. Dessa forma, o objetivo deste último capítulo está centrado, assim como nos dois capítulos anteriores, em dar conta de indicar as resistências que são travadas nas relações entre projeto e público, destacando as diferenças existentes entre demandas preconizadas por um projeto governamental e aquilo que os sujeitos alvo da ação consideram importante para suas vidas.

Assim como indiquei nos capítulos anteriores (sobre a Polícia Comunitária e o *BGV rolezinho*), que compõem parte do quadro final de problematizações desta

dissertação, as decisões de método destacadas no acompanhar processos (BARROS e KASTRUP, 2010), formação de um plano comum (KASTRUP e PASSOS, 2014), a problematização (FOUCAULT, 2006) e as demais foram essenciais para as demonstrações e produção dos dados que serão expostos abaixo. Assim, na próxima etapa, distingo e problematizo os dados produzidos a respeito das resistências dos indivíduos em situação de rua, as atividades educativas e de assistência que lhes foram designadas, bem como a relação existente entre demandas diferenciadas em ambas as partes.

9.2 As atuações do projeto e do comitê e as resistências

A implementação do *Consultório na Rua* e a construção do Comitê Intersetorial para Acompanhamentos de Pessoas em Situação de Rua, do qual o primeiro faz parte, é tratada por mim como uma estratégia para conduzir comportamentos tidos como "perigosos" e, ao mesmo tempo, colocar em funcionamento práticas de governo, destacadas aqui como atividades educativas extramuros escolares.

Assim como já citei anteriormente, as práticas iniciais de governo foram colocadas em funcionamento por meio do mapeamento dos indivíduos nesta condição, no monitoramento, nos tratamentos com medicamentos, atendimentos a vítimas de violência e nos eventos mensais em que se busca repassar ao público informações sobre as doenças sexualmente transmissíveis, o uso abusivo das drogas e, sendo assim, as relações de poder se estabeleceram entres agentes que compõem tal quadro.

Nas relações que se refere à construção das ações do projeto/comitê, merece destaque que tal produção também é algo que envolve disputas internas entre os mesmos. Se, por um lado, as equipes de profissionais que atuam nas estratégias do projeto *Consultório na Rua* evidenciam, "a cada reunião, um modo de atenção ao público pautado pela noção do respeito ao modo de vida noturno e as formas de trabalho que dela são efeitos, em alguns setores do comitê, principalmente os de cunho religioso, tal situação e tida como forma de não intervir em uma vida perigosa e promíscua" [Registro do Caderno de Pesquisa do Acompanhar Processos, 2016].

Dessa maneira, partes dos setores do comitê, aqueles que mantêm vínculos religiosos, são constituídas por campos de saberes que apontam para a família tradicional, monogâmica, que vive em uma casa, que tem filhos, que não consomem entorpecentes e que segue uma vida pautada na religião, como o único e correto modo

de viver todas as etapas da vida e, sobre esses campos de saberes, colocam-se contrários aos modos de vida das ruas. Por meio dessas constatações vivenciadas pelo acompanhar processos, emerge, entre esses grupos religiosos, a noção de que sua "missão" como componente de tal comitê é auxiliar na "salvação" de indivíduos que escolheram ou necessitaram viver de outras formas suas vidas e, nesse cenário, o embate é travado nas produções.

Tal situação, ou seja, colocar e buscar construir modos de vida pautados apenas nas questões da família tradicional provoca um efeito de resistências em parte do público. Abaixo, demonstro um processo acompanhado em que pude acessar um morador de rua que sinalizou, em sua fala, a contrariedade em se submeter a tal forma de viver.

> No dia 01 de dezembro de 2016, me desloquei para a Praça Xavier Ferreira na cidade para acompanhar uma ação do comitê e do projeto, que fazia referência ao Dezembro Vermelho (um mês voltado a ações de saúde para o combate ao uso das drogas e às doenças sexualmente transmissíveis). Neste evento, havia uma série de profissionais envolvidos, sendo o comitê um dos seus principais organizadores e produtores. Ali pude perceber, ao chegar, uma quantidade de 15 moradores de rua que estavam presentes e, dessa maneira, me aproximei de um para tentar produzir dados de pesquisa. Aproximei-me, também, de um profissional do projeto que estava presente e, assim, pude fazer contato com o morador que almejei. Para quebrar a distância que entre havia entre nós, resolvi perguntar a ele (morador) o que estava achando do evento, seu nome, onde costumava passar os dias e outras questões. Após essas perguntas, fiquei sabendo que ele é ex-usuário de drogas e que está em tratamento. Dessa forma, o mesmo relatou que passou muito frio nas ruas da cidade, mas que decidiu abandonar a vida na rua e estava residindo em uma casa em um bairro do Rio Grande. Percebi, também, uma aproximação afetuosa do indivíduo com os profissionais do *Consultório na Rua*, e tal fato me auxiliou para aquela conversa. Entre diálogos sobre as ruas, a fome e o medo de sofrer violência, o ex-morador foi aos poucos criando confiança em mim, até que perguntei a ele o que achava do projeto *Consultório na Rua*. Ao obter sua resposta, me surpreendi com o mesmo indicando apenas coisas boas do projeto, tais como: que os profissionais que atuam se direcionam para bom tratamento aos moradores, pela atenção, pela compreensão e muitos diálogos necessários. Nesse contexto, sou instigado, pela surpresa que tive com a resposta, a perguntar o que ele mudaria no projeto para que o ele ficasse melhor. O indivíduo responde que a direção do projeto *Consultório na Rua* deveria se tornar responsável pela coordenação da Soran (Instituição governamental que abriga tais sujeitos à noite) e da casa de resgate (uma instituição que abriga moradores de rua, mas tal espaço é mantido por parte dos representantes da igreja evangélica). Nessa conversa, o sujeito vai me explicando que tais indivíduos (com vínculos religiosos) não conseguem manter bom diálogo com os moradores de rua que, por alguma razão, procuram essas instituições, pois são muito enérgicos, muito regrados, e isso fere diretamente o modo de vida noturno, a qual, segundo esse morador, é mais flexível e com regras ditadas pelos próprios viventes. Assim, quando os indivíduos das casas têm crises de abstinências devido ao uso de drogas, ou preferem passar a noite nas ruas, os atuais responsáveis pelas casas não conseguem entender, conversar e nem encaminhar os sujeitos para suas necessidades, e os profissionais que atuam no *Consultório na Rua* conseguem fazer tal papel. Foi o que relatou esse morador. [Registros do Caderno de Pesquisa, dia 1 de dezembro de 2016].

A resistência fica evidente no diálogo com o ex-morador de rua, da mesma forma que o modo de vida pautado pela ideia da família tradicional também é tornado e

perseguido, por parte dos sujeitos que compõem o comitê, como o melhor e o mais viável. Embora o registro demonstre que os modos de atuação dos profissionais do projeto *Consultório na Rua* estejam em um nível mais flexível de intervenção, é importante destacar que suas atividades também são para intervir e deixar a vida noturna mais controlada, regulada e governável possível.

Dessa forma, mesmo tendo estabelecido uma contrariedade dentro do comitê em termos de propor atividades em diferentes escalas de disciplina, não é válido apontar o projeto (enquanto instituição que propõe atividades educativas) como a melhor alternativa, a mais viável ou correta, e os demais setores do comitê como os piores, inviáveis ou incorretos, em termos de suas proposições. O que acontece nessas disputas são apenas ênfases que são deslocados para diferentes práticas educativas que reafirmam o poder disciplinar e a *biopolítica* (FOUCAULT, 2014), contextos foucaultianos abordados e explicados no artigo sobre a polícia comunitária nesta dissertação, funcionando e constituindo este projeto e as atividades educativas que o mesmo propõe para fazer indivíduos viverem (IBIDEM).

Reafirmando tal situação apontada aqui, nas disputas verificadas nas produções de ações do comitê fica sinalizado que o projeto *Consultório na Rua*, por meio de sua equipe, por vezes "escorrega" de sua atuação indicada em respeitar o modo de viver noturno e, assim, o mesmo passa a estabelecer uma vigilância mais rígida para que ex-moradores e ex-usuários de drogas, que decidiram abandonar seus hábitos e passar a viver em uma residência fixa, não abandonem sua recuperação e muito menos sua intenção em viver em uma casa, como a maioria dos sujeitos desta sociedade. Abaixo, descrevo processos acompanhados que dão suporte às colocações descritas no parágrafo anterior.

> Neste dia (01 de agosto de 2016), me desloquei até a prefeitura municipal da cidade para acompanhar um processo que foi realizado com foco na troca de experiências entre abordagem e intervenções em indivíduos alvo da ação. Entre as conversas destacadas ali, pelos representantes de diversos setores, ganha destaque como pauta o fato de alguns moradores de rua, encaminhados pelo comitê, para viverem como a maioria da população vive contemporaneamente, ou seja, em residências; ali frisou-se que os mesmos devem ser vigiados e monitorados, mesmo tendo saído das ruas, pois uma recaída, segundo integrantes que atuam no projeto Consultório na Rua, era tida como possível de acontecer, e isso abalaria todo um processo de conquista já realizado por alguns indivíduos [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, dia 01 de agosto de 2016].

> No dia 14 de dezembro, tive a oportunidade de conhecer a Soran (instituição governamental que abriga indivíduos em situação de rua). Ao entrar no local, avistei uma quantidade de cerca de 80 camas de solteiro, algumas estando sob uso de alguns indivíduos. Apesar de ter, no local, uma quantidade que considero razoável de camas para indivíduos passar a noite (que por sinal estava fria na data), apenas cerca de 20 pessoas estavam presentes. Fiquei em um pequeno espaço que separa o dormitório da porta de saída, e ali pude presenciar uma resistência de alguns indivíduos que se deslocavam para o local apenas para pegar uma bandeja de comida, mas não ficavam para passar a noite. Dessa maneira, alguns sujeitos, indicados pela equipe do projeto *Consultório na Rua* como usuários de *crack*, permanecem nas imediações do local, mas preferem ficar na rua. Por meio dessas informações, parte da equipe considera necessário internar os sujeitos das imediações e, para isso, demonstram interesse na ajuda da brigada militar [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, dia 14 de dezembro de 2016].

Entre escorregos com relação a aceitar os modos de viver noturnos da população de rua, preconizada como um dos objetivos do projeto, as resistências acabam sendo efeitos da não aceitação das partes governamental e não governamental que compõem a equipe. Nessa interação, mesmo utilizando de um discurso de respeito aos indivíduos das ruas, alguns profissionais acabam por se movimentar na contramão de seus próprios objetivos de atuação.

Nesta esteira, outras resistências vão emergindo nos encontros em que estive presente e que, atualmente, continuam como um desafio ao comitê. Outra resistência avistada está centralizada no contexto que envolve a produção de documentos de identidade para parte do público da ação, bem como, a necessidade de auxiliá-los no cuidado com esses documentos.

Tal situação é colocada como problemática e desafiadora no sentido que parte do público não demonstra nenhum interesse em produzir tal documento e nem portá-lo no cotidiano. Segundo foi relatado em alguns encontros com o grupo, tal documento é necessário para que o público do projeto seja atendido no SUS. A Lei 8.080, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde do Brasil, é apresentada como um dos princípios que indica "a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência" (BRASIL, 1990).

Dessa forma, a ideia da produção de um documento de identidade para tornar mais "fácil" o acesso desses indivíduos ao SUS fere, em partes, o princípio deste colocado acima. Tal situação de incentivar indivíduos a produzir um documento, sob a justificativa de organizar e melhorar o atendimento nas questões de saúde, sinaliza, em partes, as ações de conduzir condutas.

Além disso, a construção de um documento envolve um contexto relevante que aponta as investidas do comitê/projeto para a situação que potencializa as práticas de governo que, ao incentivar e buscar, como uma das suas ações, incentivar indivíduos a

produzir e manter consigo tal documento (que necessita de algum endereço fixo e estável para ser realizado) demonstra uma investida de mapeamento, de busca por conhecer e governar uma população focal.

Mesmo os indivíduos que aceitam produzir o documento de identidade, quando chega o momento de se deslocar até o espaço onde o mesmo é produzido, decidem não o fazer, por terem receio de que tal condição esteja atrelada aos registros policiais. Como os indivíduos das ruas não mantêm relação de aproximação com a polícia, a tarefa fica mais distante e é tida como uma resistência potente pelo comitê.

> Para o problema da documentação, é importante mantermos um cadastro desses moradores de rua [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, dia 01 de agosto de 2016].

> Algumas pessoas em situações de rua até fazem seus exames adequadamente, aceitando fazer o documento de identidade; mas nunca foram buscar e nem se interessaram pelos resultados [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa dia 07 de julho de 2016].

É possível afirmar que a produção de documentos é um problema que dispara as atenções dos integrantes do comitê e demonstram outras resistências avistadas dessas ações. Isto posto, outras situações se tornam emblemáticas no atual ponto de funcionamento do projeto, assim sendo, mais resistências/desafios se direcionam para a migração de indivíduos que se opõem às ações de mapeamento, intervenção e abordagem do projeto. Tal resistência é apresentada em todos os indivíduos que são alvos do plano (moradores de rua, usuários de drogas e profissionais do sexo), e estes estabelecem uma movimentação intensa para diversos espaços da cidade, buscando escapar dos braços do projeto.

Como sinalizei na primeira etapa deste capítulo, os atendimentos ou funcionamentos do projeto *Consultório na Rua* estavam localizados, inicialmente, nas regiões centrais da cidade (Av. Silva Paes, Av. Barroso, Rua Coronel Sampaio, nas imediações do porto, no canalete da Major Carlos Pinto e praças centrais) e a maioria desses locais cerca a região do bairro Getúlio Vargas. Com o diagnóstico da migração desses indivíduos e as investidas governamentais para reencontrá-los, outras regiões da cidade emergem e passam a fazer parte das rotas sem itinerário das pessoas em situação de rua.

Por meio das informações obtidas, via acompanhamento processual, a Av. Roberto Socowiski, partes do bairro Hidráulicas (devidos aos canos de esgoto deixados em um terreno baldio que facilitam o abrigo de moradores de rua) e a BR-392 que liga a

cidade do Rio Grande – RS à de Pelotas – RS são os novos espaços que tais sujeitos ocupam para viverem suas vidas. Outro fato relevante (que corrobora nessas problematizações que afetam às ações do projeto e às resistências a ele) é a migração dos indivíduos para o balneário Cassino, nessa época de veraneio. Assim, o projeto fortalece sua equipe para acompanhar esses fluxos de migração, ficando evidente a ampliação dos laços de governo. Tal contexto corrobora para a implosão dessa ação para além das fronteiras que cercam o bairro Getúlio Vargas.

> Um representante do comitê, que realiza as intervenções educativas à noite, destaca que os moradores de rua vêm migrando do seu território habitual para escapar do projeto. Segundo tal indivíduo, os sujeitos migram para outros lugares, mas acabam sendo encontrados posteriormente pelo grupo que compõe o projeto demais localidades. [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, dia 01 de agosto de 2016].

> Alguns moradores de rua já montaram suas barracas nas dunas da praia do cassino [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, dia 28 de novembro de 2016].

Essas resistências dos indivíduos em situação de rua acabam sendo potencializadas por outras questões, que vão desde o medo de que a polícia esteja envolvida nessas abordagens, até as desconfianças governamentais de que esses sujeitos migrantes saibam da existência de câmeras de videomonitoramento no centro da cidade e nas principais avenidas da mesma. Outra questão relevante, indicada pela equipe do comitê para esse cenário, é a quantidade policiais que mantêm rondas na área central da cidade, desde a realização das eleições municipais (em outubro de 2016) e, por meio desta questão, tais rondas têm afugentado essa parcela de moradores de rua [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, andanças de 2016].

Além dessas, o motivo mais sensível da migração/resistências, aos olhos dos proponentes e executores do projeto, é devido à formação de pequenas milícias na cidade, das quais os relatos disparam para agressões e tentativas de homicídios sofridas por pessoas em situação de rua. Embora não se tenha demonstrações exatas de quem são os indivíduos que formam tal milícia, foi indicado que moradores menores de idade do bairro Getúlio Vargas são apontados como parte delas. Segundo Zaluar e Conceição (2007 p. 90), a respeito das milícias:

> [...] o termo encobre uma multiplicidade de situações que vão desde moradores não pagos encarregados pelos vizinhos de fazer a segurança da área, ou mesmo moradores pagos para o mesmo fim, que seriam vigilantes, até os ex-policiais. Esses cobram sem apelação pelas atividades de segurança e por vários outros serviços descritos em muitas matérias jornalísticas,

> prestados em localidades diferentes das de sua residência. Sem esquecer, ainda, os traficantes; alguns que não são pagos e outros que cobram de alguns moradores para garantir exercer a segurança local.

Em nenhum momento cogitou-se a possibilidade de que tais grupos são compostos por policiais. Ainda, nesse contexto, obtive informações de que comerciantes das regiões, por onde essas pessoas decidem passar a noite ou habitar momentaneamente, constituem a fonte, em partes, que financia e organiza essas milícias. Tal situação vem à tona devido a alguns fatos inusitados que indicam alguns furtos em lojas e comércios, em que os sujeitos das ruas são apontados como os principais responsáveis e, por esse julgamento reducionista, são apontados como vagabundos, ladrões e desordeiros.

Em determinados espaços de conversas e diálogos, as situações se tornam temerárias aos membros do comitê, quando chegaram informações de que um morador de rua reagiu ao ataque de um grupo agressor e que tal reação teve como efeito a internação hospitalar de um componente da suposta milícia, ferido com uma faca. Por meio desses conhecimentos, estabeleço e aponto-os como resistências dos moradores, nas quais alguns relataram em diálogos que, "para eles, a noite é a selva" [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, andanças, 2016].

A esse destaque de moradores de rua desta cidade, indicando a noite como "a selva", sinalizo tal expressão para um período em que os mesmos tentam se manter atentos aos perigos que uma população de rua enfrenta na contemporaneidade. Perigos que são causados por aqueles que não aceitam as diferenças de quem (por necessidade ou por escolha) vive de outras maneiras, bem como perigos de que a polícia os capturem ou os expulsem dos lugares em que estão.

Assim, o projeto, ao lançar práticas educativas (diálogos, monitoramentos, intervenções, encaminhamentos, palestras e atendimentos) refletidas como cuidados aos indivíduos em situação de rua, potencializa o que já sinalizei aqui, como a tentativa de *fazer viver* os indivíduos, por meio dessas práticas que são de governo. Dessa maneira, as resistências dos mesmos perante as situações que lhes são cotidianas refletem nas ações do projeto.

Entre essas ações e reações ante o quadro que sinaliza um movimento miliciano na cidade (além de uma batalha que se acirra entre eles e indivíduos em situação de rua), a autorização do funcionamento desse projeto se dá novamente pelo receio de que os indivíduos alvo dessa milícia sejam mortos ou acabem por realizar homicídios na

relação tensa que confronta os diferentes.

9.3 As demandas diferenciadas

As resistências às ações do comitê/projeto, que apontei na seção anterior, foram essenciais na produção desta etapa. Indico a colocação anterior devido ao fato de que existem algumas diferenças de demandas que se acentuaram e emergiram durante minhas participações nos processos do projeto/comitê. Nesse contexto, as distinções se destacam na relação entre os indivíduos, de um lado; os governamentais, na linha de frente (mesmo tendo como parceiros alguns de setores não governamentais), que se apresentam como o lado que propõe algo. Do outro lado, o "problema contemporâneo" da cidade, refletido nos indivíduos que vivem ou trabalham nas ruas e que, por sua vez, podem ser as próximas vítimas dos homicídios ou os autores.

Assim sendo, diferenças de demandas se destacam na ideia dos modos de viver aceitáveis e não aceitáveis. Por meio dessa informação, as mesmas divergem, primeiramente, a respeito de buscar construir ou transformar indivíduos de vida nômade (em diversos espaços da cidade) em pessoas que vivam de maneira tradicional e fixa. Tal ação governamental fere outros modos de viver e outras necessidades construídas por aqueles que preferem (ou necessitam) das ruas da cidade a um espaço fechado.

Outra demanda avistada por mim, principalmente na SORAN, que foi acentuada nessas intervenções, é a ação que busca oferecer alimentos e espaço para pessoas da rua passarem à noite. Tal situação demostra a clareza de diferenças quando alguns indivíduos aceitam a alimentação, mas não julgam com algo "bom", para si, ficarem confinados e vigiados em espaços com regras definidas por pessoas que desconhecem ou não aceitam as necessidades das ruas da cidade [Excerto do Caderno de Registros de Pesquisa, 2016].

Nesse sentido, a liberdade das ruas e o descompromisso com os espaços são as principais demandas que tal população demonstra, sendo muitas delas criminalizadas quando comparadas ao que atualmente se torna "viável ou melhor". Tal situação é destacada quando os eventos mensais produzidos pelo comitê/projeto funcionam com uma série de atrações, como músicas *gospel*, *hip-hop* religiosos, apresentações de danças e alimentação; porém, os indivíduos das ruas chegam nesses locais e permanecem apenas em função de que a distribuição de comida (bolo, pastéis, refrigerantes, cachorro-quente, sucos e frutas) é sinalizada desde o início das atividades.

[Excerto do Caderno de Registros de pesquisa, andanças 2016].

Percebe-se que a alimentação é trazida como uma demanda que os indivíduos em situação de rua demonstram necessidade, porém, ela só é colocada para funcionar no final de todas as outras ações. Assim sendo, tais sujeitos obrigam-se a permanecer no local até o final de todas as apresentações, musicais e corais para, daí sim, terem acesso ao que mais lhes parece atrativo. Nesse jogo, a demanda governamental (palestras, apresentações, testagens e intervenções) vem primeiro do que a demanda das ruas (relacionada principalmente à alimentação) e suspeito que, se o movimento nos eventos mensais funcionasse ao contrário, é possível que o espaço fosse esvaziado pelo público focal após o serviço de alimentação.

Nessa interação, são demonstradas diferentes demandas, formas de vida e necessidades, bem como a continuidade das relações que continuam sendo travadas, pois esse projeto/comitê possui pouco mais de seis meses de funcionamento e, dessa forma, as ações e reações tendem a continuar, pois ocupam lugares diferenciados.

10 Considerações para ir um pouco adiante

O programa *BGV na Paz,* ao longo de dois anos de funcionamento (2015-2016), atuou como uma rede que produziu e disparou uma série de ações na direção do bairro Getúlio Vargas da cidade do Rio Grande. Ações que, por sua vez, foram direcionadas para vários espaços da vida da população da localidade, nos quais os funcionamentos se tornaram possíveis e justificados pelos dados estatísticos que, por sua vez, apontaram para necessidades "incontestáveis" de intervenções em prol de manter a vida na localidade, abalada pelos homicídios diagnosticados.

Dessa forma, as três ações que problematizei nas seções anteriores e todas as outras que apontei no interior do texto como componentes de tal programa foram produzidas e destinadas a intervir para destruir modos de viver no bairro e produzir outros e, com isso, aponto-as como sendo mecanismos para gerir, controlar e governar as condutas das pessoas locais. Por meio dessas constatações, dois cenários importantes emergem na etapa de funcionamento do programa.

Primeiramente, a implosão de parte delas (ações) para além do território que compõe o bairro Getúlio Vargas e, nessa situação, o destaque para o projeto *Consultório na Rua* e os Núcleos de policiamentos comunitários. Tais ações tiveram seu início no bairro em questão devido à potencialização do desenvolvimento de uma "sensação de insegurança" (DAMICO, 2012), alarmada nesta cidade (em 2016), na qual, segundo Jornal Agora (2016, p. 11), até o mês de agosto deste ano, o número registrado de tentativas de homicídios alcançou o patamar de 75, dos quais 21 acabaram se confirmando. As ações foram direcionadas para diversos espaços da cidade e, atualmente, funcionam além do território planejado inicialmente.

Dessa maneira, a Polícia Comunitária tem seus funcionamentos em quatorze núcleos distintos da cidade e o projeto *Consultório na Rua* se movimenta por diversos espaços da localidade, sem com isso abandonar seu espaço de funcionamento do princípio. O segundo contexto está relacionado a uma das principais preconizações avistadas nesta investigação, que foi a busca do programa por mudar modos de viver construídos pela comunidade e que são tidos como ameaçadores e problemáticos. Ao assumir tal questão como norte de funcionamento, o programa *BGV na Paz* sinaliza uma relação com seu público dentro daquilo que Elias e Scotson (2000 p. 27) trataram como "configuração estabelecidos-*outsiders*".

Na obra dos autores, os primeiros (estabelecidos) compõem um grupo de

indivíduos de prestígio e poder de uma sociedade, tratados como os detentores dos bons costumes, os guardiões do bom gosto e os membros da boa sociedade. E em contrapartida, os segundos (*outsiders*), tratados como os não membros da "boa sociedade", estigmatizados, indignos, indisciplinados e desordeiros. Tais expressões são utilizadas pelos autores e as situações que as seguem são coladas, por mim, nas relações de poder que vivenciei no *estar lá* para acompanhar processos e, também, durante as problematizações.

Nesse sentido, os estabelecidos transpassados na figura dos proponentes do programa e no conjunto de indivíduos e setores que compõe o mesmo, ao construir e implementar ações disparadas para obter uma "cultura da paz" na localidade e, com isso, abominar e evitar os modos de viver pautados em sujeitos que ficam nas esquinas, que moram ou trabalham nas ruas, que não mantêm relação pacífica com setores governamentais, se constituem como os "detentores da moral e dos bons costumes" e acabam por ter o respaldo de determinada parcela da população da cidade.

Em contrapartida, os moradores de rua, as crianças escolares, os jovens que passam parte do seu tempo nas esquinas do bairro, os usuários de drogas e profissionais do sexo ocupam, nas relações de poder, o espaço dos *outsiders*, e assim sua constituição se dá como indisciplinados, marginais, violentos, imorais e não detentores dos "bons costumes". Nessas interações que se estabeleceram, e com meu apontamento para a implosão das ações do programa para outros espaços da cidade, a relação estabelecidos-*outsiders* (ibidem) são potencializadas e, com isso, busca-se implementar os "bons costumes e os melhores modos ou mais corretos de viver" também para outros lugares da região.

Mesmo com a implosão das ações do programa, o bairro Getúlio Vargas não foi fragilizado em termos de proposição de ações, assim, a sinalização governamental de novas ações sociais para o bairro é anunciada na atualidade, principalmente com relação ao funcionamento do projeto social *Esporte e Cultura na construção do território da Paz* (já explicado anteriormente), bem como com a continuidade do núcleo de Polícia Comunitária e do projeto *Consultório na Rua.*

Além dessas ações, outras travadas na atualidade dão indícios que podem ser desenroladas, assim como o residencial BGV I e BGV II e o funcionamento do CRAS, subsidiados por verbas municipais (ambas ações já destacadas neste trabalho), uma vez que os homicídios, ou seja, o maior problema na cidade em termos de segurança, já conta, em 2017 (janeiro, fevereiro e março), com o número de 15, segundo o Jornal

Agora (2017, s.p).

Tal dado estatístico, em comparação com os anos anteriores (2015 e 2016), demonstra um aumento de 200% neste momento e, dessa forma, o programa *BGV na Paz,* mesmo não tendo atingido seu objetivo de diminuir e evitar os confrontos seguidos de morte, tem legitimação para continuar em funcionamento devido a tais dados indicarem, ainda, necessidades de intervenções.

Desta forma, não me torno efeito das atuais estatísticas e nem assumo seu caráter reducionista; então, não aceito a condição de que o bairro Getúlio Vargas é o mais o mais violento da cidade e nem que ele é o epicentro das mortes por confronto, fato que não significa que esteja negando que, no local, aconteçam algumas situações violentas. Abaixo, aponto para uma vivência que corrobora com minhas colocações.

> Nesta quarta-feira, me desloquei no período da tarde para o BGV, onde mais uma vez buscava produzir dados para a pesquisa. Como de costume, peguei o transporte coletivo que passa no bairro em que resido e que, no final do seu itinerário, tem as proximidades do local. Assim sendo, após quase uma hora dentro do transporte, desembarquei a umas três quadras do bairro. Meu destino nesta andança pelo local era uma barbearia na rua principal da localidade e, com isso cortar o cabelo e fazer a barba no local, com pretextos para acessar algumas informações. Ao chegar na barbearia, havia três clientes para serem atendidos antes de mim e, por isso, decidi esperar ali, sentado, mas com a atenção voltada para os diálogos que se realizaram. As conversas, das quais eu participei, estavam relacionadas aos jogos olímpicos e às competições que estavam sendo transmitidas na televisão. Entre essas conversas, os dois primeiros clientes que estavam na minha frente foram atendidos e saíram do local, ficando apenas o terceiro cliente, o barbeiro e eu. Continuamos a conversa até que um pequeno alvoroço de pessoas nas redondezas da barbearia ganha destaque e, ao mesmo tempo, se dispersa rapidamente. Tal situação gera curiosidade no profissional que desempenhava o trabalho, e o mesmo vai até a porta para observar o que havia acontecido. Mesmo com uma curiosidade forte, fiquei sentado na cadeira e aguardei. Quando o barbeiro voltou ao seu trabalho, nos relatou que o barulho (que nos pareceu ser de uma moto com escapamento desregulado, que escutamos minutos antes, mas não demos atenção), na realidade, foram quatro tiros disparados e uma tentativa de homicídios ao lado do local em que estávamos. Apesar de tal situação ter me gerado algum desconforto, percebi que nos dois indivíduos ali presentes tal fato não foi tido como algo ameaçador e nem mesmo gerou desconforto nas pessoas que estavam caminhando ou conversando nas esquinas, nem mesmo nos comerciantes (que mantiveram seus locais de trabalho com as portas abertas e tudo mais). Uma informação relevante que escutei do barbeiro, ao lhe perguntar se isso não o abalava no seu trabalho, foi de que o mesmo não tem medo desse tipo de ação, uma vez que nenhum inocente havia sido atingido por tiros perdidos e, dessa forma, quando aconteciam fatos assim, eram direcionados aos indivíduos que deviam ao tráfico de drogas. Inclusive, tal profissional indica haver no bairro um respeito da população pelos comércios locais [Registro do Caderno de Pesquisa, dia 10 de agosto de 2016].

Embora não possa negar que tal situação tenha me gerado desconforto, pois poucas vezes vivenciei algo como isso, é importante destacar que tal fato não ocorre apenas no BGV, mas em outros espaços também. Sendo assim, atribuir a condição de local mais violento da cidade, devido a tal vivência, não me permite embarcar na estatística e minhas dúvidas com relação ao alcance dela continuam presente.

Com esses apontamentos, finalizo esta dissertação com a sensação de dever cumprido, mas salientando, neste final, a continuidade no funcionamento do programa e a possibilidade concreta de novas ações serem construídas. Portanto, tudo que foi apontado neste trabalho é reflexo das ações e movimentações do programa municipal que por vezes emergia, por vezes desaparecia. Se não fui adiante no acompanhar suas ações, foi em função da relação com o tempo que se estabeleceu nesta jornada de dois anos (2015 e 2016). Assim, finalizo, assumindo mais uma vez o caráter de pesquisador que não buscou esgotar as possibilidades possíveis entre os objetos de investigação, uma vez que tal pretensão não é algo possível na perspectiva que adotei.

12 REFERÊNCIAS

ABIB, Leonardo Trápaga. **Crônicas Urbanas: Consultório na Rua, população em situação de rua, clínica menor e outras histórias**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, 2014.

ALMEIDA, Andressa Cristiane Colvara; SILVA, Suzana Maria Veleda da. Trabalho, moradia e chefia familiar: o caso do processo de expansão portuária no bairro Getúlio Vargas – Rio Grande – RS. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 3, n 2, p. 138-149, ago./dez. 2012.

ALMEIDA, Felipe Quintão; GOMES, Ivan Marcelo; BRACHT, Valter. **Bauman & a Educação.** Minas Gerais: Autêntica Editora, 2009. 126 p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa de Segurança Pública com Cidadania.** s.d. Disponível em< https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/PDE/AP_08_MinisterioJustica.pdf> Acesso em: 19 de Abr de 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Plano Integrado de Enfrentamento do Crack e outras Drogas.** Decreto: 7.179 de 20 de maio de 2010.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:<http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm> acesso em 19 dez 2016

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de DST, Aids e Hepatites virais.** Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2015. Ano IV nº 01; Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Academia Nacional de Polícia. **Curso Polícia Comunitária.** 2008, p.29. Disponível em http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material_didatico/PoliciaComunitaria_completo.pdf acesso em 1 mar 2017

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, Eduardo (org.) **Pistas do método da cartografia pesquisa-intervenção e produção de subjetividades.** Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 52-75.

BATTIBUGLI, Thaís. A formulação de nova agenda para a segurança pública: as iniciativas federais e sua influência na política pública de segurança paulista. **REPOL Revista Estudos de Política**, Campina Grande, vol. 1, n 2, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar , 2001.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CIPRIANO, Diego Mendes; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. O bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 70: remoção de moradias e consequências socioambientais na expansão portuária. **(Rio Grande -RS). Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço** – ISSN 2317- 8361 v. 2, n. 2 (2013).

DAMICO, José Geraldo S. **Juventudes governadas:** dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em *Grigny Centre* (França). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34. 1992.

FOUCAULT, M**. A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **A Microfísica do poder.** 15a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. Polêmica, política e problematizações. In: **Ditos e Escritos V** – Ética, sexualidade, política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa [org. Manoel Barros da Motta] – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____.**Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 – 288p.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A história da sexualidade:** a vontade de saber. São Paulo: Paz &Terra, 2014.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault:** Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro.

GONÇALVES, Michele. **Famílias que serão realocadas para o residencial BGV I e II recebem informações do executivo**. 2015. Prefeitura Municipal do Rio Grande. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+38b45,,-familias-que-serao-realocadas-para-o-residencial-bgv-i-e-ii-recebem-informacoes-do-executivo-.html#.ViQ2j9KrS1t>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcântara; SILVA, Méri Rosane Santos da. Biopoder e Biopolítica nos projetos sociais esportivos – a invenção de uma população para regulação e governo. In: HENNING, Corrêa Paula; GARRÉ, Bárbara Hess; LUVIELMO, Marisa de Mello (orgs.) **Biopolítica e governamentalidade:** modos de

fazer e gerenciar a educação contemporânea. Rio Grande: FURG, 2010.

HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcântara. Esporte e segurança em uma sociedade de projetos. **Motrivivência ano XXIV**, n 38, p. 98-107 jun./2012.

KASTRUP, Virgínia. PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. *In*: PASSOS, Eduardo (org) **Pistas do método da cartografia a experiência da pesquisa e o plano comum.** Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 15-42.

LOURO, Esther. Mais cuidado para quem tem as ruas como casa. **Jornal Agora**. Rio Grande, 15 de junho de 2016. Geral, p. 3.

MAYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MAYER, Dagmar (org.) **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 15-22.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. **A importância do porto do Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890 – 1930).** Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980.

NOGUEIRA-RAMIREZ, Carlos Ernesto; MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. Gobernar: La educación como arte de gobierno. **Cadernos de Pesquisa.** v. 42, n. 145, p. 14-29 jan/abr. 2012.

NORBERT, Elias; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2000. 224 p.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Boas Práticas no Estado de São Paulo. **Programa Nacional de Segurança com Cidadania**, 2008. Disponivel em <http://www.observatoriodeseguranca.org/seguranca/pronasci>. Acesso em: 19 de abr de 2016.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa:** Memória e Experiências de Estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993). Tese de Doutorado. PUC/São Paulo, 2000. 257 f.

OLIVEIRA, Clever Manolo Coimbra. HECKERT, Ana Lucia Coelho. Os Centros de Referencia de Assistência Social e as Artes de Governar. Fractal, Rev. Psicol., v. 25 – n. 1, p.145-160, Jan/Abr. 2013.

PASSOS, Eduardo. KASTRUP, Virgínia. Sobre a validação da pesquisa cartografica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. *In:* PASSOS, Eduardo (org) **Pistas do método da cartografia a experiência da pesquisa e o plano comum.** Porto Alegre: Sulina , 2014. p. 203-237.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. O Brasil de Lula e Dilma: os números que mostram a realidade do país. Brasília, agosto de 2014. Disponível em <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/09/CARTILHA-FINAL.pdf acessado em 29 nov. 2015.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. SCALCO, Lucia Mury. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista de Estudos Culturais 1: Dossiê sobre cultura popular urbana**. s. d.

POLL, A. BGV na Paz é lançado oficialmente. **Jornal Agora**. Rio Grande, 14 de dezembro 2014. Políticas Públicas, p.10.

_____. Homicídio no BGV é o 52° do ano. **Jornal Agora**. Rio Grande, 12 de novembro de 2014. Violência. Disponivel em< http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=7&n=65721> Acesso em 31 de out de 2016.

_____. Mais uma tentativa de homicídio no BGV. **Jornal Agora.** Rio Grande, 28 de agosto de 2015. Violência. Disponivél em < http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=7&n=76689> Acesso em: 31 de out de 2016.

_____. Menino de 16 anos morre após ser atingido por um tiro no rosto: o tiro foi disparado por outro menor, de 14 anos, em frente a uma escola. **Jornal Agora.** Rio Grande, p. 9-9. 10 mar. 2016.

_____. Número de tentativas de homicídios chega a 75 no ano. **Jornal Agora.** Rio Grande, p. 11-11. 10 ago. 2016.

Prefeitura Municipal do Rio Grande. **JOVENS RIO-GRANDINOS SAEM VITORIOSOS DO PRIMEIRO ROLEZINHO ESPORTIVO.** 2014. Redigido por Débora Klein. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+e9dbe5,,jovens-rio-grandinos-saem-vitoriosos-do-primeiro-rolezinho-esportivo.html#.WLjK2lUrLIV>. Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. Número de homicídios neste ano é 200% maior em relação ao mesmo período de 2016: Em 2016, foram 5 homicídios em dois meses. Este ano, em menos de dois meses, já são 15. **Jornal Agora.** Rio Grande, p. 1-1. 26 fev. 2017. Disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=7&n=93691>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PROJETO CULTURA E ESPORTE, NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DE PAZ NO MUNICIPIO DO RIO GRANDE-RS. **Prefeitura Municipal do Rio Grande.** Rio Grande, abril de 2014.

PROJETO LUTANDO PELO FUTURO. Rio Grande-RS. 2015.

RODRIGUES, Aline. Ação do Março Lilás movimenta BGV. **Jornal Agora.** Rio Grande, 08 de março de 2015. Dia da Mulher. Disponivel em <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=70183> acessado em 11 de Abr de 2016.

_____. Rumores sobre o fechamento do hospital psiquiátrico são esclarecidos. **Jornal**

Agora. Rio Grande, 25 de setembro de 2016. Saúde Mental. Disponível em < http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=89943> acessado em 19 de dez de 2016.

SARAIVA, Karla. VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, mai/ago de 2009.

SILVERIO, Leila Joyce M; MEDEIROS, Moíza Siberia S. de. A interface da violência no processo de escolha do território da paz do Grande Bom Jardim pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania): a mediação comunitária como alternativa pacífica para a resolução de conflitos. *In:* **III Seminário Internacional de Violência e Conflitos Sociais:** ilegalismos e lugares morais. Laboratório de Estudos da Violência, UFC, Fortaleza-CE, 6 a 9 de dezembro de 2011.

SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. Megaempreendimentos e conflitos socioambientais: o caso da habitação popular em Rio Grande – RS. **Revista Panorâmica On-Line**. Barra do Garças – MT , vol.18, p. 58-71, jan/jul. 2015.

SANTOS, Cecília. O grupo de discussão e os estudos sociológicos em contextos escolares. **VI congresso português de sociologia mundo sociais: saberes e práticas**. Universidade de Nova Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 25 a 28 de junho de 2008.

SOUZA, Maria Julieta Nunes de; COMPANS. Rose. Espaços Urbanos Seguros: a temática da segurança no desenho da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v.11, n 1, maio de 2009.

TORRES, Eduardo. Agressão policial durante abordagem é flagrada na zona norte de Porto Alegre. **Diário Gaúcho**. Porto Alegre, 26 de novembro de 2015. Violência Policial. Disponível em <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2015/11/agressao-policial-durante-abordagem-e-flagrada-na-zona-norte-de-porto-alegre-4916251.html >acessado em 19 de dez de 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas – XIV ENDIPE**. 2008.

_____. **Foucault e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. Incluir para saber. Saber para excluir. **Pro-posições**. v. 12, n. 2-3 (35-36). jul.-nov. 2001.

ZALUAR, Alba. CONCEIÇÃO, Izabel Siqueira. Favelas sobre o controle das milícias no Rio de Janeiro. **São Paulo em perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez.2007.

ZERO HORA. Policial agride homem em abordagem ao morro Santa Tereza**. ZH Noticias.** Porto Alegre, 03 de setembro de 2015. Disponível em < http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/09/video-policial-agride-homem-em-

abordagem-no-morro-santa-tereza-4839838.html> acessado em 19 de dez de 2016.